

LINHA FERROVIÁRIA DE ALTA VELOCIDADE ENTRE PORTO (CAMPANHÃ) E LISBOA

TROÇO PORTO (CAMPANHÃ) A OIÃ
SUBTROÇO A1 - KM 0+000 AO KM 15+500

PROJETO EXECUÇÃO
V010 – AMBIENTE
TOMO 10.02.04.11 – ESTUDOS SOCIOECONÓMICOS

ÍNDICE DE PEÇAS ESCRITAS		
CÓDIGO DOCUMENTO	DATA	DESIGNAÇÃO
PF102A0.PR.10.02.04.11.IND.00	20/08/2025	ÍNDICE DOS ESTUDOS SOCIOECONÓMICOS
PF102A0.PR.10.02.04.A11-01.00	20/08/2025	ESTUDO DE IMPACTE SOCIOECONÓMICO
PF102A0.PR.10.02.04.A11-02.00	20/08/2025	PROGRAMA DE MEDIDAS COMPENSATÓRIAS SOCIOECONÓMICAS E PROGRAMA DE MONITORIZAÇÃO DE IMPACTES SOCIAIS

ÍNDICE DE PEÇAS DESENHADAS			
CÓDIGO DOCUMENTO	DATA	DESIGNAÇÃO	Nº ORDEM
PF102A0.PR.10.02.03.AMB.011.00		PLANTA DE INTERFERÊNCIAS / CONSTRUÇÕES AFETADAS	AMB11

LINHA FERROVIÁRIA DE ALTA VELOCIDADE ENTRE PORTO (CAMPANHÃ) E LISBOA TROÇO PORTO (CAMPANHÃ) A OIÃ



PROJETO DE EXECUÇÃO

V10 - AMBIENTE

**TOMO 10.02.04.11-01 – ANEXO 11-01 – ESTUDO DE IMPACTE
SOCIOECONÓMICO**

Memória Descritiva e Justificativa

Controlo de Assinaturas

Realizado	Revisto	Aprovado Coordenador Projeto
Cláudia Cardoso David Santos Francisca Gusmão Francisco Silva Margarida Silva Romana Rocha Vasco Chacim	Sara Lemos	Cristina Simões
18-09-2025	18-09-2025	18-09-2025
Data e Assinatura	Data e Assinatura	Data e Assinatura

Informação Adicional	Informação do Documento	
O Gestor de Projeto -	Código Documento PF10200.PR.10.02.04.A11-01.02	
O Responsável Unidade -	Revisão [Comentários]	Data Setembro/2025
O Responsável Departamento -	Código Projetista	
O Diretor -	Nome do Ficheiro PF10200.PR.10.02.04.A11-01.02-EISE	

LINHA FERROVIÁRIA DE ALTA VELOCIDADE ENTRE PORTO (CAMPANHÃ) E LISBOA
TROÇO PORTO (CAMPANHÃ) A OIÃ

ANEXO 11-01 – ESTUDO DE IMPACTE SOCIOECONÓMICO
MEMÓRIA DESCRITIVA E JUSTIFICATIVA

ÍNDICE

1	ENQUADRAMENTO E OBJETIVOS	1
2	ABORDAGEM DESENVOLVIDA E ORIENTAÇÕES SEGUIDAS.....	4
3	METODOLOGIA E CONTEÚDO DA AIS.....	5
3.1	INTRODUÇÃO.....	5
3.2	ETAPA 1: COMPREENDER O PROJETO E A ÁREA AFETADA	6
3.3	ETAPA 2: PREVER, ANALISAR E AVALIAR AS POSSÍVEIS VIAS DE IMPACTO	6
3.4	ETAPA 3: DESENVOLVER E IMPLEMENTAR ESTRATÉGIAS – PROGRAMA DE MEDIDAS COMPENSATÓRIAS SOCIOECONÓMICAS E PLANO DE GESTÃO DE IMPACTES SOCIAIS	7
3.5	ETAPA 4: CRIAR E IMPLEMENTAR PROGRAMAS DE MONITORIZAÇÃO	8
4	ETAPA 1 – COMPREENDER O PROJETO E A ÁREA AFETADA.....	10
4.1	INTRODUÇÃO.....	10
4.2	ENQUADRAMENTO TERRITORIAL	10
4.3	ENQUADRAMENTO NA DIA E NOS NÍVEIS DE GOVERNAÇÃO	12
4.4	IDENTIFICAÇÃO DOS INTERESSADOS.....	14
4.4.1	Metodologia.....	14
4.4.2	Resultados	16
5	ETAPA 2 - PREVER / ANALISAR E AVALIAR IMPACTES	18
5.1	INTRODUÇÃO.....	18
5.2	PERFIL DA COMUNIDADE AFETADA / CARACTERIZAÇÃO DOS CASOS AFETADOS	18
5.2.1	Metodologia.....	18
5.2.2	Resultados	15
5.3	IMPACTES – SÍNTESE E TIPOLOGIA DE IMPACTE.....	23
5.3.1	Introdução	23
5.3.2	Antes do início da obra/fase de pré construção.....	24
5.3.3	Fase de construção.....	24
5.3.4	Fase de exploração.....	41

6	NOTAS FINAIS	44
7	ANEXOS	46
7.1	ANEXO I – RESUMO DAS NORMAS AMBIENTAIS E SOCIAIS DO BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTO (BEI, 2022)	46
7.2	ANEXO II – FOLHETO INFORMATIVO.....	50
7.3	ANEXO III – MODELOS UTILIZADOS PARA O INQUÉRITOS.....	52
7.4	ANEXO IV – COMPILAÇÃO DE DADOS SINTETIZADA	66
7.5	ANEXO V – CONFIDENCIAL/ INQUÉRITOS REALIZADOS E COMPILAÇÃO DE DADOS	79

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Formas de abordar os potenciais impactos negativos (usando a hierarquia de mitigação)	8
Quadro 2 – Número de casos de afetação por município e por freguesia, de acordo com a tipologia.	16
Quadro 3 – Síntese dos contactos realizados com as entidades e interessados durante a realização do RECAPE.....	1
Quadro 4 – Indicadores utilizados na análise.....	14
Quadro 5 – Número de inquéritos realizados, face ao número de situações de afetação identificadas.....	17
Quadro 6 – Tipificação dos casos de afetação	25
Quadro 7 – Distribuição geográfica dos casos tipificados, por Município e Freguesia.....	26
Quadro 8 – Número de demolições por trecho no EIA e no RECAPE	39
Quadro 9 – Compilação de dados recolhidos com recurso a inquérito – Habitações (1/2)	66
Quadro 10 – Compilação de dados recolhidos com recurso a inquérito – Habitações (2/2)	69
Quadro 11 – Compilação de dados recolhidos com recurso a inquérito – Atividades Económicas (1/3).....	75
Quadro 12 – Compilação de dados recolhidos com recurso a inquérito – Atividades Económicas (2/3).....	76
Quadro 13 – Compilação de dados recolhidos com recurso a inquérito – Atividades Económicas (3/3).....	77
Quadro 14 – Compilação de dados recolhidos com recurso a inquérito – Outras construções	78

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1- Esquema ilustrativo dos contributos dos estudos realizados na construção do Programa de Medidas Compensatórias Socioeconómicas	3
Figura 2- Esquema global da metodologia de abordagem à AIS	6
Figura 3- Municípios e Freguesias abrangidos pelo traçado	11

Figura 4 – Exemplo de distinção entre uma afetação direta e indireta. Poligonal de expropriação - Cor verde; Afetação direta - Ponto vermelho; Afetação indireta – Ponto verde.	15
Figura 5 – Reunião de esclarecimento na Junta de Freguesia de Campanhã.....	19
Figura 6 – Realização de inquérito, na Junta de Freguesia de Serzedo	11
Figura 7- Excerto do folheto distribuído e identificação utilizada pela equipa da AIS	11
Figura 8 - Número de inquéritos realizados face ao total de casos de afetação (direta e indireta) identificados.....	16
Figura 9 – Número médio de pessoas por agregado, em cada município	19
Figura 10 – Excerto de inquérito com situação de incapacidade identificada, no agregado familiar	20
Figura 11 – Situação habitacional por município	20
Figura 12 – Tipo de ocupação de cada atividade económica identificada	21
Figura 13 – Excerto de inquérito preenchido, com manifestação das principais preocupações relativamente ao projeto	23

1 ENQUADRAMENTO E OBJETIVOS

O presente documento corresponde à Análise de Impactes Sociais (AIS) que visa dar resposta ao Estudo de Impacte Social (EIS) e ao Estudo de Impacte das Atividades Económicas (EIAE) previstos na Declaração de Impacte Ambiental (DIA) do *Estudo Prévio da Concessão da Linha Ferroviária de Alta Velocidade entre Porto (Campanhã) e Oiã - LOTE A - Troço Aveiro (Oiã) / Porto (Campanhã)*, como sendo Elementos a apresentar em sede RECAPE, nos termos que em seguida se transcrevem.

31. Estudo de Impacte Social (EIS) elaborado segundo as melhores práticas e orientações internacionais, entre as quais os standards ambientais e sociais do Banco Europeu de Investimento (BEI, 2022). O EIS deve reavaliar os impactes e medidas de mitigação, desenvolver o Programa de Gestão de Impactes Sociais (PGIS) e o Programa de Monitorização de Impactes Sociais para as fases de construção e exploração. Entre outros aspetos, o EIS deve analisar com particular atenção os casos de afetação de habitações e realojamento, e analisar e configurar as situações que possam originar processos de realojamento coletivo, com a participação ativa dos afetados. Este estudo deve identificar todas as habitações afetadas, por município e freguesia, incluindo para cada habitação: número de residentes; idade; situação de trabalho (trabalhador por conta de outrem/própria, desempregado) e local de trabalho e especificar situações de especial vulnerabilidade (crianças, idosos, situações de incapacidade/dependência) e, identificar, por município e freguesia, as afetações diretas de equipamentos sociais/coletivos. Deve igualmente analisar com particular atenção a afetação de meios de vida.

32. Estudo de Impacte das Atividades Económicas (EIAE), o qual deve identificar, por município e freguesia, as afetações diretas de atividades económicas, incluindo a Identificação da empresa, área, área/tipologia de negócio.

Associado a estes estudos a DIA prevê ainda a elaboração de um **Programa de Medidas Compensatórias Socioeconómicas**, que se desenvolve no Anexo 11-02 do presente RECAPE, nos termos que, igualmente, se transcrevem:

Programa de Medidas Compensatórias Socioeconómicas

O programa de medidas compensatórias a apresentar em sede de RECAPE deve ter em consideração as seguintes orientações:

Objeto do programa:

- a. As medidas de compensação são definidas quando há alteração significativa e/ou irreversível da situação de referência (antes do projeto) e há um dano muito significativo para o bem-estar individual e/ou da comunidade.
- b. As medidas de compensação visam atenuar os efeitos negativos resultantes desses impactes não mitigáveis e pressupõem uma relação direta entre a situação de referência e a situação após o projeto, devendo ser definidas com base em critérios de equidade, proporcionalidade, subsidiariedade, legalidade e justiça.

- *i. As medidas compensatórias devem ser definidas para as diferentes fases de desenvolvimento do projeto (Antes do Início da Obra/Fase de Pré-Construção, Fase de Construção e Fase de Exploração).*

- *c. As medidas compensatórias devem ser definidas nas situações seguintes:*

- *i. Situações individuais (Afetações diretas de propriedade, Habitações (incluindo anexos urbanos e rurais) e Atividades económicas) e Situações de afetação de equipamentos sociais/coletivos propriedade dos órgãos de poder local ou instituições particulares de solidariedade social ou outras associações/entidades locais;*
- *ii. Comunidade afetada pelo projeto (comunidade na envolvente da área do projeto).*

Adicionalmente a DIA estabelece a necessidade de desenvolvimento de um Programa de Monitorização de Impactes Sociais, que se inclui igualmente no Anexo 11-02 do presente RECAPE, procurando responder aos critérios que se transcrevem:

Programa de Monitorização de impactes sociais

Este programa, a apresentar com nível de detalhe apropriado as fases de construção e exploração, tem os seguintes objetivos:

- *Avaliar a eficácia da aplicação das medidas de minimização e/ou compensação, propondo, caso se identifiquem impactes adicionais, novas medidas.*
- *Identificar as reclamações registadas e o tratamento das mesmas.*
- *Assegurar a monitorização da implementação do Programa de Gestão de Impactes Sociais.*
- *Avaliar a evolução dos processos de expropriação e compensações.*

No caso concreto da Linha Ferroviária de Alta Velocidade entre Porto (Campanhã) e Oiã - Lote A - Troço Aveiro (Oiã) / Porto (Campanhã), tratando-se de um projeto desenvolvido parcialmente em meio urbano, em que a grande maioria dos impactes, positivos ou negativos, se exerce ou reflete sobre o bem-estar e qualidade de vida das populações, a elaboração de uma abordagem de carácter social afigura-se justificável e necessária.

Quando no EIS ou no EIAE forem identificadas situações em que há alteração significativa e/ou irreversível da situação de referência (antes do projeto) e há um dano muito significativo para o bem-estar individual e/ou da comunidade serão definidas medidas compensatórias apresentadas no Programa de Medidas Compensatórias Socioeconómicas (Figura 1).

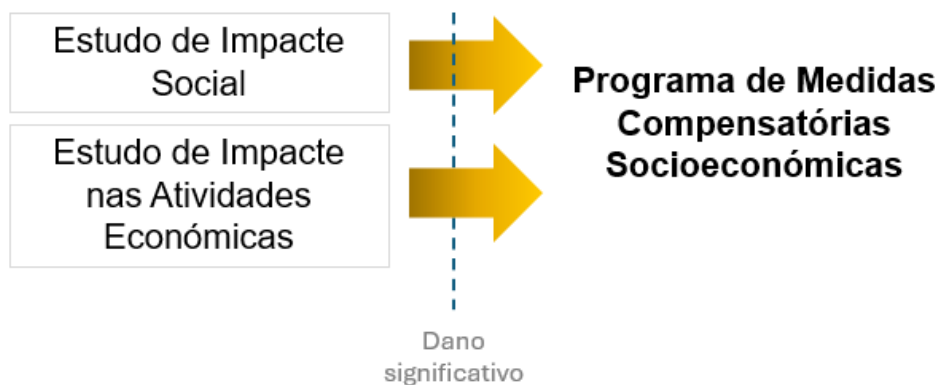


Figura 1- Esquema ilustrativo dos contributos dos estudos realizados na construção do Programa de Medidas Compensatórias Socioeconómicas

2 ABORDAGEM DESENVOLVIDA E ORIENTAÇÕES SEGUIDAS

Para o desenvolvimento do presente documento foram consultados vários guias e orientações para a elaboração de avaliações de carácter social de entre os quais se destacam:

- As Normas Ambientais e Sociais definidas pelo Banco Europeu de Investimento (BEI, 2022) que regem a forma como os projetos financiados pelo BEI devem tratar questões ambientais, sociais, de direitos humanos e de desenvolvimento sustentável. No Anexo I (Capítulo 7 - Anexos) é apresentado um resumo das normas.
- Guia de Impactos Sociais da Associação Internacional de Avaliação de Impactos (IAIA) – Avaliação de Impactos Sociais: Guia para a avaliação e gestão dos impactos sociais dos projetos (IAIA, 2015), que descreve um conjunto de boas práticas exigíveis para a avaliação de impactos sociais (AIS).

De acordo com IAIA 2015 “(...) Os *Princípios Internacionais para a Avaliação de Impactos Sociais* consideram que os impactos sociais incluem todas as questões associadas a uma intervenção planeada (ou seja, um projeto) que afetam ou preocupam as pessoas, direta ou indiretamente. Concretamente, um impacto social é considerado como algo experienciado ou sentido a qualquer nível, percetivo (cognitivo) ou corpóreo (corporal, físico), ao nível de uma pessoa individual, uma unidade económica (família/agregado familiar), um grupo social (círculo de amigos), um local de trabalho (uma empresa ou agência governamental) ou pela comunidade/sociedade em geral. Estes níveis diferentes são afetados de formas diferentes por um impacto ou uma ação causadora de impacto”

Apesar do presente documento integrar o processo de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA), importa salientar que apresenta especificidades que o distinguem substancialmente do processo de AIA. Com efeito, enquanto os impactes ambientais se verificam com a execução material do projeto, os impactes de natureza social podem emergir em fases muito anteriores, nomeadamente a partir da mera circulação de rumores sobre a sua eventual implementação. Tais rumores têm o potencial de desencadear processos especulativos e alterar comportamentos individuais e coletivos.

No contexto específico da construção da Linha de Alta Velocidade (LAV), que implicará a deslocalização de habitações e atividades económicas, a propagação de informação não confirmada pode contribuir para o agravamento de perceções de risco, fomentando estados de medo e ansiedade na população, independentemente da veracidade e rigor dessa informação. Estes efeitos, embora subjetivos, configuram impactes sociais reais e mensuráveis, que não devem ser desconsiderados no âmbito da AIA, mas antes objeto de uma abordagem sistemática e estratégias adequadas de gestão e mitigação.

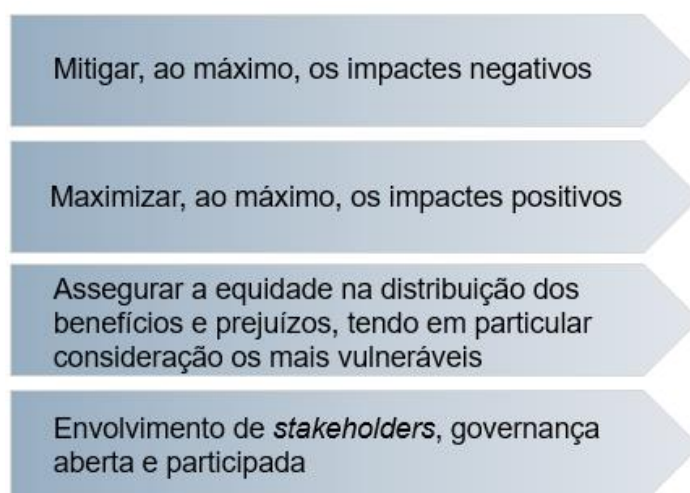
Tendo em conta a abrangência dos impactes sociais, entendeu-se que a abordagem ao EIS e ao EIAE não deve ser efetuada em separado, mas sim conjuntamente uma vez que efetivamente tudo está interligado. Optou-se assim por designar a abordagem conjunta dos dois estudos (EIS e EIAE) por Avaliação de Impacte Social (AIS). Este agrupamento não põe em causa o cumprimento da DIA designadamente no que se refere às medidas 31 e 32, bem como ao Programa de Medidas Compensatórias Socioeconómicas e Programa de Monitorização de Impactes Sociais.

3 METODOLOGIA E CONTEÚDO DA AIS

3.1 INTRODUÇÃO

Tal como mencionado, a presente AIS tem como base a metodologia e as orientações já publicadas para este tipo de abordagem adaptadas ao Projeto específico da LAV. Deste modo, a AIS tem como ponto de partida a análise do traçado selecionado, a aferição dos impactes identificados e avaliados no EIA do Estudo Prévio, as recomendações e as medidas de mitigação ou potenciação nele apresentadas, bem como o conteúdo, orientações e disposições estabelecidas na DIA.

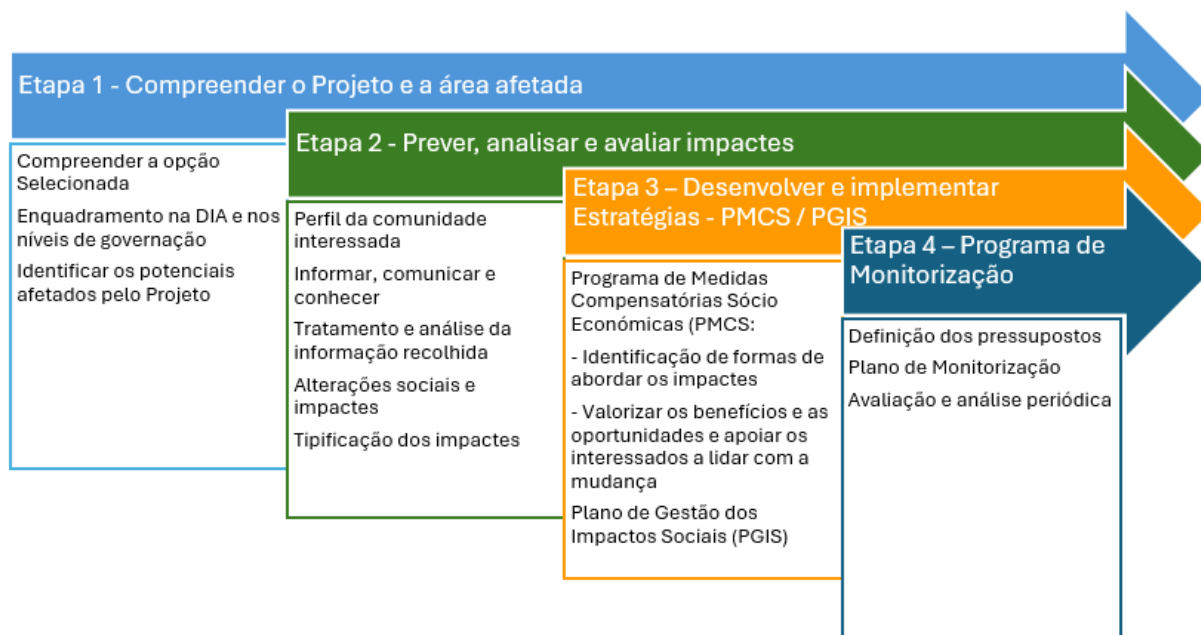
As orientações e a configuração do processo de gestão expressam critérios de sustentabilidade social ou socioambiental, partindo do pressuposto de que um projeto, para ser socialmente sustentável, tem que, na sua conceção e implementação, incorporar, entre os seus objetivos, o bem-estar e o tratamento equitativo e justo das populações afetadas, em particular os segmentos mais vulneráveis. Na prática, traduz-se nas seguintes orientações:



No que respeita ao conteúdo específico, a AIS pode ser estruturada segundo um conjunto de etapas que correspondem, de forma geral, à execução das atividades enumeradas na figura abaixo que configuram um processo dinâmico e interdependente, sendo que as diferentes etapas se influenciam mutuamente.

O presente documento integra os trabalhos relacionados com as Etapas 1 e 2, apresentando-se no Anexo 11-02 do Tomo 10.02.04 – ANEXOS, os trabalhos relacionados com as Etapas 3 e 4, correspondentes ao Programa de Medidas Compensatórias Socioeconómicas e Programa de Monitorização de Impactes Sociais.

No âmbito do projeto LAV, a AIS surge numa fase do procedimento de AIA em que o traçado já foi selecionado. Desta forma, a metodologia desenvolvida centrou-se nas seguintes etapas e atividades analisadas em profundidade nas secções subsequentes deste documento.



Fonte: adaptado de IAIA,2015

Figura 2- Esquema global da metodologia de abordagem à AIS

3.2 ETAPA 1: COMPREENDER O PROJETO E A ÁREA AFETADA

Compreender a opção seleccionada do Projeto – Onde se pretendeu, junto do projetista, compreender o projeto de execução da solução de traçado seleccionada, bem como as suas principais ações. Paralelamente, a equipa da AIS teve de aprofundar o conhecimento sobre todas as dimensões da LAV.

Enquadramento na DIA e nos níveis de governação – Considerou-se fundamental ter a perceção do conteúdo da DIA bem como de todos os outros trabalhos e projetos que estão a ser desenvolvidos em paralelo. A título de exemplo, refira-se a abordagem ao ambiente sonoro ou a abordagem ao futuro processo de expropriações. Acresce ainda como determinante conhecer os vários níveis de governação desde o Governo, que decidiu pela construção da LAV, até as juntas de freguesia que possuem um papel determinante no conhecimento das populações e realidades locais.

Identificar os potenciais afetados pelo Projeto – Nesta atividade procede-se à identificação dos afetados de acordo com os critérios definidos no EIA, recorrendo à tecnologia SIG e ortofotomapa.

3.3 ETAPA 2: PREVER, ANALISAR E AVALIAR AS POSSÍVEIS VIAS DE IMPACTO

Perfil da comunidade afetada – Nesta atividade foram estruturados inquéritos com o objetivo de conhecer melhor a população e as atividades económicas interessadas. Foram desenvolvidos diferentes inquéritos direcionados para três tipos de situações distintas: situações individuais, atividades económicas e outro edificado.

Ainda com o objetivo de conhecer os interessados, previamente ao contacto com os mesmos para a realização dos inquéritos, foram estabelecidos contactos com as câmaras municipais e juntas de freguesia.

Informar, comunicar e conhecer – O processo de informação e participação foi iniciado no passado ao longo da elaboração do EIA bem como no momento de consulta pública do mesmo. Nesta fase de RECAPE, e concretamente no âmbito da AIS, o processo foi retomado, mas agora de uma forma mais direcionada para os interessados. Foram realizadas reuniões informais e pessoais com os interessados onde, para além do preenchimento do inquérito, foi prestada informação sobre o projeto em si, e sobre a forma como o mesmo os afetará, permitindo a sua preparação atempada para a mudança.

Tratamento e análise da informação recolhida – Centrou-se em trabalho de gabinete, durante o qual se procedeu à organização, sistematização e tratamento da informação recolhida nos inquéritos realizados.

Alterações sociais e impactes – Os dados obtidos foram analisados com recurso a diferentes indicadores qualitativos e quantitativos, permitindo identificar padrões, tendências e aspetos críticos do ponto de vista social – situações de vulnerabilidade - que configuram os impactes.

Tipificação dos impactes – Identificados os impactes, foi necessário proceder à sua tipificação, isto é, identificação de tipo de casos e das suas necessidades específicas e vulnerabilidades, com vista à definição de medidas de minimização / compensação.

Neste ponto, mais uma vez se destaca que a solução de traçado escolhida resultou de uma análise de alternativas desenvolvida em fase de EIA. Deste modo, a presente AIS não contribui ativamente para a seleção de alternativas, ainda assim, pode considerar algumas soluções com vista a minimizar os impactes (por exemplo, restabelecimentos, criação de muros de suporte, etc.).

3.4 ETAPA 3: DESENVOLVER E IMPLEMENTAR ESTRATÉGIAS – PROGRAMA DE MEDIDAS COMPENSATÓRIAS SOCIOECONÓMICAS E PLANO DE GESTÃO DE IMPACTES SOCIAIS

Esta etapa, cujo desenvolvimento se apresenta em documento próprio (Anexo 11-02) centra-se do desenvolvimento e implementação de estratégias, ou seja, na identificação das medidas compensatórias (face às situações de vulnerabilidade identificadas) e respetivos procedimentos de gestão das mesmas.

Programa de Medidas Compensatórias Sócio Económicas (PMCS) que procedeu à:

- **Identificação de formas de abordar os impactes** – Onde se pretendeu identificar formas de abordar os potenciais impactos negativos, usando a hierarquia de mitigação, essas formas poderão ser de diversa ordem, como apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 – Formas de abordar os potenciais impactos negativos (usando a hierarquia de mitigação)

CONCEITO	DESCRIÇÃO	APLICABILIDADE NA PRESENTE AIS
Evitar	Fazer alterações no projeto ou plano (ou local potencial) para evitar efeitos adversos. Esta é a forma mais aceitável de mitigação.	Na presente solução de traçado, tendo já sido alvo de uma análise de alternativas em fase de EIA, não foram equacionadas medidas com vista a evitar impactes, mas sim com vista a reduzir, reparar ou compensar os mesmos.
Reduzir	Quando não é possível evitar, os efeitos adversos podem ser reduzidos durante a conceção, construção ou desativação.	Prever muros de contenção de terras, em casos de afetação limítrofe.
Reparar	Quando os efeitos adversos não podem ser mais reduzidos, podem ser introduzidas medidas para limitar a sua influência, restaurando, reabilitando ou remediando o ambiente afetado.	Reconstrução de muros ou vedações de habitações, reabilitação de estradas e caminhos.
Compensar em espécie	Quando não são possíveis novos benefícios, e ainda há impactos residuais, pode ser apropriado disponibilizar medidas compensatórias que tentem equilibrar o efeito adverso com um efeito positivo comparável.	Criar melhores condições de acessibilidade, com ciclovias e passeios.
Compensar por outros meios	Quando não é possível compensar em espécie, em último recurso, pode tentar compensar-se por outros meios.	Processo de expropriação. Criação de espaços verdes urbanos e equipamentos públicos.

Fonte: Adaptado de IAIA, 2015

- **Valorização dos benefícios e as oportunidades, e apoio dos afetados a lidar com a mudança** – onde se desenvolveram as medidas de minimização e de compensação por forma a melhorar os benefícios e as oportunidades relacionadas com o projeto.

Plano de Gestão dos Impactos Sociais (PGIS) – Visou a implementação dos benefícios, das medidas de mitigação e de compensação e dos acordos de monitorização e acordos de governação estabelecidos, bem como dos planos para lidar com quaisquer problemas imprevistos, à medida que venham a surgir. Pretendeu-se no PGIS definir parcerias com vista à concretização das ações, parcerias essas que passem pela integração nos planos de atividades dos municípios e/ou juntas de freguesia de ações com vista à concretização do PGIS.

3.5 ETAPA 4: CRIAR E IMPLEMENTAR PROGRAMAS DE MONITORIZAÇÃO

A Etapa 4 centra-se no desenvolvimento e implementação de um Programa de Monitorização de Impactes Sociais, cujo desenvolvimento se apresenta no Anexo 11-02, integrado no Tomo 10.02.04 – ANEXOS e envolve os seguintes aspetos:

Definição dos pressupostos de Monitorização – Para monitorizar a mudança ao longo do tempo, é importante identificar e rastrear os indicadores sociais que meçam todos os possíveis impactos e quaisquer questões que possam dizer respeito às partes interessadas. Desenvolvidos os indicadores, estes terão de ser integrados no plano de monitorização.

Plano de monitorização – Definido com vista a conferir uma consideração cuidadosa à governação e à supervisão do processo de monitorização, para que haja legitimidade. O plano de monitorização

define as bases para a futura monitorização bem como as respetivas dimensões a monitorizar, constituindo um documento de trabalho dinâmico a ser revisto regularmente para determinar se todos os indicadores ainda são relevantes, se os métodos de medição permanecem apropriados (especialmente no contexto dos avanços tecnológicos) e se surgiram novas questões que deveriam ser incluídas no plano de monitorização.

Avaliação e análise periódica – Pretende-se que as avaliações sejam periódicas, iniciando-se com uma campanha de referência antes do início da fase de construção, para estabelecer uma base atualizada de referência dos parâmetros a monitorizar, e prolongando-se pela fase de construção e exploração.

4 ETAPA 1 – COMPREENDER O PROJETO E A ÁREA AFETADA

4.1 INTRODUÇÃO

Esta etapa baseou-se num conjunto de atividades com o objetivo de dotar a Equipa da AIS de conhecimento relativo ao território abrangido pela LAV, ao conteúdo do EIA bem como ao enquadramento em termos de níveis de governação do território abrangido.

4.2 ENQUADRAMENTO TERRITORIAL

Como ponto de partida importa fazer um enquadramento territorial da área de intervenção do Projeto e, particularmente, dos municípios e freguesias afetadas pelo mesmo (representados na figura seguinte).

Apresentado o enquadramento territorial, de seguida, e consultando a informação do EIA, apresenta-se o enquadramento sociodemográfico:

- *A população total dos concelhos atravessados pelo troço Soure/Porto da LAV totaliza cerca de 1 milhão de habitantes e a população total das freguesias atravessadas ultrapassa os 420 mil habitantes. Trata-se, portanto, de um território muito povoado.*
- *Com exceção do concelho e algumas freguesias de Albergaria-a-Velha e de uma freguesia de Estarreja, todas as restantes unidades territoriais têm densidades superiores a 200 habitantes por km². A densificação do território acentua-se a partir da zona norte de Ovar, sendo particularmente elevada em Espinho, Vila Nova de Gaia e Porto.*
- *No que respeita à evolução do volume de população e considerando a população global dos concelhos e freguesias atravessados pelo projeto, verifica-se uma redução ligeira (-1,5%) na totalidade do período 2001-2021. Essa redução é, porém, um pouco mais acentuada no período 2011-2021 (-0,9% e -1,0%) do que no período 2001-2011 (-0,6% e -0,5%).*
- *Considerando as diversas unidades territoriais, constata-se a ocorrência de evoluções diferenciadas. Os concelhos de Oliveira do Bairro, Aveiro e Vila Nova de Gaia têm crescimento positivo quer em 2001-2011 quer em 2011-2021, embora mais ligeiro neste último período. Os concelhos de Albergaria-a-Velha, Ovar e Santa Maria da Feira têm crescimento positivo em 2001-2011, mas apresentam crescimento negativo em 2011-2021. Os concelhos de Estarreja, Espinho, e Porto têm crescimento negativo quer em 2001-2011 quer em 2011-2021, sendo que, em todos estes casos, o crescimento negativo no período 2011-2021 é mais moderado do que o registado no período anterior.*
- *A nível de freguesia, a evolução registada permite constatar que as freguesias com características mais rurais são as que apresentam maiores perdas populacionais. É o caso das freguesias do Baixo Vouga Lagunar, como São João de Loure, Frossos e Angeja (Albergaria-a-Velha), Canelas, Fermelã e Salreu (Estarreja), mas também de Avanca (Estarreja), Paramos e Silvalde (Espinho).*



Figura 3- Municípios e Freguesias abrangidos pelo traçado

- Nas perdas mais **acentuadas incluem-se também as freguesias de Bonfim e Campanhã**, no Porto, as quais estão associadas, porém, a outro tipo de fenómenos, como a terciarização e a repulsão de população do centro urbano para áreas mais periféricas.
- As **freguesias que apresentam maior crescimento** são freguesias com maior concentração urbana e diversidade de funções urbanas e/ou freguesias que usufruem de melhores acessibilidades (nós da rede viária fundamental e complementar) frequentemente associadas a zonas industriais. É o caso de **Oiã (Oliveira do Bairro), Albergaria-a-Velha e Valmaior (Albergaria-a-Velha), Esmoriz (Ovar), Santa Maria da Feira, Sanfins, Travanca e Espargo, São João de Ver (Santa Maria da Feira)**.
- Em síntese, considerando o período de vinte anos que medeia **entre os Censos de 2001 e 2021**, pode concluir-se que, embora com alguma diferenciação e recomposição populacional, em detrimento de espaços mais rurais e reforço de espaços com maior concentração urbana, **o volume global de população da área de estudo se manteve relativamente idêntico, ainda que em perda (-1,5%)**. Daqui não pode, porém, inferir-se que a ocupação do território se manteve igualmente idêntica. Efetivamente, verificou-se um crescimento generalizado do número de edifícios, mantendo-se o padrão da ocupação extensiva do território (EIA Linha Ferroviária de Alta Velocidade entre Porto e Lisboa Fase 1: Troço Porto / Soure, Lote A, 2023, negrito nosso).

4.3 ENQUADRAMENTO NA DIA E NOS NÍVEIS DE GOVERNAÇÃO

Como já mencionado no capítulo inicial, a presente AIS dá resposta ao disposto na DIA no que se refere ao cumprimento das medidas associadas à componente socioeconómica e respetivo PMCS sua gestão (através do PGIS) e monitorização. Todavia, haverá que enquadrar o trabalho aqui apresentado com as restantes tarefas desenvolvidas em fase de RECAPE, bem como com todos os intervenientes - níveis de Governação.

Efetivamente “*Como o “impacto social” é entendido como algo associado a um projeto que afeta ou implica qualquer grupo de pessoas afetadas, quase tudo pode ser potencialmente um impacto social, desde que seja valorizado ou considerado importante para um grupo específico de pessoas. Os impactos ambientais, por exemplo, também podem ser impactos sociais porque as pessoas dependem do meio ambiente para os seus meios de subsistência e porque podem ter ligação afetiva aos locais onde os projetos estão a ser instalados. Os impactos na saúde e bem-estar são impactos sociais. A perda de património cultural, de habitats importantes ou biodiversidade também pode ser um impacto social, porque é valorizada pelas pessoas. Deste modo, a AIS deve considerar tudo o que é relevante para as pessoas e para a forma como vivem. Isto significa que a AIS não deve começar com uma lista de verificação de possíveis impactos, mas sim identificar os impactos sociais a partir de uma compreensão do projeto e de um entendimento de como o projeto afetará aquilo que é importante para as partes interessadas (IAIA. 2015).*

Para o presente Projeto os impactos sociais são entendidos como as alterações em um ou mais dos seguintes aspetos (adaptado de IAIS, 2015):

- Estilo de vida das pessoas – ou seja, a forma como vivem, trabalham, se divertem e se relacionam diariamente;
- Cultura – incluindo as suas tradições, valores;

- Comunidade – o quanto as pessoas estão unidas, como é o ambiente onde vivem, os serviços que têm por perto e os equipamentos e as infraestruturas disponíveis
- Sistema político – refere-se à forma como os cidadãos participam nas decisões que influenciam as suas vidas, ao grau de democracia existente e aos meios oferecidos para essa participação;
- Meio ambiente – diz respeito à qualidade do ar e da água utilizados, aos níveis de exposição a riscos como poluição, ruído ou perigo, à eficácia do saneamento básico, à segurança das pessoas e ao acesso e controlo dos recursos naturais;
- Saúde e bem-estar – entendida como um estado completo de bem-estar físico, mental, social e espiritual, e não apenas a ausência de doenças;
- Direitos individuais e de propriedade – especialmente no que se refere a possíveis impactos económicos sobre as pessoas ou desvantagens pessoais que possam representar uma violação das suas liberdades civis;
- Medos e expectativas – incluindo perceções sobre segurança, preocupações quanto ao futuro da comunidade e os desejos e sonhos para si próprios e para os seus filhos.

Como é possível constatar do acima mencionado, a AIS não se esgota no cumprimento do disposto nas medidas 31 e 32 da DIA, não se podendo autonomizar e desgarrar das abordagens desenvolvidas nos restantes descritores do procedimento de AIA, em particular do presente RECAPE, como sejam os abaixo listados.

- Clima e Alterações Climáticas
- Recursos Hídricos Superficiais
- Recursos Hídricos
- Sistemas Ecológicos
- Uso Do Solo e Ordenamento do Território
- Paisagem
- Qualidade Do Ar
- Ruído
- Vibrações
- Património

Os elementos apresentados nestes descritores, tal como as análises desenvolvidas, aprofundam questões de especialidade complexas, que não cabem à socioeconomia, mas influenciam direta ou indiretamente o bem-estar da população (e.g. ruído e vibrações geradas pelo Projeto). Promovem, portanto, de forma complementar à AIS, a identificação de situações concretas de afetação, passíveis de minimização ou compensação.

Da mesma maneira, o sucesso das medidas de compensação a definir assenta na assunção dos níveis de governação que envolvem a concretização do projeto e cujas competências, âmbito de atuação e responsabilidades terão de estar bem presentes ao longo de todo o desenvolvimento da AIS por forma a ser possível estabelecer consensos e definir acordos e responsabilidades. No caso em presença tem-se:

- O Governo de Portugal – que decidiu a construção da nova Linha de Alta Velocidade ferroviária, ligando as duas principais cidades do país em 1h15.
- As Infraestruturas de Portugal – à qual foi cometida a concretização da LAV e que constitui a entidade licenciadora.
- A AVAN NORTE – Gestão da Ferrovia de Alta Velocidade, S.A. – Concessionária – a quem foi adjudicada pela Infraestruturas de Portugal, S.A., a concessão da conceção, projeto, construção, financiamento, manutenção e disponibilização da Infraestrutura Ferroviária.
- O ACE – constituída pelo consórcio Lusolav, a quem a Concessionária adjudicou a execução da totalidade dos trabalhos de conceção, projeto e construção.
- Os Municípios – detentores de diversas competências, abrangendo áreas como ação social, ambiente, educação, cultura, ordenamento do território, entre outras.
- As Juntas de Freguesia – que constituem o elo direto entre os cidadãos e a administração pública, contribuindo para a promoção do bem-estar e da qualidade de vida nas freguesias.
- Associações e outras entidades locais – com um papel importante no apoio à comunidade em termos sociais, educativos, culturais, entre outras.

Só com esta definição clara de competências se poderão definir medidas e ações com vista a levar a bom porto os objetivos da AIS que se entende como “(...) sendo o processo de identificação e gestão das questões sociais do desenvolvimento de projetos e inclui o envolvimento eficaz das comunidades afetadas em processos participativos de identificação, avaliação e gestão de impactos sociais. (...) Embora a AIS ainda seja utilizada como um mecanismo de previsão de impactos e ferramenta de tomada de decisões em processos regulamentares, para considerar os impactos sociais antes de uma decisão de permissão ou licenciamento, igualmente importante é o seu papel de contribuição para a gestão contínua de questões sociais em todo o ciclo de desenvolvimento do projeto, desde a conceção até ao pós-encerramento.” (IAIA, 2015).

4.4 IDENTIFICAÇÃO DOS INTERESSADOS

4.4.1 METODOLOGIA

Tendo em conta o traçado desenvolvido em fase de projeto de execução, foi realizada nova aferição das situações de afetação (interessados), em ambiente SIG¹, com análise de ortofotomapa.

A aferição das situações de afetação considerou, de forma genérica, que na infraestrutura da ferrovia são necessárias faixas de 10,5 m de largura de cada lado da área a ocupar pela LAV, para acomodar os órgãos de drenagem longitudinal, bem como os caminhos de serviço. Assim:

- Em zona de aterro ou escavação: área a ocupar pela construção da infraestrutura, definida pelas saias dos aterros e escavações, tendo em consideração o traçado e majorada com uma largura de 10,5 m para cada um dos lados definidos pela projeção das saias dos aterros e das escavações.

¹ Sistemas de Informação Geográfica

- Em zona de obras de arte: área ocupada pela projeção da Obra de Arte, majorada com uma largura de 10,5 m para cada lado da mesma. No caso de viadutos, foi considerada uma majoração de 4 m para cada lado.

Relativamente às estações, a aferição de situações de afetação considerou o limite da implantação das mesmas, majorado por 10,5 m, considerando uma área para movimentação de maquinaria e trabalhadores. Quanto aos restabelecimentos, a aferição foi efetuada considerando os seus locais de implantação, respetivas saias dos taludes de aterros e escavações, não se verificando necessário estabelecer qualquer faixa adicional de salvaguarda.

A cada edifício/construção identificado como afetado corresponde um ponto de localização georreferenciado e um código numérico específico, com correspondência à informação posteriormente recolhida nos inquéritos.

Refira-se que a AIS acompanhou o desenvolvimento do projeto de execução e a normal integração de ajustes (e.g. taludes, aterros, restabelecimentos) no projeto ao longo do processo, tendo mantido constante contacto com os projetistas. Por esta razão, o número total de situações de afetação variou entre o início e o final da elaboração do presente estudo, altura em que ficou estabilizada a poligonal de expropriação. Deste modo, foram identificadas situações de “Afetação direta”, isto é, no interior da poligonal de expropriação, que implicam demolição do edificado, e outras que não serão alvo de afetação direta pelo Projeto e que foram designadas como “Afetações indiretas” (i.e., sem demolição) (Figura 4).

- Afetação direta: implica demolição do edificado;
- Afetação indireta: não implica demolição do edificado, verificando-se, contudo, que o edificado se encontra implantado de forma limítrofe à poligonal de expropriação, eventualmente inviabilizando a habitação do mesmo.



Figura 4 – Exemplo de distinção entre uma afetação direta e indireta. Poligonal de expropriação - Cor verde; Afetação direta - Ponto vermelho; Afetação indireta – Ponto verde.

Por motivos de proteção de dados e privacidade, este relatório apresenta a localização dos casos em desenho sem referência a códigos, com indicação de referência a tipologia de afetação e carácter da mesma (direta/ indireta). Da mesma forma, a informação recolhida de cada caso foi protegida para proteção de dados e privacidade.

4.4.2 RESULTADOS

A localização dos casos de afetação pode ser consultada no Desenho AMB11, apresentado no Tomo 10.02.03 – Peças Desenhadas. No quadro seguinte, identifica-se o número de casos afetados, considerando o projeto em fase de Projeto de Execução. Na primeira coluna apresenta-se a localização considerando o Município e a Freguesia, nas colunas seguintes apresenta-se o número de casos afetados.

A tipologia de afetação pode assumir uma de quatro tipologias distintas: habitação, atividades económicas, outras construções (inclui anexos urbanos, agrícolas e outros) e equipamentos. Como se pode constatar da análise do quadro, a implementação do Projeto resultará na interferência com 345 situações. No que diz respeito à tipologia, 243 casos correspondem a habitações, 62 casos dizem respeito a atividades económicas, 39 a outras construções e um equipamento desportivo.

Relativamente ao tipo de afetação, 261 casos correspondem a afetações diretas (ou seja, com demolição), dos quais 185 habitações, 45 atividades económicas, e 31 outras construções. Os restantes 84 casos dizem respeito a afetações indiretas (e.g. afetação de propriedade de habitação, localização limítrofe à obra).

O Município com maior número de casos de afetação diz respeito a Vila Nova de Gaia com 136 situações, seguido do Porto com 60 situações e Ovar com 40. Por outro lado, Oliveira de Azeméis tem o menor número de situações de afetação com 4 casos.

Quadro 2 – Número de casos de afetação por município e por freguesia, de acordo com a tipologia.

MUNICÍPIO	FREGUESIA	Nº DE CASOS DE AFETAÇÃO POR TIPOLOGIA												TOTAL		
		HAB.			AE			EQU.			OUT.					
		Dir.	Ind.	Total	Dir.	Ind.	Total	Dir.	Ind.	Total	Dir.	Ind.	Total	Dir.	Ind.	Total
Oliveira do Bairro	Oiã	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Aveiro	Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	9	3	12	0	1	1	0	0	0	3	2	5	12	6	18
Aveiro	Eixo e Eirol	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Albergaria-a-Velha	São João de Loure e Frossos	3	0	3	1	1	2	0	0	0	0	0	0	4	1	5
Albergaria-a-Velha	Albergaria-a-Velha e Valmaior	1	2	3	0	2	2	0	0	0	1	2	3	2	6	8
Albergaria-a-Velha	Branca	4	1	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	1	5
Estarreja	UF Canelas e Fermelã	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Estarreja	Salreu	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Estarreja	UF de Beduído e Veiros	5	2	7	2	0	2	0	0	0	3	1	4	10	3	13

MUNICÍPIO	FREGUESIA	Nº DE CASOS DE AFETAÇÃO POR TIPOLOGIA												TOTAL		
		HAB.			AE			EQU.			OUT.					
		Dir.	Ind.	Total	Dir.	Ind.	Total	Dir.	Ind.	Total	Dir.	Ind.	Total	Dir.	Ind.	Total
Estarreja	Avanca	6	3	9	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6	3	9
Oliveira de Azeméis	Loureiro	1	3	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	3	4
Ovar	Válega	9	2	11	0	0	0	0	0	0	1	0	1	10	2	12
Ovar	UF de Ovar, São João, Arada e São Vicente de Pereira Jusã	9	5	14	2	0	2	0	0	0	4	0	4	15	5	20
Ovar	Cortegaça	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Ovar	Esmoriz	0	0	0	2	5	7	0	0	0	0	0	0	2	5	7
Sta. Maria da Feira	UF de São Miguel de Souto e Mosteirô	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Sta. Maria da Feira	UF de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo	13	1	14	2	0	2	0	0	0	1	1	2	16	2	18
Sta. Maria da Feira	Rio Meão	2	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	2
Sta. Maria da Feira	São Paio de Oleiros	1	2	3	1	0	1	0	0	0	0	0	0	2	2	4
Espinho	Paramos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Espinho	Silvalde	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Espinho	UF de Anta e Guetim	11	5	16	1	0	1	0	1	1	2	0	2	14	6	20
Vila Nova de Gaia	UF de Grijó e Sermonde	16	6	22	1	1	2	0	0	0	3	0	3	20	7	27
Vila Nova de Gaia	UF de Serzedo e Perosinho	13	8	21	2	0	2	0	0	0	0	1	1	15	9	24
Vila Nova de Gaia	Canelas	13	11	24	10	6	16	0	0	0	0	1	1	23	18	41
Vila Nova de Gaia	UF de Mafamude e Vilar do Paraíso	23	1	24	13	1	14	0	0	0	1	0	1	37	2	39
Vila Nova de Gaia	Oliveira do Douro	2	1	3	1	0	1	0	0	0	1	0	1	4	1	5
Porto	Bonfim	1	0	1	4	0	4	0	0	0	1	0	1	6	0	6
Porto	Campanhã	41	0	41	3	0	3	0	0	0	10	0	10	54	0	54
TOTAL		185	58	243	45	17	62	0	1	1	31	8	39	261	84	345

Legenda: Hab.: habitações; AE: atividades económicas; Equ.: equipamento; Out: outras construções

5 ETAPA 2 - PREVER / ANALISAR E AVALIAR IMPACTES

5.1 INTRODUÇÃO

Estando concluída a identificação e listagem dos casos de afetação na Etapa 1, importa agora conhecer e caracterizar a população e atividades económicas afetadas. Nesta etapa, foram efetuados contactos prévios com as câmaras municipais e juntas de freguesia e realizadas reuniões informais, onde foi prestada informação sobre o projeto em si, não só aos dirigentes, mas também à população. Pretendeu-se estabelecer contacto com todos os interessados, facilitar a participação no processo e prestar informação. Por fim, realizaram-se as entrevistas aos interessados recorrendo ao preenchimento de inquéritos desenvolvidos para situações específicas.

No capítulo seguinte apresenta-se a metodologia utilizada na caracterização da população afetada. Não tendo sido possível entrevistar a totalidade dos interessados, refere-se que os resultados e considerações tecidas resultam de uma amostra da população afetada, extraída de um universo de 345 casos de afetação (Capítulo 4.4.2). Assim, as conclusões devem ser entendidas como uma aproximação, já que podem existir diferenças entre os interessados que responderam e aqueles que não participaram no inquérito.

No âmbito da AIS, esta abordagem visa a identificação de impactes informada, e em detalhe, a fim de construir um programa de medidas compensatórias adequado para as diferentes fases de desenvolvimento do Projeto.

5.2 PERFIL DA COMUNIDADE AFETADA / CARACTERIZAÇÃO DOS CASOS AFETADOS

5.2.1 METODOLOGIA

O trabalho de caracterização da comunidade afetada foi iniciado com a realização de contactos com os dirigentes das câmaras municipais e juntas de freguesia, e reuniões com os mesmos, de forma a aferir a melhor forma de contactar os afetados e realização das respetivas entrevistas. As reuniões foram úteis ainda para auscultação acerca de impactes positivos ou negativos resultantes do Projeto, bem como de potenciais medidas de minimização e/ou compensação ajustadas à realidade de cada local (Figura 5).



Figura 5 – Reunião de esclarecimento na Junta de Freguesia de Campanhã

No quadro seguinte sintetizam-se os contactos realizados com as entidades e interessados, durante o período de elaboração da AIS, bem como as datas em que foram elaborados os inquéritos

Quadro 3 – Síntese dos contactos realizados com as entidades e interessados durante a realização do RECAPE

ENTIDADE	DATA DA REUNIÃO	SUMÁRIO DA CONSULTA REALIZADA
Junta de Freguesia de Branca	7 de maio de 2025	Apresentação do enquadramento e objetivos da AIS, bem como do faseamento previsto. Identificação dos potenciais afetados tendo em conta o projeto de execução que se encontra a ser desenvolvido bem como da(s) melhor(es) forma(s) para entrar em contacto com os mesmos. Auscultação da Junta de Freguesia sobre os impactes positivos e negativos do Projeto bem como de potenciais medidas de minimização e/ou compensação que possam ser sugeridas. A Junta de Freguesia já tinha conhecimento do traçado (que é idêntico ao apresentado em fase de EIA) no entanto manifestou a preocupação relativamente ao restabelecimento previsto em Soutelo. A Junta de Freguesia vai entrar em contacto com os potenciais afetados no sentido de ser agendada a realização dos inquéritos.
	14 de maio	Elaboração de Inquéritos
Junta de Albergaria-Velha e Valmaior	7 de maio de 2025	Apresentação do enquadramento e objetivos da AIS, bem como do faseamento previsto. Identificação dos potenciais afetados tendo em conta o projeto de execução que se encontra a ser desenvolvido bem como da(s) melhor(es) forma(s) para entrar em contacto com os mesmos. Auscultação da Junta de Freguesia sobre os impactes positivos e negativos do Projeto bem como de potenciais medidas de minimização e/ou compensação que possam ser sugeridas. A Junta de Freguesia mencionou que o projeto não vai trazer qualquer mais-valia para o território da Freguesia, no entanto irá apoiar a equipa da AIS no sentido de serem feitos os contactos com os afetados para o agendamento da realização dos inquéritos.
	15 de maio	Elaboração de Inquéritos
Junta de Freguesia de Avanca	7 de maio de 2025	Apresentação do enquadramento e objetivos da AIS, bem como do faseamento previsto. Identificação dos potenciais afetados tendo em conta o projeto de execução que se encontra a ser desenvolvido bem como da(s) melhor(es) forma(s) para entrar em contacto com os mesmos. Auscultação da Junta de Freguesia sobre os impactes positivos e negativos do Projeto bem como de potenciais medidas de minimização e/ou compensação que possam ser sugeridas. A Junta de Freguesia mencionou que o projeto não vai trazer qualquer mais-valia para o território da Freguesia. O território já foi fragmentado com outras infraestruturas (designadamente a A29) e agora fica com mais uma barreira, pelo que o tema dos restabelecimentos é de primordial importância. Acresce que não vê benefícios para os fregueses. No entanto irá apoiar a equipa da AIS no sentido de serem feitos os contactos com os afetados para o agendamento da realização dos inquéritos.
	15 de maio de 2025	Elaboração de Inquéritos
Junta de freguesia de Canelas (VNG)	14 de maio de 2025	Apresentação do enquadramento e objetivos da AIS, bem como do faseamento previsto. Identificação dos potenciais afetados tendo em conta o projeto de execução que se encontra a ser desenvolvido bem como da(s) melhor(es) forma(s) para entrar em contacto com os mesmos.

ENTIDADE	DATA DA REUNIÃO	SUMÁRIO DA CONSULTA REALIZADA
		Auscultação da Junta de Freguesia sobre os impactes positivos e negativos do Projeto bem como de potenciais medidas de minimização e/ou compensação que possam ser sugeridas. Foi referido que a junta de freguesia não tinha conhecimento de que o traçado na freguesia de Canelas não fosse em túnel, situação que motivou preocupação tendo em conta o impacto que ira gerar. Foi sugerido que os contactos com a população devem ser efetuados via Município.
	31 de julho	Realização de inquéritos
União de freguesias de Serzedo e Perosinho (VNG) União de freguesias de Grijó e Sermonde (VNG)	14 de maio de 2025	Apresentação do enquadramento e objetivos da AIS, bem como do faseamento previsto. Identificação dos potenciais afetados tendo em conta o projeto de execução que se encontra a ser desenvolvido bem como da(s) melhor(es) forma(s) para entrar em contacto com os mesmos. Auscultação da Junta de Freguesia sobre os impactes positivos e negativos do Projeto bem como de potenciais medidas de minimização e/ou compensação que possam ser sugeridas. Foi transmitida a preocupação pelo facto de já terem sido transmitidos diversos traçados, pelo que persistis a dúvida sobre qual o traçado que é o final. Foi transmitida a necessidade de ser, a breve trecho, realizada uma reunião onde seja apresentado o traçado final para que existam garantias do que pode ser transmitido à população que são as reais visadas no projeto final (para não criar alarmismos desnecessários). <i>[A reunião solicitada foi realizada posteriormente nos dias 16 e 23 de junho de 2025, onde o Consórcio procedeu à apresentação detalhada do traçado e das justificações que motivaram as alterações face ao Estudo Prévio]</i>
	4 e 5 de agosto	Realização de inquéritos
Junta de Freguesia de Esmoriz (Ovar)	15 de maio de 2025	Apresentação do enquadramento e objetivos da AIS, bem como do faseamento previsto. Identificação dos potenciais afetados tendo em conta o projeto de execução que se encontra a ser desenvolvido bem como da(s) melhor(es) forma(s) para entrar em contacto com os mesmos. Auscultação da Junta de Freguesia sobre os impactes positivos e negativos do Projeto bem como de potenciais medidas de minimização e/ou compensação que possam ser sugeridas. Foi mencionado que é a primeira vez que a junta de freguesia foi contactada a respeito do Projeto da LAV. Refere que os afetados são todos empresas. A Junta irá entrar em contacto com essas empresas no sentido de se agendar na Junta de Freguesia a realização dos inquéritos
	22 de maio	Realização de inquéritos
Junta de Freguesia de Silvalde (Espinho)	15 de maio de 2025	Apresentação do enquadramento e objetivos da AIS, bem como do faseamento previsto. Identificação dos potenciais afetados tendo em conta o projeto de execução que se encontra a ser desenvolvido bem como da(s) melhor(es) forma(s) para entrar em contacto com os mesmos. Auscultação da Junta de Freguesia sobre os impactes positivos e negativos do Projeto bem como de potenciais medidas de minimização e/ou compensação que possam ser sugeridas. Na área da freguesia apenas existe um afetado. A Junta de Freguesia vai entrar em contacto no sentido de ser agendada a realização do inquérito.

ENTIDADE	DATA DA REUNIÃO	SUMÁRIO DA CONSULTA REALIZADA
	04 de junho de 2025	Realização de inquérito
União de Freguesia de Ovar, São João, Arada e São Vicente de Pereira Jusã	15 de maio de 2025	Apresentação do enquadramento e objetivos da AIS, bem como do faseamento previsto. Identificação dos potenciais afetados tendo em conta o projeto de execução que se encontra a ser desenvolvido bem como da(s) melhor(es) forma(s) para entrar em contacto com os mesmos. Auscultação da Junta de Freguesia sobre os impactes positivos e negativos do Projeto bem como de potenciais medidas de minimização e/ou compensação que possam ser sugeridas. Foi transmitido que já existiram reuniões de esclarecimento promovidas pela Câmara Municipal, no entanto sugeria a realização de reuniões de esclarecimento com as equipas das expropriações (sobre este tema foi mencionado que as equipas das expropriações apenas irão iniciar os contactos após aprovação do RECAPE) A principal preocupação demonstrada foi o restabelecimento de acessos no sentido de ser mantida a vivência das povoações. No que se refere à realização dos inquéritos a junta de Freguesia fornecerá os contactos que possui no sentido de serem agendadas as reuniões.
	21 de maio	Realização de inquéritos
União de Freguesias de Anta e Guetim (Espinho)	16 de maio de 2025	Apresentação do enquadramento e objetivos da AIS, bem como do faseamento previsto. Identificação dos potenciais afetados tendo em conta o projeto de execução que se encontra a ser desenvolvido bem como da(s) melhor(es) forma(s) para entrar em contacto com os mesmos. Auscultação da Junta de Freguesia sobre os impactes positivos e negativos do Projeto bem como de potenciais medidas de minimização e/ou compensação que possam ser sugeridas. A Junta de Freguesia gostaria de debater os restabelecimentos uma vez que considera que os mesmos poderiam ser melhorados, destacando situações em que será difícil a passagem de camiões; destaca também os impactes da LAV na desconfiguração do território, bem como do ruído e da criação de uma barreira social. Efetivamente e principalmente na rua do Alto dos Céus existe uma relação entre as populações que será quebrada. Destaca ainda que a LAV vai passar muito perto de duas quintas de eventos e que nesse sentido as mesmas sofrerão impactos indiretos, bem como a afetação de um campo desportivo. Parque da Picadela, é um parque protegido onde estão presentes espécies e património protegido, onde existe também a ruína de um antigo moinho. Pedra da gata: bloco rochoso com forma de gato onde existem percursos pedestres e trilhos. No que se refere a potenciais medidas destaca, i) A criação de um novo acesso – criar uma ligação da rua principal ao pavilhão de Cassufas e ao campo desportivo da zona (que vai ser o provisório do Cassufas); Melhorar a Praça do Cruzeiro; Requalificar o largo (largo da capela dos Altos dos Céus); Criação de um parque de merendas e de lazer junto ao atual campo de futebol do Cassufas; Criação de balneários e bancada e eventualmente novas modalidades como o ténis ou o <i>paddel</i>, na área do campo de futebol de Guetim em terrenos municipais; Equacionar medidas para compensar a freguesia pela perda do parque ambiental.
	29 de julho a 1 de agosto	Realização de Inquéritos

ENTIDADE	DATA DA REUNIÃO	SUMÁRIO DA CONSULTA REALIZADA
Junta de Freguesia de Válega	16 de maio de 2025	Apresentação do enquadramento e objetivos da AIS, bem como do faseamento previsto. Identificação dos potenciais afetados tendo em conta o projeto de execução que se encontra a ser desenvolvido bem como da(s) melhor(es) forma(s) para entrar em contacto com os mesmos. Auscultação da Junta de Freguesia sobre os impactes positivos e negativos do Projeto bem como de potenciais medidas de minimização e/ou compensação que possam ser sugeridas. A junta de freguesia está a par do projeto final, o mesmo vai dividir o território a meio, e não vai trazer benefício algum para a freguesia. De entre os impactes negativos destaque para o facto de o projeto afetar a nova zona industrial, prevista em PDM mas ainda não concretizada. A junta de freguesia vai fornecer os contactos com o objetivo de serem agendadas as reuniões para o preenchimento dos inquéritos, reuniões essas que se realizaram nas instalações da Junta de Freguesia.
	2 a 4 de junho	Realização de inquéritos
União de Freguesias de Beduido e Veiros	16 de maio de 2025	Apresentação do enquadramento e objetivos da AIS, bem como do faseamento previsto. Identificação dos potenciais afetados tendo em conta o projeto de execução que se encontra a ser desenvolvido bem como da(s) melhor(es) forma(s) para entrar em contacto com os mesmos. Auscultação da Junta de Freguesia sobre os impactes positivos e negativos do Projeto bem como de potenciais medidas de minimização e/ou compensação que possam ser sugeridas. A junta de freguesia já esteve envolvida em anteriores processos que nem sempre ocorreram como seria espectável (exemplo, A1, A29 e linhas de alta tensão). Manifestou o desagrado pelo facto de a população ter sido abordada de forma hostil, através de panfletos no correio (sem o conhecimento da junta). No seguimento destes contactos, a população tem entrado em contacto com o a Junta de Freguesia para saber mais informações sobre o projeto e o seu desenvolvimento, no entanto a Junta não tem informações mais recentes para fornecer. O projeto não vai trazer benefícios para a freguesia, pelo contrário vai trazer impactes negativos porque vai cortar ainda mais o território que já se encontra fragmentado tendo igualmente implicações a nível paisagístico e na biodiversidade. A junta de freguesia sugere um conjunto de melhorias nos restabelecimentos, sugerindo a realização de reunião apenas para discutir este tema. Como potenciais medidas para a comunidade poderiam ser equacionadas vias e acessos pedonais ao rio Antuã, por forma a que a população pudesse vir a desfrutar das margens através de trilhos e percursos pedonais. A Junta de Freguesia irá entrar em contacto com a população no sentido de se agendarem reuniões para o preenchimento dos inquéritos.
	28 de maio	Realização de inquéritos
Junta de Freguesia de Rio Meão	20 de maio de 2025	Apresentação do enquadramento e objetivos da AIS, bem como do faseamento previsto. Identificação dos potenciais afetados tendo em conta o projeto de execução que se encontra a ser desenvolvido bem como da(s) melhor(es) forma(s) para entrar em contacto com os mesmos. Auscultação da Junta de Freguesia sobre os impactes positivos e negativos do Projeto bem como de potenciais medidas de minimização e/ou compensação que possam ser sugeridas. A única vez que a Junta de Freguesia esteve envolvida neste projeto foi em setembro de 2023 na sessão de consulta pública do EIA.

ENTIDADE	DATA DA REUNIÃO	SUMÁRIO DA CONSULTA REALIZADA
		Uma vez que nesta Freguesia o traçado é em viaduto, a Junta de Freguesia colocou um conjunto de questões relativas ao projeto, a equipa da AIA deu nota que não tinha respostas, uma vez que o projeto ainda não estava fechado. A Junta de Freguesia não vai ter nenhum benefício com este projeto, pelo que sugere um conjunto de medidas que podem vir a ser previstas para compensar a freguesia: Construção de um parque de lazer, caso fosse enquadrável foi sugerida a aquisição de terrenos para alargar o cemitério, pois o cemitério não tem espaço para aumentar; requalificação do pavilhão das coletividades principalmente o teto, bancada móvel, chão e palco. A Junta de Freguesia irá aferir os contactos dos afetados para que a equipa da AIS agende a realização de reuniões para o preenchimento dos inquéritos.
	29 de julho de 2025	Realização de inquéritos
União de Freguesias S. Miguel de Souto e Mosteirô	20 de maio de 2025	Apresentação do enquadramento e objetivos da AIS, bem como do faseamento previsto. Identificação dos potenciais afetados tendo em conta o projeto de execução que se encontra a ser desenvolvido bem como da(s) melhor(es) forma(s) para entrar em contacto com os mesmos. Auscultação da Junta de Freguesia sobre os impactes positivos e negativos do Projeto bem como de potenciais medidas de minimização e/ou compensação que possam ser sugeridas. A freguesia é uma freguesia de “passagem”, situação que é confirmada pelo facto de muitos equipamentos como escolas e creches serem utilizados por pessoas de outras freguesias envolventes; é igualmente uma freguesia em que muitas habitações estão devolutas. A Junta de Freguesia manifestou a sua preocupação relativamente aos afetados indiretos, ou seja, aqueles que se encontram na proximidade, mas que não vão ser afetados diretamente; destaca um conjunto de moradias a poente da LAV bem como uma unidade de restauração a nascente que corresponde a um local muito frequentado. Uma das preocupações da Junta de Freguesia é manter o acesso existente por forma a não afetar a acessibilidade ao clube desportivo de Tarei. Na Freguesia apenas existe um afetado, sendo, no entanto, necessário aferir se na edificação reside alguém durante todo o ano.
	04 de junho de 2025	Realização de Inquérito
União de Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo	20 de maio de 2025	Apresentação do enquadramento e objetivos da AIS, bem como do faseamento previsto. Identificação dos potenciais afetados tendo em conta o projeto de execução que se encontra a ser desenvolvido bem como da(s) melhor(es) forma(s) para entrar em contacto com os mesmos. Auscultação da Junta de Freguesia sobre os impactes positivos e negativos do Projeto bem como de potenciais medidas de minimização e/ou compensação que possam ser sugeridas. A Junta de Freguesia tem estado a par do desenvolvimento do projeto, mas não foi facultada informação recente do traçado por parte da Câmara Municipal. Para os residentes o Projeto não traz nenhum benefício, pelo contrário, o mesmo traz impactes negativos a título de exemplo destaque para o facto existirem licenciamentos recentes na faixa da LAV. Por outro lado, o preço das casas na freguesia tem subido muito, tornando-se uma grande barreira para realojar as pessoas que serão afetadas; por esta razão demonstrou grande preocupação com o realojamento dos afetados.

ENTIDADE	DATA DA REUNIÃO	SUMÁRIO DA CONSULTA REALIZADA
		Será a área da Ex freguesia de Espargo que será a mais afetada sendo a mesma caracterizada como uma freguesia pobre e extremamente rural ao nível social. Questionou algumas situações concretas no que se refere aos restabelecimentos e deu nota que haverá também um parque solar afetado. Será enviado para a JF um mapa com identificação dos afetados para que os contactos sejam remetidos para a equipa da AIS que agendará as respetivas reuniões para a realização dos inquéritos
	11 e 12 de junho	Realização de Inquéritos
Junta de Freguesia de Cortegaça	21 de maio de 2025	Apresentação do enquadramento e objetivos da AIS, bem como do faseamento previsto. Identificação dos potenciais afetados tendo em conta o projeto de execução que se encontra a ser desenvolvido bem como da(s) melhor(es) forma(s) para entrar em contacto com os mesmos. Auscultação da Junta de Freguesia sobre os impactes positivos e negativos do Projeto bem como de potenciais medidas de minimização e/ou compensação que possam ser sugeridas. A Junta de Freguesia deu nota que o traçado da LAV pouco beneficiará a Freguesia. O único afetado na freguesia já foi afetado quando da construção da A29. Por forma a facilitar a elaboração do inquérito o Sr. Presidente da Junta deslocou-se ao afetado para apresentar a equipa da AIA que preencheu o inquérito.
Freguesia de Loureiro	21 de maio de 2025	Apresentação do enquadramento e objetivos da AIS, bem como do faseamento previsto. Identificação dos potenciais afetados tendo em conta o projeto de execução que se encontra a ser desenvolvido bem como da(s) melhor(es) forma(s) para entrar em contacto com os mesmos. Auscultação da Junta de Freguesia sobre os impactes positivos e negativos do Projeto bem como de potenciais medidas de minimização e/ou compensação que possam ser sugeridas. A Junta de Freguesia considera que não vai beneficiar em nada com o projeto. As pessoas residem nesta freguesia trabalham num raio máximo de 50km, essencialmente em unidades industriais verificando-se atualmente um crescimento de novas habitações A agricultura praticada na freguesia é principalmente para alimentação de bovinos. Os problemas na Junta prendem-se essencialmente com o saneamento básico. A JF vai entrar em contacto com os afetados para agendamento de um dia para a realização dos inquéritos a realizar na sede de junta de freguesia.
	3 de junho de 2025	Realização de inquéritos
Freguesia de São João de Loure e Frossos	21 de maio de 2025	Apresentação do enquadramento e objetivos da AIS, bem como do faseamento previsto. Identificação dos potenciais afetados tendo em conta o projeto de execução que se encontra a ser desenvolvido bem como da(s) melhor(es) forma(s) para entrar em contacto com os mesmos. Auscultação da Junta de Freguesia sobre os impactes positivos e negativos do Projeto bem como de potenciais medidas de minimização e/ou compensação que possam ser sugeridas.

ENTIDADE	DATA DA REUNIÃO	SUMÁRIO DA CONSULTA REALIZADA
		Como possíveis impactes a Junta de Freguesia mencionou a existência de uma grande vacaria produtora de leite, que apesar de não estar identificada como afetada (encontra-se aproximadamente 150 a 200 metros da linha, e 70 a 100 metros do restabelecimento de acesso propostos), a Junta de Freguesia acredita que o ruído poderá criar stress nas vacas e afetar a produtividade de leite dos animais. Foram identificados os potenciais afetados cujos contactos foram fornecidos à equipa de AIS, para agendamento das reuniões para a realização dos inquéritos.
	2 a 4 de junho	Realização de inquéritos
Junta de Freguesia de Salreu	5 de junho de 2025	Apresentação do enquadramento e objetivos da AIS, bem como do faseamento previsto. Identificação dos potenciais afetados tendo em conta o projeto de execução que se encontra a ser desenvolvido bem como da(s) melhor(es) forma(s) para entrar em contacto com os mesmos. Auscultação da Junta de Freguesia sobre os impactes positivos e negativos do Projeto bem como de potenciais medidas de minimização e/ou compensação que possam ser sugeridas. O traçado apenas abrange a freguesia de uma forma tangencial. Na Freguesia apenas existe uma edificação afetada cujo contacto foi fornecido.
	14 de maio	Realização de Inquéritos
União de Freguesias de Canelas e Fermelã	5 de junho de 2025	Apresentação do enquadramento e objetivos da AIS, bem como do faseamento previsto. Identificação dos potenciais afetados tendo em conta o projeto de execução que se encontra a ser desenvolvido bem como da(s) melhor(es) forma(s) para entrar em contacto com os mesmos. Auscultação da Junta de Freguesia sobre os impactes positivos e negativos do Projeto bem como de potenciais medidas de minimização e/ou compensação que possam ser sugeridas. A Junta de Freguesia manifestou preocupação pelo facto de ter o território fragmentado por várias infraestruturas, sendo que a LAV vai acentuar mais a divisão. Foi ainda manifestada a preocupação com a possível afetação de um moinho antigo, foi requalificado recentemente pois este apesar de ser propriedade de um privado, é utilizado pela comunidade. Razão pela qual este tema já foi discutido com a população (o moinho está a uma distância aproximada de 75/85 metros do traçado).
	Nota	Inicialmente esta freguesia foi identificada com uma afetação, porém, com o desenvolver do projeto e com a informação SIG atualizada, excluiu-se o afetado da contabilização de acordo com os critérios já enunciados na metodologia.
União de Freguesia de Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	5 de junho de 2025	Apresentação do enquadramento e objetivos da AIS, bem como do faseamento previsto. Identificação dos potenciais afetados tendo em conta o projeto de execução que se encontra a ser desenvolvido bem como da(s) melhor(es) forma(s) para entrar em contacto com os mesmos. Auscultação da Junta de Freguesia sobre os impactes positivos e negativos do Projeto bem como de potenciais medidas de minimização e/ou compensação que possam ser sugeridas. A Junta de Freguesia mostrou preocupação e indignação na medida em que desconhecia que o traçado é em túnel <i>cut and cover</i> (tinha sido transmitido que não se teria de desalojar as pessoas na parte do traçado que será em túnel).

ENTIDADE	DATA DA REUNIÃO	SUMÁRIO DA CONSULTA REALIZADA
		A Junta de Freguesia posteriormente à reunião enviou um conjunto de possíveis medidas: 1. Infraestruturas e Mobilidade Local - Requalificação e pavimentação de estradas locais afetadas pelas obras - Nova via de acesso entre rotunda A1 e rotunda A17 - Alargamento Zona Industrial Aveiro Sul 2. Apoio ao Desenvolvimento Local - Constituição de um fundo de apoio para comerciantes e empresas locais afetadas - Incentivos ao investimento em turismo rural - Fundos para o comércio local afetado por desvios de tráfego ou obras prolongadas. - Apoios à reabilitação urbana de edifícios afetados pelas obras 3. Ambiente e Qualidade de Vida - Medidas de mitigação sonora (instalação de barreiras acústicas) - Medidas de mitigação paisagística (reflorestação e recuperação de zonas verdes danificadas) - Criação de zonas verdes ou parques urbanos como compensação por áreas ocupadas ou destruídas - Monitorização ambiental continua e apoio em ações de educação ambiental 4. Equipamentos e Apoio à Comunidade - Investimento em equipamentos públicos (Centro de Dia, Lar de Idosos e Farmácia) - Financiamento do Espaço Sénior - Apoio a associações locais (culturais, recreativas ou sociais) com fundos provenientes do projeto Foram identificados os potenciais afetados cujos contactos foram fornecidos à equipa de AIS, para agendamento das reuniões para a realização dos inquéritos.
	25 e 26 de junho	Realização de Inquéritos
Junta de Freguesia de São Paio de Oleiros	6 de junho de 2025	Apresentação do enquadramento e objetivos da AIS, bem como do faseamento previsto. Identificação dos potenciais afetados tendo em conta o projeto de execução que se encontra a ser desenvolvido bem como da(s) melhor(es) forma(s) para entrar em contacto com os mesmos. Auscultação da Junta de Freguesia sobre os impactos positivos e negativos do Projeto bem como de potenciais medidas de minimização e/ou compensação que possam ser sugeridas. A Junta de Freguesia não conhecia em concreto o traçado tendo colocado um conjunto de dúvidas designadamente no que se refere ao atravessamento da linha do Vouga. Deu ainda nota de que a freguesia recebe diariamente mais de 1000 pessoas para trabalhar nas diversas indústrias sendo que existe uma grande falta de habitação.

ENTIDADE	DATA DA REUNIÃO	SUMÁRIO DA CONSULTA REALIZADA
		No que se refere aos potenciais afetados foi destacada a situação de um terreno urbanizável com um projeto em aprovação; de uma empresa instalada no local cujo edifício foi feito de raiz; bem como de outras construções que irão ser afetadas. A Junta de Freguesia irá aferir os contactos dos afetados por forma a que a equipa da AIS faça os respetivos inquéritos, tendo ficado ainda de ponderar possíveis medidas de minimização / compensação
	29 de julho	Realização de inquéritos
Junta de Freguesia do Bonfim	17 de julho de 2025	Apresentação do enquadramento e objetivos da AIS, bem como do faseamento previsto. Identificação dos potenciais afetados tendo em conta o projeto de execução que se encontra a ser desenvolvido bem como da(s) melhor(es) forma(s) para entrar em contacto com os mesmos. Auscultação da Junta de Freguesia sobre os impactes positivos e negativos do Projeto bem como de potenciais medidas de minimização e/ou compensação que possam ser sugeridas. A Junta de Freguesia deu nota que tem conhecimento sobre o projeto e que a afetação de construções na área da freguesia é relativamente reduzida. Foi dada a nota pela equipa que efetivamente são apenas 4 as construções abrangidas sendo que uma é a bomba de gasolina. A Junta de Freguesia disponibilizou-se para acompanhar a equipa da AIS ao local para contactar os afetados, em data a definir.
	24 e 25 de julho de 2025	Realização de inquéritos
Junta de Freguesia de Campanhã	17 de julho de 2025	Apresentação do enquadramento e objetivos da AIS, bem como do faseamento previsto. Identificação dos potenciais afetados tendo em conta o projeto de execução que se encontra a ser desenvolvido bem como da(s) melhor(es) forma(s) para entrar em contacto com os mesmos. Auscultação da Junta de Freguesia sobre os impactes positivos e negativos do Projeto bem como de potenciais medidas de minimização e/ou compensação que possam ser sugeridas. A Junta de Freguesia manifestou preocupação pelo facto de não ter ainda sido contactada a população que está ansiosa e insegura sem saber o que poderá vir a ser o seu futuro. Tal acontece porque aquando da consulta pública do EIA se constatou que grande número de construções na freguesia teria de ser demolido. Considera que seria fundamental apresentar o projeto final e cronologia às pessoas de forma a estas ficarem informadas e não haver atrito desnecessário. Uma vez que a Junta de Freguesia não dispõe dos contactos de todos os afetados, com o objetivo de fazer o inquérito e de ao mesmo tempo informar as pessoas foram agendadas duas tardes em que a equipa da AIA esteve no auditório da Junta de freguesia, onde apresentou o projeto e elaborou os inquéritos. No que se refere a medidas de compensação a JF mencionou que na proximidade da área existe um terreno propriedade do Município, sugerindo que nesse local pudessem ser construídas novas habitações com o objetivo de realojar a população; sugeriu também a criação de um ATL ou equipamento infantil que permita assegurar serviços de apoio à comunidade Pais/crianças.
	24 e 25 de julho de 2025	Realização de sessão de apresentação e dos Inquéritos

ENTIDADE	DATA DA REUNIÃO	SUMÁRIO DA CONSULTA REALIZADA
União de Freguesias Serzedo e Perosinho União das Freguesias de Grijó e Sermonde União de Freguesias de Mafamude e Vilar do Paraíso Junta de Freguesia de Canelas Junta de Freguesia de Oliveira do Douro GAIAURB	16 de julho de 2025 23 de julho de 2025	Apresentação do enquadramento e objetivos da AIS, bem como do faseamento previsto. Identificação dos potenciais afetados tendo em conta o projeto de execução que se encontra a ser desenvolvido bem como da(s) melhor(es) forma(s) para entrar em contacto com os mesmos. Auscultação da Junta de Freguesia sobre os impactes positivos e negativos do Projeto bem como de potenciais medidas de minimização e/ou compensação que possam ser sugeridas. Foi feita uma breve apresentação ao estudo de impacte social e económico incidindo nos objetivos e metodologia desenvolvida. Os presidentes de junta manifestaram a sua preocupação relativamente ao traçado da LAV, deram nota de que em 2023, aquando da discussão pública do EIA foi transmitido individualmente a cada pessoa qual seria o impacte da LAV. Como grande parte do traçado era em túnel o número de habitações afetadas era relativamente reduzido. Esse número agora é aumentado pelo que entendem que deve ser dada uma explicação clara às pessoas sobre as razões para a alteração do traçado. Acresce que o facto de a LAV ser à superfície irá induzir a fragmentação das freguesias. A presidente da UF de Mafamude e Vilar do Paraíso refere ainda que, contrariamente aos restantes presidentes de junta, não tinha ainda sido contactada pela equipa do Estudo Social, pelo que desconhecia que o número de afetados fosse tão grande. Foi explicado à senhora presidente da UF de Mafamude e Vilar do Paraíso que efetivamente acabou por não se agendar reunião na medida em que na altura em que se reuniu com os demais presidentes de junta o traçado não estava ainda fechado pelo que nunca se poderia avançar sem uma nova reunião. Os representantes do Consórcio explicaram as razões processuais e técnicas que levaram à alteração do traçado, ou seja, explicaram porque é que na versão atual existem troços à superfície. No segundo dia de reunião foi feita uma apresentação detalhada do traçado nas diversas freguesias do concelho tendo sido analisadas todas as afetações. Foi debatida a forma como deve ser transmitida a informação aos afetados, sendo que as juntas de freguesia defenderam que deveria ser promovida uma sessão antes do contacto para a elaboração dos inquéritos. Concluiu-se que estando previstas sessões de apresentação aquando da consulta pública do RECAPE, que a GAIAURB e as juntas de freguesia iriam apoiar a equipa da AIS a obter os contactos dos afetados por forma a serem promovidas as reuniões para agendamento da realização dos inquéritos.
União de Freguesias de Mafamude e Vilar do Paraíso	29 de julho a 1 de agosto	Realização de Inquéritos

Em determinadas freguesias, as sedes de Junta de Freguesia serviram como local de reunião dos interessados para informação e esclarecimento e realização dos inquéritos (Figura 6). Quando a deslocação à junta por parte dos afetados não foi possível, a equipa do AIS, devidamente identificada (Figura 7), contactou diretamente os interessados, através de visita ao local ou telefonema. O envio do inquérito através de email, foi também possibilitado. Em cada contacto foi entregue um folheto informativo (Figura 7; Anexo II do Capítulo 7 - Anexos).



Figura 6 – Realização de inquérito, na Junta de Freguesia de Serzedo



Figura 7- Excerto do folheto distribuído e identificação utilizada pela equipa da AIS

Os **inquéritos** tiveram como objetivo principal caracterizar a população afetada pelo Projeto. A informação recolhida pretendeu ainda:

- Determinar a aceitabilidade dos impactos prováveis e benefícios propostos;
- Facilitar a visão da comunidade sobre os futuros desejados;
- Contribuir para os planos de mitigação e de monitorização.

Os inquéritos desenvolvidos, pretenderam ainda obter informações face às diferentes situações:

- Situações individuais - afetações diretas de propriedade, habitações (incluindo anexos urbanos e rurais) e atividades económicas;
- Situações de afetação de equipamentos sociais/ coletivos, propriedade dos órgãos de poder local ou instituições particulares de solidariedade social ou outras associações/ entidades locais;
- Comunidade afetada pelo projeto (comunidade na envolvente da área do projeto).

Em resultado, foram estruturados três inquéritos distintos:

- I. Inquérito às situações individuais,
- II. Inquérito às atividades económicas e
- III. Inquérito a outras construções.

De seguida descreve-se sucintamente a estrutura dos inquéritos. Os modelos de inquéritos utilizados podem ser consultados no Anexo III (Capítulo 7 – Anexos).

I. Inquérito às Situações Individuais

O inquérito encontra-se estruturado em 5 partes:

- Parte I, onde se pretende proceder à caracterização do indivíduo inquirido.
- Parte II, onde se pretende caracterizar o agregado populacional que reside na habitação. As questões prendem-se com a identificação do número de residentes e suas características (grau de instrução; existência de incapacidades e apoios recebidos, caso aplicável; ocupação, local de trabalho ou ensino; fonte de rendimento principal do agregado e setor de atividade).

Nesta parte do inquérito também se pretende avaliar em que medida os residentes possuem parcelas agrícolas que possam ser afetadas e se as mesmas têm um peso significativo para o rendimento do agregado.

- Parte III, onde se pretende caracterizar a habitação, designadamente se o residente é proprietário ou arrendatário e que encargos existem com a habitação. Pretendeu-se ainda aferir as características da habitação (dimensão; nível de infraestruturação). Ainda nesta Parte pretendeu-se aferir a relação dos residentes com o território questionando o tempo de residência e razões pelas quais aí residem.

- Parte IV, onde se pretende aferir qual a avaliação que os residentes fazem face ao local onde residem, ou seja, se gostam de viver no local e quais as relações de vizinhança que a localização proporciona da comunidade e como caracterizam a qualidade de vida do local. Ainda neste ponto é aferida a perceção dos inquiridos face aos equipamentos e serviços existentes na proximidade da área de residência.
- Na Parte V, pretende-se aferir em que medida os residentes têm conhecimento e perceção do projeto da LAV se têm conhecimento que o projeto os afetará e que medidas de minimização e/ou compensação sugere que possam ser criadas.

II. Inquérito às atividades económicas

Este inquérito encontra-se estruturado em cinco partes:

- Na Parte I, procede-se à identificação do inquirido e da empresa, bem como a relação do inquirido com a empresa.
- Na Parte II pretende-se caracterizar a atividade, aferindo o seu ramo bem como os principais produtos e serviços que a empresa fornece, passando também pelo número de anos que a empresa se encontra instalada no local, área ocupada. Nesta Parte, ainda se detalha o tipo de ocupação (proprietário / arrendatário) bem como os encargos com a ocupação, e uma estimativa global do volume de negócios anual (considerando os limiares para a classificação das empresas (micro, PME ou grande empresa).
- Na Parte III pretende-se aferir os potenciais impactes em termos de emprego e por essa via as questões visam a caracterização dos trabalhadores (número, área de residência, faixa etária, ocupação, existência de apoios à exploração, forma de deslocação dos trabalhadores e ainda a relação de parentesco entre trabalhadores).
- Na Parte IV procede-se à avaliação do local, ou seja, às razões que levaram a empresa a instalar-se no local selecionado e se essa localização é crítica para o seu funcionamento. Nesta Parte é ainda questionado o grau de satisfação face ao local e em que medida seria proveitoso a mudança para outra localidade; é ainda aferido se a atividade gera algum constrangimento com os residentes na envolvente.
- Na Parte V questiona-se, à semelhança do realizado para as Situações individuais, qual é o grau de conhecimento do projeto LAV e dos potenciais impactes para a empresa, aferindo quais são os principais problemas que identifica e eventuais medidas de minimização ou de compensação que possam ser sugeridas.

III. Inquérito a outras construções

A longo do levantamento efetuado detetou-se que existem várias construções que não são nem habitações nem atividades económicas correspondendo a armazéns de arrumos ou de apoio a outras atividades.

Para estes casos o inquérito estrutura-se em três partes:

- Na Parte I, à semelhança dos anteriores é caracterizado o entrevistado bem como a relação do mesmo com o edificado.
- Na Parte II é feita a caracterização do edificado designadamente a sua tipologia (anexo à habitação, armazém agrícola, ruína, barracão, etc.), o seu estado de conservação e a sua utilização habitual. Proceda-se ainda à sua análise em termos de inserção no território e se o mesmo possui infraestruturas associadas, aferindo ainda quais os eventuais impactes em caso de desativação.
- Por fim na Parte III destina-se a aferir o conhecimento do inquirido face ao Projeto.

Os dados recolhidos foram tratados e compilados, procedendo-se então à sua análise, considerando os indicadores expressos na DIA, completando com outra informação considerada pertinente.

Refira-se que os Equipamentos não são considerados no quadro seguinte, por ter sido identificada apenas uma situação, que foi analisada individualmente. No Quadro 4 sintetiza-se o conjunto de indicadores utilizado.

Quadro 4 – Indicadores utilizados na análise

TIPO	OBJETIVO	INDICADOR
Situações individuais	Avaliar a vulnerabilidade social e económica da população afetada, nas freguesias abrangidas	– Número total de afetados – Composição do agregado familiar – Idade média dos residentes – Escolaridade média dos residentes – Percentagem de agregados com rendimentos oriundos maioritariamente de apoios sociais – Percentagem de residentes reformados – Percentagem de agregados com elementos com deficiência – Percentagem de desempregados por agregado
	Avaliar o grau de estabilidade habitacional e ligação ao território	– Percentagem de proprietários vs. arrendatários. – Percentagem de Tipo de residência – Percentagem de pessoas com encargos mensais (renda ou crédito). – Satisfação com a localidade.
Atividades económicas	Conhecer o perfil das empresas afetadas pela implantação do projeto	– Distribuição por ramo de atividade – Tipo de ocupação – Encargos com terrenos – Volume de negócios anual
	Conhecer o perfil socioprofissional dos trabalhadores e a sua vulnerabilidade/ dependência face à empresa	– Número médio de trabalhadores por empresa – Faixa etária predominante – Nível de qualificação geral – Percentagem de trabalhadores residentes no município – Vínculo laboral dominante – Existência de laços familiares no emprego
	Entender a importância da localização atual para a empresa, e a sua eventual substituíbilidade	– Motivo para a localização da empresa – Percentagem de empresas que consideram a sua localização crítica.
Outras construções	Conhecer o perfil do interessado e caracterizar o edificado	– Tipo de relação do inquirido com o edificado – Tipo de estrutura – Estado de conservação – Tipo de utilização
Todos	Avaliar o grau de informação, preocupação e envolvimento da população com o projeto	– Percentagem da população que tem conhecimento do projeto (no momento da realização do inquérito). – Fontes de informação mais referidas. – Percentagem que participou em sessões públicas. – Percentagem que se sente ou não afetada. – Principais preocupações manifestadas (ambiente, expropriações, ruído, mobilidade).

5.2.2 RESULTADOS

5.2.2.1 Introdução

Nos pontos seguintes são apresentados os resultados, primeiro em termos globais, e depois tendo em conta as diversas situações, designadamente:

- Situações individuais
- Atividades económicas
- Outras Construções
- Equipamentos

Pela importância da informação e conhecimento do Projeto na presente AIS, destaca-se ainda o conhecimento e perceção dos inquiridos sobre o Projeto.

Refira-se que, por motivos de proteção de dados e privacidade, o relatório não faz referência a casos concretos, localizações, nomes ou moradas, a fim de salvaguardar os proprietários/ arrendatários. No Anexo IV (Capítulo 7 – Anexos) pode ser consultada a matriz de informação recolhida sintetizada de cada caso de afetação cuja entrevista foi possível, a partir da leitura da informação do quadro é possível obter a informação por município e por freguesia relativa a um vasto conjunto de variáveis onde se incluem as previstas na DIA, a saber:

- Habitações: número de residentes; idade; situação de trabalho (trabalhador por conta de outrem/própria, desempregado); local de trabalho; situações de especial vulnerabilidade (crianças, idosos, situações de incapacidade/dependência) e, identificar, por município e freguesia, as afetações diretas de equipamentos sociais/coletivos.
- Atividades económicas: Identificação da empresa; área, área/tipologia de negócio.

O Anexo V (Capítulo 7 – Anexos) apresenta toda a informação recolhida na íntegra, servindo para registo futuro, tratando-se de informação confidencial.

5.2.2.2 Resultados globais

Foi realizado um total de 194 inquéritos, de um universo de 345 situações de afetação identificadas o que corresponde a cerca de 56,2% de entrevistados. Do total, 147 inquéritos correspondem a habitações, 35 inquéritos dizem respeito a atividades económicas, 11 a outras construções, e um equipamento desportivo (Figura 8).

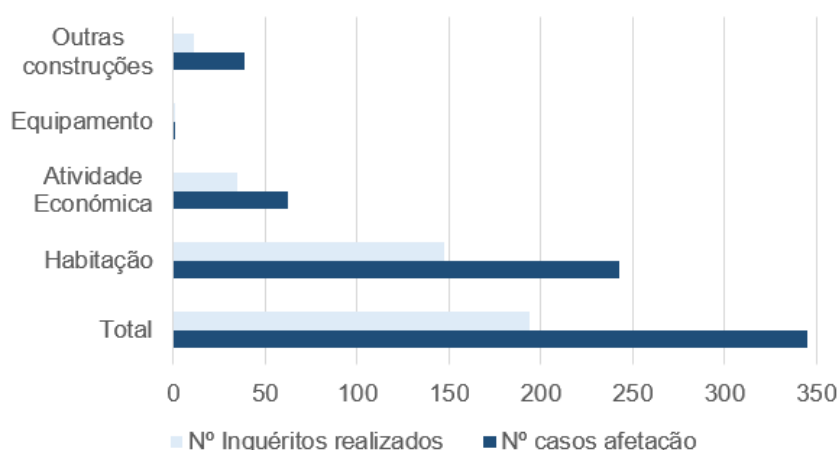


Figura 8 - Número de inquéritos realizados face ao total de casos de afetação (direta e indireta) identificados

Por tipologia, foram efetivamente entrevistados 60,5% do total de casos de habitações, 56,5% do total de atividades económicas, 100% de Equipamento e 28,2% de Outras construções.

No que diz respeito aos inquéritos não realizados, as razões prenderam-se com situações distintas, de entre as quais se destacam as que em seguida se listam:

- Ausência do local;
- Indisponibilidade ou recusa para responder ao inquérito;
- Falta de envio do inquérito em tempo útil;
- Contacto desconhecido/ indisponível.

Por outro lado, parte dos inquiridos não mostrou disponibilidade para preencher a totalidade dos inquéritos, focando a resposta exclusivamente nas questões acerca da habitação.

A indisponibilidade manifestada para preencher o inquérito (ou parte do mesmo) resultou de razões distintas de entre as quais se destaca o facto de os interessados mencionarem não terem tido conhecimento do Projeto ou das alterações ao mesmo. Esta situação revela uma eventual falha no processo de comunicação entre o ACE/equipas de Projeto e Câmaras Municipais com as Juntas de Freguesia e com a população diretamente afetada pelo Projeto. Efetivamente uma das conclusões retiradas desta auscultação revelou falta de informação sobre o traçado e sobre o Projeto por parte das Juntas de Freguesia e consequentemente por parte da população. Uma outra situação que motivou esta recusa no preenchimento do inquérito derivou da ausência de informação entre o procedimento de consulta pública do EIA e o momento atual, que gerou o aumento dos níveis de ansiedade por parte dos interessados.

Estas situações de desconhecimento motivaram a necessidade de uma explicação adicional aos intervenientes, numa primeira etapa às Juntas de Freguesia e numa segunda etapa aos potenciais afetados.

No Quadro 5 apresenta-se o número de inquéritos realizado por município e por freguesia, considerando todas as tipologias (e.g. habitações, atividades económicas, equipamento e outras construções).

Quadro 5 – Número de inquéritos realizados, face ao número de situações de afetação identificadas

MUNICÍPIO	FREGUESIA	N.º TOTAL DE INQUÉRITOS REALIZADOS
Albergaria-a-Velha	Branca	5 (de 5)
Albergaria-a-Velha	Albergaria-a-Velha e Valmaior	3 (de 8)
Albergaria-a-Velha	São João de Loure e Frossos	5 (de 5)
Aveiro	U.F. Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	12 (de 18)
Aveiro	Eixo e Eirol	0 (de 0)
Espinho	Paramos	0 (de 0)
Espinho	U.F. de Anta e Guetim	14 (de 20)
Espinho	Silvalde	1 (de 1)
Estarreja	Avanca	8 (de 9)
Estarreja	U.F. Beduido e Veiros	10 (de 13)
Estarreja	Salreu	1 (de 1)
Estarreja	U.F. Canelas e Fermelã	0 (de 0)
Oliveira de Azeméis	Loureiro	3 (de 4)
Ovar	Cortegaça	1 (de 1)
Ovar	Esmoriz	6 (de 7)
Ovar	U.F. Ovar, São João, Arada e S Vicente de Pereira Jusã	10 (de 20)
Ovar	Válega	8 (de 12)
Porto	Bonfim	4 (de 6)
Porto	Campanhã	24 (de 54)
Sta. Maria da Feira	Rio Meão	1 (de 2)
Sta. Maria da Feira	U.F. Sta Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo	16 (de 18)
Sta. Maria da Feira	U.F. S. Miguel Souto e Mosteiro	1 (de 1)
Sta. Maria da Feira	São Paio de Oleiros	4 (de 4)
Vila Nova de Gaia	Oliveira do Douro	0 (de 4)
Vila Nova de Gaia	U.F. de Mafamude e Vilar do Paraíso	12 (de 39)
Vila Nova de Gaia	Canelas	15 (de 41)
Vila Nova de Gaia	U.F. de Serzedo e Perosinho	13 (de 24)
Vila Nova de Gaia	U.F. de Grijó e Sermonde	17 (de 27)
TOTAL		194

Na amostra de casos onde se procedeu a entrevista, foi possível determinar a dimensão da **população** amostrada em causa para cada tipologia, sendo que perfaz uma população com uma

dimensão máxima de 1 157 pessoas (entre habitantes trabalhadores e utentes do equipamento), distribuídos da seguinte forma:

- Habitações: amostra de 408 pessoas;
- Atividades económicas: amostra entre 219 e 488 trabalhadores;
- Outras construções: amostra de 11 pessoas;
- Equipamento: amostra de 250 utentes.

Tratando-se de uma amostra da totalidade de casos identificados, os valores atrás referidos não representam a totalidade da população, mas somente a amostra de casos envolvidos nos inquéritos. Por forma a ter uma perceção do que poderá ser o total de potenciais afetados foi feita uma extrapolação utilizando o método de proporcionalidade direta.

Considerando as **habitações**, efetuam-se as seguintes extrapolações:

- População **diretamente afetada** (e.g. com habitação demolida): considerando o total de 185 casos registados com afetação direta, foram entrevistados 108 casos, obtendo-se uma população amostrada de 265 pessoas. Extrapolando para o total de casos diretamente afetados estima-se uma população de 454 pessoas.
- População **indiretamente afetada** (sem demolição): considerando o total de 58 casos registados, foram entrevistados 39 casos, obtendo-se uma população amostrada de 143 pessoas. Extrapolando para o total de casos indiretamente afetados estima-se uma população de 213 pessoas.

5.2.2.3 Situações Individuais

De acordo com a informação recolhida através dos inquéritos verifica-se que foram realizadas 147 entrevistas correspondentes a situações de afetação de habitações, onde se regista afetação direta ou indireta.

Ao conjunto de entrevistados corresponde um total de 408 residentes, com idade média de 61 anos, sendo a média de idade dos habitantes dos agregados, de 33 anos. A composição do agregado familiar tem em média 3 pessoas, destacando-se o município de Aveiro com 5,4 pessoas em média, e Santa Maria da Feira. Abaixo da média, surge o Porto com 2,5 pessoas e Vila Nova de Gaia com 2,6 pessoas (Figura 9). A escolaridade média dos residentes é o 9º ano.

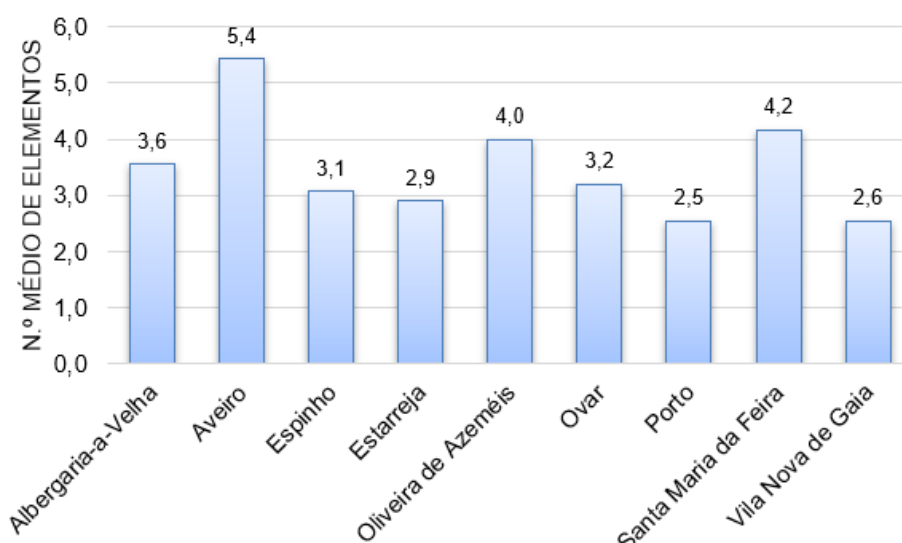


Figura 9 – Número médio de pessoas por agregado, em cada município

Ainda no que diz respeito aos agregados familiares foi possível constatar que, em 14 casos, o mesmo é composto por apenas um residente idoso (mais de 65 anos), maioritariamente do género feminino (10 mulheres vs 4 homens). Destacam-se dois municípios com maior número destes casos, designadamente, Porto e Vila Nova de Gaia.

De referir também que 35 casos referem existência de menores (menores de 18 anos) no agregado, sendo que em Aveiro se regista a existência de famílias numerosas.

Destacam-se ainda os seguintes dados:

- 26 % dos inquiridos referem que o agregado recebe rendimentos oriundos maioritariamente de apoios sociais.
- 23% de residentes são reformados.
- 37% dos agregados (correspondendo a um total de 55 agregados) tem, pelo menos, um elemento com algum tipo de incapacidade². É identificada incapacidade motora em 31 casos, intelectual em 9 casos, visual em 12 casos, auditiva em 5 casos e outro tipo de questões em 35 casos (e.g. doenças oncológicas, depressão) (Figura 10).
- 19% dos agregados (corresponde a um total de 28) tem, pelo menos, um elemento em situação de desemprego.

II.4. Existe alguém no agregado familiar com alguma incapacidade?

	1	2	3	4	5	6
Não	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Sim, incapacidade motora	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Sim, incapacidade visual	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Sim, incapacidade auditiva	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Sim, incapacidade intelectual ou cognitiva	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Outra (Especificar)	☒	☐	☐	☐	☒	☒

→ CANCRO PRÓSTATA
↳ CANCRO DA MAMA

² Refira-se que um residente pode possuir mais de um tipo de incapacidade.

Figura 10 – Excerto de inquérito com situação de incapacidade identificada, no agregado familiar

Esta análise permite confirmar a efetiva existência de vulnerabilidade social e económica de parte da população afetada.

No que diz respeito à situação habitacional, verifica-se que 77% dos inquiridos são proprietários do imóvel, 16% são arrendatários, 6% correspondem a outros casos (e.g. pessoas que vivem em casa de familiares) e 1% não respondeu. Na Figura 11 é ilustrado o número de arrendatários em cada município e freguesia. A maior parte dos inquiridos, 73% de casos, não identifica encargos mensais com o imóvel (e.g. renda ou crédito), 24% tem encargos e 3% não respondeu.

As condições de vida e bem-estar dos residentes também foram avaliadas, sendo possível concluir que a maior parte se encontra satisfeita com a localidade onde vive.

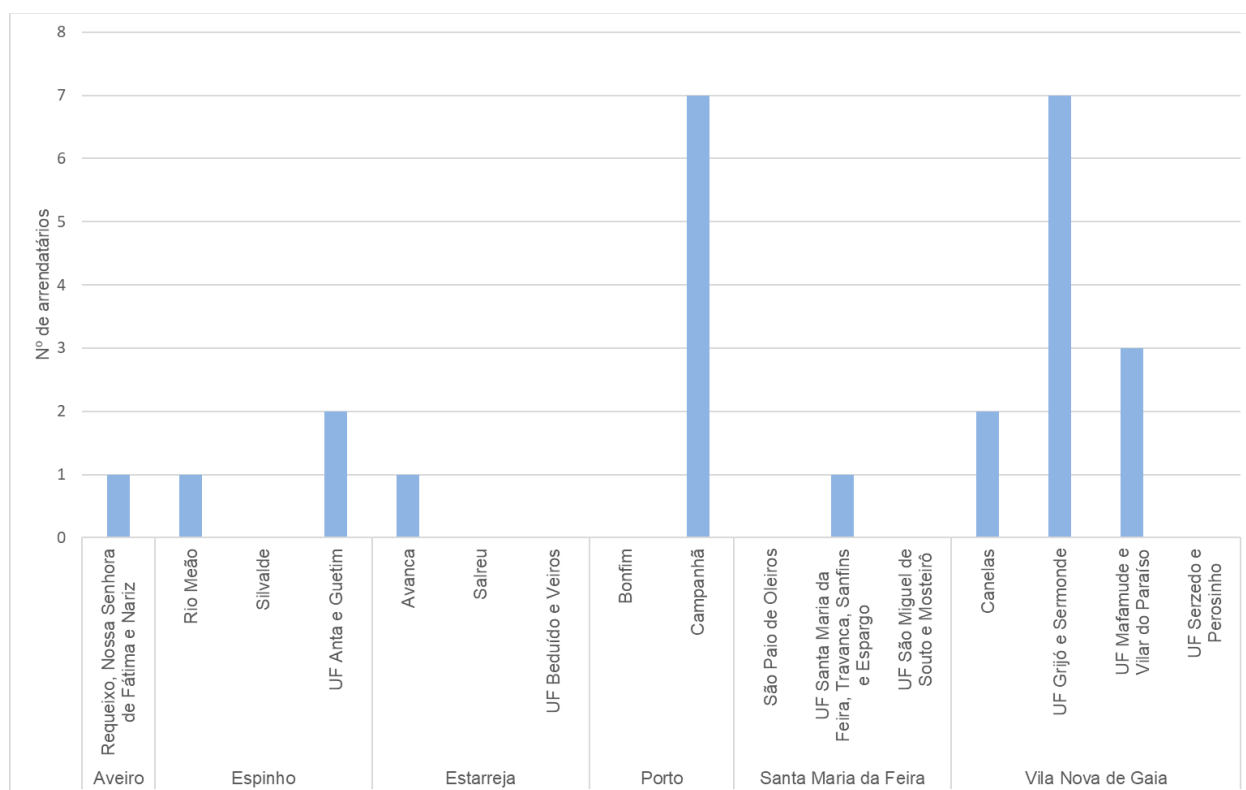


Figura 11 – Situação habitacional por município

5.2.2.4 Atividades Económicas

Foram realizados 35 inquéritos a situações de afetação que dizem respeito a atividades económicas.

Do conjunto de casos entrevistados, foi possível aferir que 35% se dedica ao setor de Indústria e Produção, 24% Comércio de Distribuição, 15% Construção e Engenharia, 12% Hotelaria, Restauração e Alimentação, 14 % Serviços especializados e Criativos, Agropecuária e Serviços Técnicos e oficinas.

O volume de negócios anual em questão é de “Até 2 milhões de euros” em 71% dos inquiridos, “Entre 2 milhões e 50 milhões” em 14% dos inquiridos. O volume de negócios atinge “Mais de 50 milhões” em um único caso, localizado em Ovar, freguesia de Esmoriz.

O tipo de ocupação principal é arrendamento, com cerca de 57% dos inquiridos, seguido de proprietário em 34% dos casos. Os restantes dizem respeito a outros casos (e.g. utilização do espaço por acordo verbal) (Figura 12). Deste modo, apenas 6% identifica encargos com o terreno em questão e 57% dos inquiridos não identifica encargos.

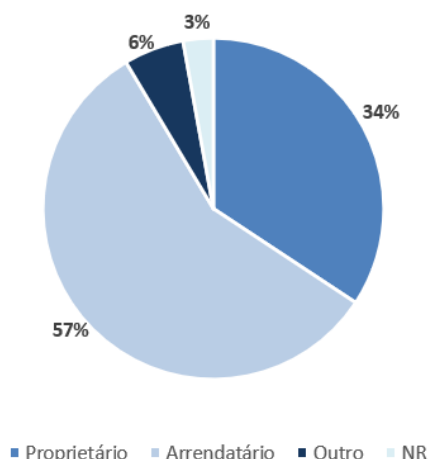


Figura 12 – Tipo de ocupação de cada atividade económica identificada

As principais razões apontadas para a localização atual das atividades são: a proximidade à residência do proprietário; a disponibilidade de mão de obra; a proximidade a matéria-prima e benefícios fiscais. De referir ainda que a maioria das atividades económicas identificadas nos inquéritos se encontram inseridas em Espaços de Atividades Económicas.

Estima-se que o número de trabalhadores para o total de unidades entrevistadas seja na ordem dos 250, sendo que a maior parte das atividades tem entre 2-9 trabalhadores (51% das situações inquiridas), seguido de 10-19 trabalhadores (20%). Destaca-se uma atividade económica com mais de 50 trabalhadores, localizada em Esmoriz.

No que diz respeito ao perfil socioprofissional dos trabalhadores, não foi possível tirar conclusões acerca da sua idade média e nível de qualificação geral devido à escassez de respostas e fragmentação das mesmas. Relativamente ao vínculo laboral, o tipo dominante é “tempo inteiro” em 89% dos inquiridos, e 9% em “tempo parcial”. Identificam-se casos de atividades com laços familiares entre os funcionários (37% dos casos, correspondente a 13 atividades). Estes casos ilustram a vulnerabilidade/ dependência dos trabalhadores face ao emprego do qual dependem. Distribuem-se por Albergaria-a-Velha, Santa Maria da Feira, Ovar, Vila Nova de Gaia e Porto.

Destaca-se um caso de Santa Maria da Feira referente a um café arrendado explorado por um casal, sendo mesmo local da habitação. E outro caso no mesmo município referente a um negócio de pirotecnia, cujo espaço é obrigado a cumprir requisitos técnicos de segurança, que deixam de ser cumpridos em resultado da presença do projeto.

Foi avaliada a importância da localização atual para a empresa, sendo que 71% identificam a localização como crítica e 14% como relativamente relevante. Refere-se novamente o caso do negócio de pirotecnia, anteriormente referido. E ainda um centro hípico em Vila Nova de Gaia, que depende de um ambiente calmo para os cavalos, e uma vacaria em Albergaria-a-Velha, cujo proprietário refere o potencial stress que poderá ser causado nos animais.

5.2.2.5 Outras Construções

A informação recolhida através dos inquéritos permitiu caracterizar 11 casos correspondentes a “Outras construções”, de um total de 39 situações.

A maior parte das estruturas diz respeito a armazéns de ferramentas e outros materiais, arrumos agrícolas e outros barracões, encontrando-se todos em utilização. O fim para o qual estes locais são

utilizados diz respeito principalmente a armazenamento de ferramentas/ materiais/ máquinas (em 39% dos casos), uso agrícola (17% dos casos) ou uso doméstico (13% dos casos). São ainda referidas a conservação de produtos agrícolas ou florestais, apoio à atividade pecuária ou silvicultura, e apoio a obras.

Cerca de 91% dos inquiridos refere ainda ser proprietário das edificações em questão, enquanto os restantes 9% refere ser arrendatário.

5.2.2.6 Equipamentos

Em resultado da implementação do Projeto, prevê-se a afetação de um equipamento, correspondente ao Complexo Desportivo de Cassufas localizado na União de Freguesias de Anta e Guetim, Município de Espinho. Como referido na metodologia, por tratar-se de caso único, foi caracterizado individualmente.

O espaço onde a atividade desportiva é desenvolvida é pertencente à Junta de Freguesia. A sua estrutura envolve mais de 250 pessoas, distribuídas entre jogadores, treinadores, equipa técnica e membros da administração. Composta por 8 equipas, cada uma com cerca de 25 jogadores, e uma equipa técnica composta por 10 a 12 colaboradores.

A Associação Desportiva de Esmojães (ADE), localizada na União de Freguesias de Anta e Guetim, tem como principal objetivo a promoção da formação desportiva em diversas faixas etárias, com especial enfoque no apoio ao futebol sénior. Esta associação está instalada nesta freguesia há 22 anos, tendo conquistado um papel de relevância no panorama desportivo local.

A Associação recebe apoio financeiro tanto da Junta de Freguesia como do Município, com o objetivo de promover o desenvolvimento desportivo e a continuidade das suas atividades. Este apoio, que visa principalmente a manutenção das infraestruturas e o desenvolvimento das equipas, é fundamental para a sustentabilidade da associação. Importa referir que a Associação não tem fins lucrativos, sendo movida pela vontade de promover a prática desportiva e o bem-estar da comunidade por parte da direção da associação.

A escolha da localização para a instalação da associação deveu-se, em primeiro lugar, à disponibilidade de um espaço adequado e à existência de condições para o desenvolvimento das atividades desportivas. Para além disso, a proximidade da comunidade local, que oferece um vasto número de potenciais jogadores, contribuiu para a decisão. A direção da associação sublinha que está plenamente satisfeita com a localização atual e não tem intenções de mudar, dado que esta é essencial para o bom funcionamento e crescimento da sua atividade.

Embora a população da freguesia não dependa diretamente das atividades da associação para o seu desenvolvimento económico, o apoio por parte da comunidade local e do Município é notório, com uma especial atenção ao futebol sénior, que atrai o maior número de adeptos. Este apoio é uma demonstração da importância da associação para o tecido social da Freguesia e do Município.

No entanto, a localização apresenta algumas dificuldades, nomeadamente no que diz respeito à acessibilidade, com a falta de transportes públicos a ser um dos principais desafios enfrentados.

Em conclusão, a Associação Desportiva tem um papel importante no desenvolvimento desportivo da freguesia, sendo um ponto de encontro para a prática de desporto e o fortalecimento dos laços comunitários. Apesar de alguns desafios, a associação mantém-se firme na sua missão e está

satisfeita com a sua localização atual, continuando a contar com o apoio da população e das entidades locais.

5.2.2.7 Conhecimento e perceção do projeto da LAV

Um dos objetivos dos inquéritos realizados foi avaliar o grau de informação, preocupação e envolvimento da população com o projeto.

Em resultado do total de 194 inquéritos realizados nas diferentes tipologias de casos, a maioria dos inquiridos refere ter, no momento da entrevista, conhecimento do Projeto (cerca de 83%). Referem ainda que tiveram conhecimento através dos vizinhos (cerca de 32% dos inquiridos), jornais ou televisão (cerca de 31%), através das equipas do Projeto ou das autarquias (cerca de 14%), e os restantes através das redes sociais ou sessões de esclarecimento. Por outro lado, a maior parte dos interessados não participou em sessões públicas efetuadas até ao momento de realização do inquérito (53% dos inquiridos).

Questionados sobre se o inquirido se sentia ou não afetado pelo Projeto, 68% respondeu que “Sim, sente-se afetado”, 20% respondeu que “Não se sente afetado”, e 9% “Não sabe”. As principais preocupações manifestadas dizem respeito a afetação da casa, propriedade e dia-a-dia (Figura 13), ao ambiente, economia local, mobilidade e acessos.

V.3. Participou em sessões públicas de esclarecimento ou recebeu informações sobre o projeto?
Sim ☒ Não ☐

V.4. Quais são as suas principais preocupações relativamente ao projeto?
- FICAR SEM CASA E NÃO TER PARA ONDE IR.

V.5. Tem conhecimento se será, de alguma forma, afetado? Por exemplo, habitação, terreno agrícola, terreno florestal, outro.
Sim ☒
Não ☐
Não sabe ☐

Figura 13 – Excerto de inquérito preenchido, com manifestação das principais preocupações relativamente ao projeto

5.3 IMPACTES – SÍNTESE E TIPOLOGIA DE IMPACTE

5.3.1 INTRODUÇÃO

À semelhança do desenvolvido no EIA, a análise e avaliação de impactes procura articular duas dimensões e escalas de análise complementares:

- Uma dimensão mais geral e quantitativa, sustentada na medição e/ou quantificação de impactes (e.g. determinado número de edificações) à escala da globalidade da área de intervenção.
- Uma avaliação não só quantitativa, mas também qualitativa, baseada numa análise, mais circunstanciada e localizada, da sensibilidade dos recursos afetados, bem como da

conjugação de efeitos/ impactes sobre um mesmo local/ área ou recurso. Nesta escala de análise, procurou-se identificar os principais pontos críticos, em que os impactes são mais significativos.

No que se refere à identificação e qualificação dos impactes em termos de níveis e de significância, a análise apresentada no EIA (2023) pretendeu identificar parâmetros quantificáveis que permitissem aferir qual a solução de traçado com menos impactos, ou seja, selecionar a melhor opção. No presente momento, a solução de traçado final está escolhida, pesando o facto de que o traçado de uma linha ferroviária de alta velocidade tem muito pouca flexibilidade em integrar ajustes, por via dos seus requisitos técnicos exigentes. Deste modo, a análise de impactes não contribui para uma seleção de alternativas, mas para a identificação de medidas de minimização e/ ou compensação dos impactes negativos identificados.

5.3.2 ANTES DO INICIO DA OBRA/FASE DE PRÉ CONSTRUÇÃO

Tal como mencionado no capítulo relativo à metodologia, os impactes sociais não se iniciam com a fase de construção, mas sim no momento que os agentes interessados ou potencialmente afetados por determinado projeto tomam conhecimento da sua existência, seja por notícias públicas, seja na sequência de consultas a entidades, reuniões com autarquias locais, atividade de técnicos no terreno, e outras situações.

De imediato podem criar-se receios e/ou expectativas, em função dos cenários que os agentes potencialmente afetados ou interessados começam a traçar, projetando possíveis efeitos, projeção que pode ser distorcida em função das incertezas resultantes da insuficiência de informação sobre o projeto e/ou da interação com outros agentes. As situações de indefinição e incerteza podem mesmo conduzir a atitudes e ações de contestação.

Deste modo, é importante que, pelo menos os agentes potencialmente afetados, sejam informados das características do Projeto, tão cedo quanto possível, de modo a reduzir situações de incerteza e, por outro lado, permitir contribuições para a configuração das melhores soluções.

Em resultados dos contactos efetuados com órgãos dirigentes e população, durante a elaboração da AIS, constatou-se que, em alguns casos, dirigentes e população não tinha ainda a perceção da situação em concreto, do traçado aprovado, ou do estado de desenvolvimento do Projeto.

Certamente que o projeto só será aprovado após a consulta pública do RECAPE, mas claramente, e especialmente, em termos de acompanhamento dos interessados com afetação identificada, será necessário garantir uma maior proximidade. Em resultado, nesta fase prevê-se como impacte negativo, o desconhecimento e falta de informação por parte da população afetada.

5.3.3 FASE DE CONSTRUÇÃO

5.3.3.1 Tipificação das Vulnerabilidades / impactes por freguesia

A identificação de impactes negativos visa enquadrar as medidas propostas no Programa de Medidas Compensatórias Socioeconómicas, apresentado no Anexo 11-02 do Tomo 10.02.04 – ANEXOS, tendo em conta o disposto na DIA. Deste modo, consideram-se os seguintes critérios com vista à sua tipificação:

- Quando há alteração significativa e/ou irreversível da situação de referência (antes do projeto) e há um dano muito significativo para o bem-estar individual e/ou da comunidade;
- Situações individuais: afetações diretas de propriedade, habitações (incluindo anexos urbanos e rurais);
- Atividades económicas;
- Situações de afetação de equipamentos sociais/coletivos propriedade dos órgãos de poder local ou instituições particulares de solidariedade social ou outras associações/entidades locais.

Os principais impactes negativos identificados e avaliados em fase de estudo prévio, e atualizados em fase de RECAPE, são os que resultam das intervenções do projeto, principalmente a construção da ferrovia, estações, restabelecimentos e caminhos de apoio.

Considerando as situações identificadas no capítulo introdutório, e com base na caracterização dos interessados realizada no Capítulo 5.2, que informou o estudo sobre as vulnerabilidades e preocupações por parte dos interessados, os casos de afetação podem ser tipificados de acordo com o apresentado no Quadro 6.

Quadro 6 – Tipificação dos casos de afetação

TIPOLOGIA	TIPO DE AFETAÇÃO	VULNERABILIDADE
Situações individuais	Direta	Agregado numeroso
		Agregado com menores
		Agregado com desempregados
		Agregado com idosos
		Agregado com pessoas com deficiência, com rendimentos oriundos de apoios sociais, e outros
	Indireta	Sem informação/ Sem situação de vulnerabilidade
Atividades económicas	Direta	Empresa em Espaços de Atividades Económicas
		Empresa com trabalhadores com relações familiares
		Empresa não integrada em Espaços de Atividades Económicas
Outras construções	Direta	NA
Equipamentos	Direta	NA

No Quadro 7 são apresentados os casos tipificados, por Município e Freguesia.

Quadro 7 – Distribuição geográfica dos casos tipificados, por Município e Freguesia

União de Freguesias Requeixo, Nossa Sra. Fátima e Nariz (Município de Aveiro)					
Tipologia	Interessados	Total	Inquéritos Realizados	Situação / Aplicabilidade	Incidência
Situações Individuais	Diretos	12	12	Agregado numeroso	√
				Agregado com menores/ Agregado com desempregados	
				Agregado com idosos	√
				Agregado com pessoas com doença / deficiência, com rendimentos oriundos de apoios sociais, e outros	
				Sem informação / Sem situação de vulnerabilidade	√
Atividades Económicas	Indiretos	6		Empresa em Espaço de Atividades Económicas	√
				Empresa com trabalhadores com relações familiares	
				Empresa não integrada em Espaços de Atividades Económicas	
Outros				Armazém	√
Comunidade		Km 3800 e 4000 Túnel <i>Cut and cover</i> na Rua Direita, lugar de Nossa Senhora de Fátima			√

São João de Loure e Frossos (Município de Albergaria-a-Velha)					
Tipologia	Interessados	Total	Inquéritos Realizados	Situação / Aplicabilidade	Incidência
Situações Individuais	Diretos	4	5	Agregado numeroso	
				Agregado com menores/ Agregado com desempregados	
				Agregado com idosos	√
				Agregado com pessoas com doença / deficiência, com rendimentos oriundos de apoios sociais, e outros	
Atividades Económicas	Indiretos	1		Sem informação / Sem situação de vulnerabilidade	√
				Empresa em Espaço de Atividades Económicas	
				Empresa com trabalhadores com relações familiares	
				Empresa não integrada em Espaços de Atividades Económicas	√
Outros				Vacaria - análise no bem-estar animal (a 100 metros da LAV)	√

Albergaria-a-Velha e Valmaior (Município de Albergaria-a-Velha)					
Tipologia	Interessados	Total	Inquéritos Realizados	Situação / Aplicabilidade	Incidência
Situações Individuais	Diretamente	2	3	Agregado numeroso	
				Agregado com menores/ Agregado com desempregados	
				Agregado com idosos	√
				Agregado com pessoas com doença / deficiência, com rendimentos oriundos de apoios sociais, e outros	
Atividades Económicas	Indiretamente	6		Sem informação / Sem situação de vulnerabilidade	√
				Empresa em Espaço de Atividades Económicas	√
				Empresa com trabalhadores com relações familiares	
				Empresa não integrada em Espaços de Atividades Económicas	

Branca (Município de Albergaria-a-Velha)					
Tipologia	Interessados	Total	Inquéritos Realizados	Situação / Aplicabilidade	Incidência
Situações Individuais	Diretamente	4	5	Agregado numeroso	√
				Agregado com menores/ Agregado com desempregados	
				Agregado com idosos	√
				Agregado com pessoas com doença / deficiência, com rendimentos oriundos de apoios sociais, e outros	
Atividades Económicas	Indiretamente	1		Sem informação / Sem situação de vulnerabilidade	√
				Empresa em Espaço de Atividades Económicas	
				Empresa com trabalhadores com relações familiares	
				Empresa não integrada em Espaços de Atividades Económicas	
Comunidade		Efeito Barreira: A escavação na rua das Flores motiva fragmentação do lugar do Soutelo com forte impacte paisagístico motivado pela existência de 3 vias (ligação a Aveiro)			

Salreu (Município de Estarreja)					
Tipologia	Interessados	Total	Inquéritos Realizados	Situação / Aplicabilidade	Incidência
Situações Individuais	Diretamente	1	1	Agregado numeroso	
				Agregado com menores/ Agregado com desempregados	
				Agregado com idosos	
				Agregado com pessoas com doença / deficiência, com rendimentos oriundos de apoios sociais, e outros	
Atividades Económicas	Indiretamente	0		Sem informação / Sem situação de vulnerabilidade	√
				Empresa em Espaço de Atividades Económicas	
				Empresa com trabalhadores com relações familiares	
				Empresa não integrada em Espaços de Atividades Económicas	

União de Freguesias de Beduído e Veiros (Município de Estarreja)					
Tipologia	Interessados	Total	Inquéritos Realizados	Situação / Aplicabilidade	Incidência
Situações Individuais	Diretamente	10	10	Agregado numeroso	√
				Agregado com menores/ Agregado com desempregados	
				Agregado com idosos	√
				Agregado com pessoas com doença / deficiência, com rendimentos oriundos de apoios sociais, e outros	
Atividades Económicas	Indiretamente	3		Sem informação / Sem situação de vulnerabilidade	√
				Empresa em Espaço de Atividades Económicas	
				Empresa com trabalhadores com relações familiares	
				Empresa não integrada em Espaços de Atividades Económicas	
Outros				Armazém	√
Comunidade		Efeito barreira - Km25+800 e km26+100, várias construções afetadas a norte da Rua do Barreiro do Além, o restabelecimento é demasiado a norte			

Avanca (Município de Estarreja)					
Tipologia	Interessados	Total	Inquéritos Realizados	Situação / Aplicabilidade	Incidência
Situações Individuais	Diretamente	6	8	Agregado numeroso	
				Agregado com menores/ Agregado com desempregados	
				Agregado com idosos	√
				Agregado com pessoas com doença / deficiência, com rendimentos oriundos de apoios sociais, e outros	
Atividades Económicas	Indiretamente	3		Sem informação / Sem situação de vulnerabilidade	√
				Empresa em Espaço de Atividades Económicas	
				Empresa com trabalhadores com relações familiares	
				Empresa não integrada em Espaços de Atividades Económicas	
Outros				Central fotovoltaica	√
Comunidade		Efeito barreira Km 32+000 a km 32+200 fragmentação restabelecimentos Entre a A29 e a A1 o território fica fragmentado numa faixa de 500 m			

Loureiro (Município Oliveira de Azeméis)					
Tipologia	Interessados	Total	Inquéritos Realizados	Situação / Aplicabilidade	Incidência
Situações Individuais	Diretamente	1	3	Agregado numeroso	
				Agregado com menores/ Agregado com desempregados	
				Agregado com idosos	
				Agregado com pessoas com doença / deficiência, com rendimentos oriundos de apoios sociais, e outros	
Atividades Económicas	Indiretamente	3		Sem informação / Sem situação de vulnerabilidade	√
				Empresa em Espaço de Atividades Económicas	
				Empresa com trabalhadores com relações familiares	
				Empresa não integrada em Espaços de Atividades Económicas	

Válega (Município de Ovar)					
Tipologia	Interessados	Total	Inquéritos Realizados	Situação / Aplicabilidade	Incidência
Situações Individuais	Diretamente	10	8	Agregado numeroso	√
				Agregado com menores/ Agregado com desempregados	√
				Agregado com idosos	√
				Agregado com pessoas com doença / deficiência, com rendimentos oriundos de apoios sociais, e outros	√
Atividades Económicas	Indiretamente	2		Sem informação / Sem situação de vulnerabilidade	√
				Empresa em Espaço de Atividades Económicas	
				Empresa com trabalhadores com relações familiares	
				Empresa não integrada em Espaços de Atividades Económicas	
Comunidade		Efeito barreira Km 36+000, corte da AV do Bustelo, restabelecimento a sul			

União de Freguesias de Ovar, São João, Arada e São Vicente de Pereira Jusã (Município de Ovar)					
Tipologia	Interessados	Total	Inquéritos Realizados	Situação / Aplicabilidade	Incidência
Situações Individuais	Diretamente	15	10	Agregado numeroso	
				Agregado com menores/ Agregado com desempregados	√
				Agregado com idosos	√
				Agregado com pessoas com deficiência, com rendimentos oriundos de apoios sociais, e outros	
Atividades Económicas	Indiretamente	5		Sem informação Sem situação de vulnerabilidade	
				Empresa em Espaço de Atividades económicas	√
				Empresa com trabalhadores com relações familiares	
				Empresa não integrada em espaços de atividades económicas	√
Outros				Armazém	√
Comunidade		Efeito barreira - Km39+300 a 39+500 Corte da R. Salgueiral de Cima: Fragmentada - conjunto de construções que numa faixa de cerca de 250 metros ficam entre a A29 e a LAV			
		Efeito barreira - Km 42+100 e 42+500 fragmentação da propriedade, corte da Rua da Murteira e da Rua do Lamarão			

Cortegaça (Município de Ovar)					
Tipologia	Interessados	Total	Inquéritos Realizados	Situação / Aplicabilidade	Incidência
Situações Individuais	Diretamente	1	1	Agregado numeroso	
				Agregado com menores/ Agregado com desempregados	√
				Agregado com idosos	√
				Agregado com pessoas com deficiência, com rendimentos oriundos de apoios sociais, e outros	√
Atividades Económicas	Indiretamente	0		Sem informação Sem situação de vulnerabilidade	
				Empresa em Espaço de Atividades económicas	
				Empresa com trabalhadores com relações familiares	
				Empresa não integrada em espaços de atividades económicas	

Esmoriz (Município de Ovar)					
Tipologia	Interessados	Total	Inquéritos Realizados	Situação / Aplicabilidade	Incidência
Situações Individuais	Diretamente	2	6	Agregado numeroso	
				Agregado com menores/ Agregado com desempregados	
				Agregado com idosos	
				Agregado com pessoas com deficiência, com rendimentos oriundos de apoios sociais, e outros	
Atividades Económicas	Indiretamente	5		Sem informação Sem situação de vulnerabilidade	
				Empresa em Espaço de Atividades económicas	√
				Empresa com trabalhadores com relações familiares	
				Empresa não integrada em espaços de atividades económicas	√

União de Freguesias de São Miguel de Souto e Mosteirô (Município de Sta. Maria da Feira)					
Tipologia	Interessados	Total	Inquéritos Realizados	Situação / Aplicabilidade	Incidência
Situações Individuais	Diretamente	0	1	Agregado numeroso	
				Agregado com menores/ Agregado com desempregados	
				Agregado com idosos	
				Agregado com pessoas com deficiência/doença com rendimentos oriundos de apoios sociais, e outros	
Atividades Económicas	Indiretamente	1		Sem informação / Sem situação de vulnerabilidade	
				Empresa em Espaço de Atividades económicas	
				Empresa com trabalhadores com relações familiares	
				Empresa não integrada em espaços de atividades económicas	
Comunidade		Não há afetações diretas, mas haverá que garantir o restabelecimento entre a Rua Central Sr. Reis Fidalgo e a Rua Melos e Cunha fundamental para o funcionamento do Estabelecimento de restauração bem como para garantir o acesso ao Clube Desportivo de Tarei			

União de Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo (Município de Sta. Maria da Feira)					
Tipologia	Interessados	Total	Inquéritos Realizados	Situação / Aplicabilidade	Incidência
Situações Individuais	Diretamente	16	16	Agregado numeroso	√
				Agregado com menores/ Agregado com desempregados	√
				Agregado com idosos	
				Agregado com pessoas com deficiência/doença com rendimentos oriundos de apoios sociais, e outros	√
Atividades Económicas	Indiretamente	2		Sem informação Sem situação de vulnerabilidade	√
				Empresa em Espaço de Atividades económicas	
				Empresa com trabalhadores com relações familiares	
				Empresa não integrada em espaços de atividades económicas	
Outros				Armazém	√
Comunidade		Km43+700 Interrupção da Rua Nova, em Espargo com afetação direta de 5 construções (ID92, 93, 94, 97 e 98, nenhum quis responder) e indireta de 3 edificações			

Rio Meão (Município de Sta. Maria da Feira)					
Tipologia	Interessados	Total	Inquéritos Realizados	Situação / Aplicabilidade	Incidência
Situações Individuais	Diretamente	2	1	Agregado numeroso	
				Agregado com menores/ Agregado com desempregados	
				Agregado com idosos	
				Agregado com pessoas com deficiência/doença com rendimentos oriundos de apoios sociais, e outros	
Atividades Económicas	Indiretamente	0		Sem informação Sem situação de vulnerabilidade	√
				Empresa em Espaço de Atividades económicas	
				Empresa com trabalhadores com relações familiares	
				Empresa não integrada em espaços de atividades económicas	
Comunidade		Relações familiares com vizinhos			

São Paio de Oleiros (Município de Sta. Maria da Feira)					
Tipologia	Interessados	Total	Inquéritos Realizados	Situação / Aplicabilidade	Incidência
Situações Individuais	Diretamente	2	4	Agregado numeroso	
				Agregado com menores/ Agregado com desempregados	
				Agregado com idosos	
				Agregado com pessoas com deficiência/doença com rendimentos oriundos de apoios sociais, e outros	
Atividades Económicas	Indiretamente	2		Sem informação Sem situação de vulnerabilidade	√
				Empresa em Espaço de Atividades económicas	
				Empresa com trabalhadores com relações familiares	

				Empresa não integrada em espaços de atividades económicas	✓
--	--	--	--	---	---

Silvalde (Município de Espinho)					
Tipologia	Interessados	Total	Inquéritos Realizados	Situação / Aplicabilidade	Incidência
Situações Individuais	Diretamente	0	1	Agregado numeroso	
				Agregado com menores/ Agregado com desempregados	
				Agregado com idosos	
				Agregado com pessoas com deficiência/doença com rendimentos oriundos de apoios sociais, e outros	
Atividades Económicas	Indiretamente	1		Sem informação Sem situação de vulnerabilidade	
				Empresa em Espaço de Atividades económicas	
				Empresa com trabalhadores com relações familiares	
				Empresa não integrada em espaços de atividades económicas	

União de Freguesias de Anta e Guetim (Município de Espinho)					
Tipologia	Interessados	Total	Inquéritos Realizados	Situação / Aplicabilidade	Incidência
Situações Individuais	Diretamente	14	14	Agregado numeroso	
				Agregado com menores/ Agregado com desempregados	✓
				Agregado com idosos	✓
				Agregado com pessoas com deficiência/doença com rendimentos oriundos de apoios sociais, e outros	
Atividades Económicas	Indiretamente	6		Sem informação Sem situação de vulnerabilidade	✓
				Empresa em Espaço de Atividades económicas	
				Empresa com trabalhadores com relações familiares	
				Empresa não integrada em espaços de atividades económicas	
Outros				Equipamento Desportivo	✓
Comunidade		Vivência em comunidade			

União de Freguesias de Grijó e Sermonde (Município de Vila Nova de Gaia)					
Tipologia	Interessados	Total	Inquéritos Realizados	Situação / Aplicabilidade	Incidência
Situações Individuais	Diretamente	20	17	Agregado numeroso	
				Agregado com menores/ Agregado com desempregados	√
				Agregado com idosos	√
				Agregado com pessoas com deficiência/doença com rendimentos oriundos de apoios sociais, e outros	
Atividades Económicas	Indiretamente	7		Sem informação Sem situação de vulnerabilidade	√
				Empresa em Espaço de Atividades económicas	
				Empresa com trabalhadores com relações familiares	
				Empresa não integrada em espaços de atividades económicas	
Outros					
Comunidade		Km55+800 a 56+000 vários restabelecimentos em local com elevada densidade 55+900 criação de uma nova rotunda a ser alvo de arranjo paisagístico 56+200 a 56+300 restabelecimento que deve ser aferido paisagisticamente Km 56+750Restabelecimento na rua Dr Manuel Ramos			

União de Freguesias de Serzedo e Perosinho (Município de Vila Nova de Gaia)					
Tipologia	Interessados	Total	Inquéritos Realizados	Situação / Aplicabilidade	Incidência
Situações Individuais	Diretamente	15	17	Agregado numeroso	
				Agregado com menores/ Agregado com desempregados	√
				Agregado com idosos	√
				Agregado com pessoas com deficiência/doença com rendimentos oriundos de apoios sociais, e outros	
Atividades Económicas	Indiretamente	9		Sem informação Sem situação de vulnerabilidade	√
				Empresa em Espaço de Atividades económicas	
				Empresa com trabalhadores com relações familiares	
			Empresa não integrada em espaços de atividades económicas	√	
Outros				Centro Hípico	√
Comunidade		Entre o km57+100 e o km57+400 túnel <i>cut and cover</i> (9 afetações diretas) Restabelecimento no km 58+100 da Rua nossa Senhora de Fátima			

Canelas (Município de Vila Nova de Gaia)					
Tipologia	Interessados	Total	Inquéritos Realizados	Situação / Aplicabilidade	Incidência
Situações Individuais	Diretamente	23	15	Agregado numeroso	
				Agregado com menores/ Agregado com desempregados	√
				Agregado com idosos	√
				Agregado com pessoas com deficiência/doença com rendimentos oriundos de apoios sociais, e outros	
Atividades Económicas	Indiretamente	18		Sem informação Sem situação de vulnerabilidade	√
				Empresa em Espaço de Atividades económicas	
				Empresa com trabalhadores com relações familiares	
				Empresa não integrada em espaços de atividades económicas	√
Comunidade		Túnel cut and cover: km57+100 e o km57+400 (9 afetações diretas) Restabelecimento no km 58+100 da Rua nossa Senhora de Fátima Km 61+800 Cut and Cover			

União de Freguesias de Mafamude e Vilar do Paraíso (Município de Vila Nova de Gaia)					
Tipologia	Interessados	Total	Inquéritos Realizados	Situação / Aplicabilidade	Incidência
Situações Individuais	Diretamente	37	12	Agregado numeroso	
				Agregado com menores/ Agregado com desempregados	
				Agregado com idosos	
				Agregado com pessoas com deficiência/doença com rendimentos oriundos de apoios sociais, e outros	
Atividades Económicas	Indiretamente	2		Sem informação Sem situação de vulnerabilidade	√
				Empresa em Espaço de Atividades económicas	
				Empresa com trabalhadores com relações familiares	
				Empresa não integrada em espaços de atividades económicas	√
Comunidade		Túnel cut and cover: km 64+900 no início do túnel mineiro			

Oliveira do Douro (Município de Vila Nova de Gaia)					
Tipologia	Interessados	Total	Inquéritos Realizados	Situação / Aplicabilidade	Incidência
Situações Individuais	Diretamente	4	0	Agregado numeroso	
				Agregado com menores/ Agregado com desempregados	
				Agregado com idosos	
				Agregado com pessoas com deficiência/doença com rendimentos oriundos de apoios sociais, e outros	
Atividades Económicas	Indiretamente	1		Sem informação Sem situação de vulnerabilidade	√
				Empresa em Espaço de Atividades económicas	
				Empresa com trabalhadores com relações familiares	
				Empresa não integrada em espaços de atividades económicas	

Bonfim (Município do Porto)					
Tipologia	Interessados	Total	Inquéritos Realizados	Situação / Aplicabilidade	Incidência
Situações Individuais	Diretamente	6	4	Agregado numeroso	
				Agregado com menores/ Agregado com desempregados	
				Agregado com idosos	
				Agregado com pessoas com deficiência/doença com rendimentos oriundos de apoios sociais, e outros	
Atividades Económicas	Indiretamente	0		Sem informação Sem situação de vulnerabilidade	√
				Empresa em Espaço de Atividades económicas	
				Empresa com trabalhadores com relações familiares	
				Empresa não integrada em espaços de atividades económicas	
Outros				Estabelecimento de restauração bomba de gasolina e turismo e empresa de serviços	√

Campanhã (Município do Porto)					
Tipologia	Interessados	Total	Inquéritos Realizados	Situação / Aplicabilidade	Incidência
Situações Individuais	Diretamente	54	25	Agregado numeroso	
				Agregado com menores/ Agregado com desempregados	√
				Agregado com idosos	√
				Agregado com pessoas com deficiência/doença com rendimentos oriundos de apoios sociais, e outros	√
Atividades Económicas	Indiretamente	0		Sem informação Sem situação de vulnerabilidade	
				Empresa em Espaço de Atividades económicas	
				Empresa com trabalhadores com relações familiares	
				Empresa não integrada em espaços de atividades económicas	
Outros				Estabelecimento de restauração	√
Comunidade					

5.3.3.2 Comparação com o EIA

A descrição das principais características do Projeto e ações da fase de construção é efetuada no Capítulo 3 do Relatório Base do RECAPE.

No entanto, por forma a avaliar eventuais impactes ao nível social dos ajustes realizados importa destacar as alterações que motivam essa reavaliação de impactes e que se sintetizam de seguida. Efetivamente o traçado da fase de Estudo Prévio (DIA) foi ajustado de forma a integrar um conjunto de melhorias, as quais foram implementadas dentro do corredor aprovado em Estudo Prévio.

Os ajustes mais significativos em termos sociais prendem-se com alterações em dois segmentos: um entre o PK 53+000 e o PK 57+000, na zona de Espinho/Gaia e outro entre o PK 61+000 e o PK 65+000, na zona de Gaia. Em termos concretos o Túnel de Gaia foi dividido em duas partes e a Estação de Santo Ovídio também em Vila Nova de Gaia, foi deslocada para sul e, ao invés de ser subterrânea, passou a ser à superfície.

No que se refere ao **Túnel de Gaia**, como já mencionado o mesmo foi dividido em duas partes passando para a superfície parte do traçado entre o PK 53+000 e o PK 57+000 e entre o PK 61+000 e o PK 65+000. No que se refere à primeira parte a alteração teve como objetivo afastar o traçado de uma zona densamente habitada para outra zona, adjacente, com menor densidade de edificado. No que se refere à segunda parte a mesma corresponde a uma área predominantemente industrial, com pedreiras em atividade, onde, numa perspetiva de tudo o que envolve a segurança da futura exploração da Linha de Alta Velocidade, era importante aproveitar estas características para reduzir a extensão do Túnel de Gaia.

Esta divisão do **Túnel de Gaia** em duas partes, faz com que este não atinja o limite dos 3500 m que obrigaria à consideração da solução Bitubo, que afeta muito mais área/população à superfície (Fase de Construção e Fase de Operação) uma vez que os túneis têm de estar separados entre si por uma distância de 3 vezes o seu próprio diâmetro.

No que se refere à **Estação de Vila Nova de Gaia**, a sua avaliação em fase de EIA foi bastante sumária, nomeadamente não foi contabilizado um número importante de afetações de habitações e estabelecimentos comerciais em Santo Ovídio, tendo sido remetida para a fase de RECAPE uma avaliação mais profunda da mesma. No entanto o EIA já abordou a sua localização aproximada, bem como a sua associação ao Túnel de Gaia.

Num processo de conciliação entre os requisitos da Operação (nomeadamente a necessidade de reduzir a extensão excessiva de traçado em túnel, que induz questões complexas de segurança) com os requisitos de minimização dos impactes ambientais, e na sequência de novas sondagens efetuadas que comprovam a presença de níveis freáticos muito elevados nesta zona, verificou-se a necessidade de considerar rasantes elevadas relativamente às do Estudo Prévio.

Nesse processo, na zona de influência do local que agora se propõe para a Estação de Vila Nova de Gaia, e naturalmente dentro do corredor ambientalmente aprovado, surgiu uma área plana, à superfície, com espaço suficiente para acomodar a Estação.

Deste modo, em fase de Projeto de Execução, fez sentido do ponto de vista técnico e do ponto de vista ambiental, desenvolver uma solução que integrasse uma “verdadeira” Estação, permitindo acomodar 4 vias, encaixada ao lado e por baixo do próprio traçado da Linha de Alta Velocidade e apresentando riscos de operação muito menores, desde logo pela simples razão de estar localizada à superfície.

Passando agora para a análise dos impactes identificados no EIA na fase de construção tem-se que se mantêm os impactes e o sentido dos impactes previamente identificados, designadamente:

- Efeitos positivos do processo construtivo nos modos de vida locais (emprego, atividades económicas, rendimentos familiares) – Impacte positivo.
- Processos de negociação, expropriação e indemnização, e realojamento - Processos que, em si mesmos, implicam impactes (positivos ou negativos) nos expropriados e que devem ser considerados enquanto tal.
- Incómodos e riscos para as populações: Utilização de explosivos para desmonte de formações rochosas; Presença dos trabalhadores da obra. - Impactes negativos.
- Transformações definitivas dos usos atuais do solo, incluindo áreas agrícolas e florestais, habitação, áreas empresariais e outras áreas edificadas, infraestruturas e equipamentos; transformações da estrutura e funcionalidade do território; alteração da configuração e amenidade do habitat social. - Impactes negativos.
- Afetação de espaços sociais, habitação, áreas empresariais e outras áreas edificadas, infraestruturas e equipamentos; transformações da estrutura e funcionalidade do território; alteração da configuração e amenidade do habitat social.

No que concerne ao último impacte apresentado, reavaliado em sede da presente AIS, além dos elementos detalhados no ponto anterior procedeu-se a uma comparação com o apresentado anteriormente no EIA desenvolvido em fase de Estudo Prévio.

A comparação entre as demolições previstas para a solução de Estudo Prévio selecionada em sede de AIA e as demolições previstas para o Projeto de Execução é apresentada no Quadro 8. Antes de proceder à análise comparativa entre as duas fases de desenvolvimento do Projeto importa esclarecer que a mesma não pode ser feita de uma forma direta.

De facto, a metodologia do EIA para identificar as afetações utilizou o levantamento topográfico como base de trabalho, onde qualquer edificado é representado com um polígono, o que implica que anexos, garagens e telheiros (para citar apenas exemplos), são considerados separadamente, quando na realidade podem estar associadas a habitações; por outro lado são contabilizados os anexos rurais não sendo igualmente claro a que tipologia de edificação se referem.

Já o RECAPE avaliou cada situação de forma integrada e *in situ*, registando com pontos as situações identificadas, na sua quase totalidade confirmadas nas reuniões prévias aos inquéritos com as várias juntas de freguesia (que como mencionado no início do documento constituíram um grande apoio para a identificação dos potenciais afetados: nome, número de telefone etc..). Considera, por exemplo, que garagens ou telheiros quando associados a habitações não são contabilizados à parte.

Em resultado destas diferenças metodológicas, (visíveis na primeira linha do Quadro nº8), foca-se a análise nas habitações (segunda linha do Quadro nº 8) e atividades económicas (terceira linha do Quadro nº 8),.

Quadro 8 – Número de demolições³ por trecho no EIA e no RECAPE

TIPOLOGIA	TRECHO 1 Oliv. Bairro Aveiro Albergaria-a-Velha		TRECHO 2 Albergaria-a-Velha Estarreja Oliveira Azeméis		TRECHO 3 Ovar Santa Maria da Feira		TRECHO 4+5 Espinho Santa Maria da Feira Vila Nova de Gaia Porto		Totais	
	EIA	RECAPE	EIA	RECAPE	EIA	RECAPE	EIA	RECAPE	EIA	RECAPE
Total de demolições (todas as tipologias)	144	16	219	24	101	46	94	175	558	261
Habitação	23	12	36	18	14	34	44	121	117	185
Atividade económica	7	1	10	2	24	6	3	36	44	45

De acordo com os valores apresentados no quadro anterior, verifica-se que nos trechos 1 e 2, o número de demolições diminui, verificando-se um comportamento inverso no trecho 4+5, trecho e mantendo-se sensivelmente equivalente no trecho 3.

No entanto, no Trecho 4+5, de acordo com o Quadro nº 7, cerca de 60 afetações são no município do Porto, onde não existe nenhuma diferença entre o traçado do EIA e o do Projeto de Execução, pelo que se conclui, forçosamente, que no EIA não foram identificadas cerca de 20 Afetações de Habitações e Atividades Económicas.

Importa referir que no EIA, por serem afetações associadas à Estação de AVL (Sto. Ovídio), a avaliação foi remetida para fase de Projeto de Execução e não foram consideradas, um conjunto significativo de afetações diretas e bem como todas as afetações indiretas (a prazo) que o Plano Busquets, incontornavelmente implicava quando propunha instalar o topo Sul da Estação numa zona de muito elevada concentração urbana.



Figura 14 – Vista Aérea da zona urbana consolidada de Sto. Ovídeo – Estação Sul AVL

³ Relembre-se que em sede de RECAPE, demolições correspondem a afetações diretas no âmbito da Socioeconomia.



Figura 15 – Habitações e Comércio Afetados pelo Edifício Sul da Estação de AVL

Assim, a comparação do Quadro nº 8 no que diz respeito ao Trecho 4+5 não tem em consideração estas afetações do EIA, identificadas nas figuras nº14 e nº15, que rondarão cerca de 20 afetações diretas adicionais, só na zona do Edifício da Estação Sul da Estação de Sto. Ovídio.

Ainda referente ao Trecho 4+5, da solução do EIA, como o túnel de Gaia seria muito longo, seria um túnel Bi-tubo e na zona do Mac Donalds na imediação do IC23/A44, nas traseiras do Lava-Jato, existe um prédio branco com 6 andares (12 apartamentos) que teria de ser demolido pois não existiria recobrimento suficiente para a passagem do Túnel Nascente.

Finalmente, importa ter em atenção de que na zona de Grijó/Serzedo, com o desvio do eixo 120 metros para Poente, foi possível evitar a afetação temporária de dezenas de habitações que com elevada probabilidade, por razões de segurança, teriam de ser expropriadas temporariamente durante a execução do Túnel mineiro proposto na DIA. Terminada a construção, as Pessoas poderiam regressar às suas casas se se confirmasse não existirem danos estruturais nas mesmas, mas, para sempre, iriam ter de conviver com as vibrações que resultam da excessiva proximidade da Via-Férrea. Estariam nesta situação (não consideradas no Quadro nº 8) cerca de 35 edificações.



Figura 16 – Comparação dos Eixos dos traçados da DIA (cor rosa) com o Projeto de Execução (cor cinza) na zona de Grijó/Serzedo. (a laranja os túneis cut & cover do PE)

Exatamente a mesma situação existe nas zonas industriais na zona de Canelas/Vilar do Paraíso, onde o traçado do EIA passava em túnel mineiro e onde o número de afetações temporárias com suspensão de funcionamento seria importante e que se poderia estimar em 5 afetações para efeitos de contabilidade de afetações.

Efetivamente estas alterações: divisão do túnel de Gaia em duas partes e alterações na Estação de Vila Nova de Gaia motivaram um aparente aumento do número de afetados no Trecho 4 (excluindo o Porto – Trecho 5), pelo que de uma análise direta se poderia concluir que o impacto negativo é potenciado. No entanto, esta conclusão não pode ser vista de uma forma direta. Detalhando um pouco mais estes valores tem-se que no Município de Vila Nova de Gaia o número de afetados identificados em fase de EIA era de 20 aos quais, para poder ser efetuada uma comparação com critérios minimamente equivalentes, no teríamos de somar no mínimo $20 + 20 + 12 = 52$ afetações adicionais às consideradas no EIA e adicionalmente $35 + 5 = 40$ afetações temporárias para poder construir os túneis mineiros em segurança. Sobre estes últimos constatou-se que em algumas situações (nos troços em que o túnel de Gaia passou para a superfície) as condições geotécnicas e os níveis freáticos muito elevados não garantiam a proteção ao edificado tal como foi equacionado em fase de Estudo Prévio (razão pela qual não foram incluídos como “afetados” e por isso não constam no quadro acima). Em resumo, comparativamente ao EIA o número de afetados no troço 4 estaria subavaliado na medida do atrás exposto.

No troço 1, destaca-se que apesar da redução no número de demolições, o valor poderia ser ainda menor, não fosse a alteração no Túnel de Mamodeiro (localizado em Aveiro entre os km 3+800/4+220, aproximadamente). Efetivamente, esta estrutura será executada na sua totalidade segundo o método cut & cover, sendo que em Estudo Prévio se previa que parte do túnel pudesse ser construída em túnel mineiro. Esta alteração motiva um conjunto de afetações diretas (total de 9 afetações) que não estavam previstas em Estudo Prévio. Na realidade, as condições geotécnicas e de níveis freáticos nesta zona podem ser facilmente observáveis nas restantes peças deste estudo e a probabilidade de as expropriações temporárias (seguramente prolongadas por questões de segurança, a que os habitantes estariam sujeitos) se transformarem em definitivas eram muito grandes, pois qualquer variação do nível freático durante a construção pode provocar assentamentos diferenciais e danificar as estruturas das habitações. Assim, a solução proposta em Projeto de Execução é proporcionar às pessoas afetadas uma solução de serem indemnizadas de forma justa que lhes permita poder instalarem-se na mesma zona, mas sem terem de ficar a viver à distância de 15 metros, sobre uma linha de Alta Velocidade. Mais uma vez é discutível se para efeitos de comparação com as afetações do EIA estas afetações deveriam, ou não, ser consideradas.

Assim, a contabilidade das **Afetações do EIA**, para todo o Projeto (Habitações = 117) + (Atividades Económicas = 44) deveria ser adicionada de (Edifício A44 e Estações = 52) + (Afetações Temporárias/Túneis = 40 + 9) **totalizando 262 afetações (Habitações + Atividades Económicas)**.

O que compararia com (Habitações = 185) + (Atividades Económicas = 45)) **totalizando 230 afetações (Habitações + Atividades Económicas)**.

5.3.4 FASE DE EXPLORAÇÃO

A identificação dos impactes **positivos** na fase de exploração apresenta duas vertentes, por um lado a consideração da manutenção dos impactes positivos previstos no EIA em fase de Estudo Prévio, e por outra a perceção desses impactes por parte dos interessados consultados em sede da presente AIS.

No que se refere à primeira questão, considera-se que se mantêm os impactes identificados na medida em que não aconteceram alterações que motivassem a alterações aos mesmos (descritos de

seguida). Todavia, no que se refere à perceção dos interessados contactados em sede da presente AIS, constata-se que nenhum considerou esses impactes. De facto, os interessados entrevistados resumem a sua análise ao impacto da LAV nas suas propriedades ou habitações (o que é compreensível) não relevando os impactes de carácter mais abrangente e de carácter regional de decorrentes do próprio funcionamento da LAV.

De seguida apresentam-se s principais impactes sociais e socioeconómicos **positivos**, resultantes do Projeto, na fase de exploração, que correspondem aqueles que foram identificados em fase de EIA e :

- Criação direta de emprego, resultante do funcionamento e manutenção da infraestrutura ferroviária e infraestruturas complementares;
- Impacte direto e indireto na economia local, resultante da aquisição de serviços e bens correntes, relacionados com o funcionamento da infraestrutura;
- Reforço das centralidades urbanas resultante da reformulação das Estações ferroviárias de Aveiro e Porto - Campanhã, e criação de uma nova centralidade, resultante da nova Estação LAV em Vila Nova de Gaia;
- Impacte na oferta de transporte ferroviário de passageiros e mercadorias, resultante do novo serviço de alta velocidade e da articulação com a rede ferroviária convencional;
- Impacte económico, direto e indireto, à escala local, regional e a escalas mais amplas, relacionado com os benefícios da nova oferta de transporte ferroviário;
- Contribuição para a redução de emissões de GEE e efeitos positivos nas alterações climáticas.

Relativamente a estes impactes e tendo em consideração as alterações ao projeto desenvolvidas em fase de projeto de execução, cumpre particularizar os impactes no que concerne à estação de Vila Nova de Gaia, bem como a divisão do túnel de Gaia em duas partes.

No que se refere à **Estação de Vila Nova de Gaia** considera-se que os impactes foram potenciados e ampliados positivamente, tal como se descreve de seguida.

Efetivamente, o facto de a estação de Vila Nova de Gaia ter sido deslocada para sul, para uma zona plana dentro do corredor ambientalmente aprovado, permitiu a concretização de um conjunto de vantagens - em termos de planeamento urbano, e consequentemente em termos socioeconómicos. Ao ser construída à superfície, a estação permitirá uma melhor integração dos espaços, maior facilidade ao nível da logística e de serviços, bem como uma valorização acrescida deste espaço da cidade.

A estação será implantada na cabeceira da Ribeira de Valverde, espaço atualmente ocupado com campos agrícolas, em grande parte abandonados, classificado maioritariamente como espaço agrícola em sede de PDM. A implantação neste local permitirá o desenvolvimento de uma solução urbanística que assegure a transformação de um espaço atualmente não utilizado num grande parque urbano para usufruto da população residente, melhorando consideravelmente os espaços públicos existentes, numa manifestação de equilíbrio entre urbanidade, natureza e paisagem.

Em termos urbanísticos enquanto uma estação subterrânea não tem “frente para a cidade”, assemelhando-se a uma estação de metro, uma estação à superfície no local selecionado permitirá

tirar vantagem do potencial das atividades associadas ao movimento da própria estação, criando um polo urbano com forte centralidade, que contribuirá para estruturar esta parte da cidade.

Acresce, em termos globais, a transformação do território e a criação de uma nova centralidade onde o conceito de intermodalidade e a importância estratégica serão as palavras-chave, e em que o desafio será aliar o desenvolvimento do território às pessoas numa perspetiva de mobilidade e sustentabilidade, numa verdadeira plataforma de crescimento.

O carácter transformador da nova estação será assim abordado no âmbito da realização de um instrumento de ordenamento que garanta:

- A conceção de uma composição urbanística para a zona, que assegure a integração da nova estação de alta velocidade na cidade de Vila Nova de Gaia, atendendo às relações com a envolvente e com o sistema metropolitano onde se insere.
- A conjugação das características da área onde se implanta, no vale da Ribeira de Valverde (atualmente caracterizado pela presença de espaços agrícolas expectantes construção dispersa e urbanização avulsa com utilizações de indústria, habitação e logística), e o seu potencial paisagístico, com a programação das utilizações próprias de uma estação da alta velocidade, criando uma nova centralidade gerada pela confluência de diversos modos de transporte.
- A integração da nova estação num modo intermodal de transportes, onde se destaca a estação do Metro, os parques de estacionamento, e as novas vias, encaradas como ruas e avenidas integradas na vivência urbana da cidade, em que a segurança e o conforto dos condutores estarão aliados às condições de mobilidade pedonal.

Pelo acima exposto se afirma que a estação de Vila Nova de Gaia, à superfície, contribuirá para a majoração dos impactes positivos identificados em fase de EIA.

Na fase de funcionamento, os principais **impactes negativos** a nível local resultam da presença das linhas, estações técnicas e equipamentos associados, e catenária, bem como da circulação de composições.

A nível socioeconómico, e a escalas mais amplas, prevê-se, por outro lado, que a transferência modal prevista, resultante da captação de procura de modos de transporte coletivo rodoviário e aéreo, tenha efeitos negativos nestas atividades.

De entre os impactes negativos destaque para o **efeito barreira** e para a **fragmentação do território**, já identificado na análise das vulnerabilidades por freguesia na fase de construção. No entanto estes impactes foram atenuados uma vez que com a concretização do projeto foi aumentado o número de restabelecimentos que passou de 48 para 135, aumentando sobremaneira a permeabilidade do território.

No entanto, importa destacar que do processo de consulta aos municípios interessados e das diversas reuniões realizadas para apresentação e articulação do Projeto com as realidades específicas, resultou a definição e Projeto de Execução de 135 restabelecimentos, quase triplicando o número de restabelecimentos considerados em Estudo Prévio (48 restabelecimentos), tendo como objetivo minimizar o efeito barreira provocado pela infraestrutura linear e assegurar uma maior mobilidade entre os dois lados da linha.

6 NOTAS FINAIS

Ao longo do presente documento foi apresentada a metodologia, bem como os resultados obtidos com a concretização do disposto na DIA, no que se refere aos elementos 31 e 32 - Estudo de Impacte Social (EIS) e Estudo de Impacte das Atividades Económicas (EIAE), respetivamente.

A análise desenvolvida permitiu obter um conhecimento mais aprofundado dos interessados (afetados) no que se refere às suas características, preocupações e necessidades. A abordagem foi desenvolvida com o objetivo de prever medidas de compensação nas situações em que há alteração significativa e/ou irreversível da situação de referência (antes do projeto) e em que existe um dano muito significativo para o bem-estar individual e/ou da comunidade.

De acordo com a DIA foram tipificadas as seguintes situações:

- Situações individuais: habitações, atividades económicas, outras construções e equipamentos sociais/coletivos.
- Comunidade afetada pelo Projeto (comunidade na envolvente da área do Projeto).

À semelhança do desenvolvido no EIA a abordagem combinou uma análise quantitativa (contabilizando o número de afetações) e uma análise qualitativa, ouvindo os interessados a fim de aferir as suas preocupações e expectativas. Neste último ponto, deve ser destacado o papel determinante das juntas de freguesia abrangidas, que facilitaram e apoiaram a equipa técnica da AIS nos contactos com os interessados (apesar do descontentamento de algumas destas juntas de freguesia face ao projeto).

No desenvolvimento da AIS, um dos constrangimentos mais relevantes foi o curto espaço de tempo para a sua realização. Sendo a AIS desenvolvida em paralelo com o projeto de execução, não foi possível dispor de um panorama seguro do número de interessados no início dos trabalhos, e consequentemente de respostas claras e definitivas para dar aos mesmos nos momentos das entrevistas. Acresce ainda a impossibilidade de contacto com todos os interessados (por ausência, recusa na resposta ou impossibilidade de contacto), o que inviabilizou a abordagem a todos os casos.

É normal que quando se parte de um nível de detalhe de um Estudo Preliminar (ou prévio), agravado pelo adiamento da análise de impactes das Estações para a fase de Projeto de Execução, se torne difícil comparar o número de afetações entre a solução do EIA e a solução do Projeto de Execução. Independentemente do exercício comparativo que tratamos de acertar/corrigir no ponto anterior, é indiscutível que qualquer das soluções implícitas (EIA ou Projeto de Execução) apresentam iguais e elevados impactes na travessia dos Concelhos do Porto, Gaia e Espinho, como não poderia deixar de ser, pois as soluções são e teriam de ser, muito idênticas, diferindo muito pontualmente na posição da Estação de Gaia de AVL e na zona de Grijó/Serzedo. Por outro lado, a alteração do projeto que passou pela implantação da estação de Vila Nova de Gaia à superfície, potenciou os impactes positivos para a comunidade com especial ênfase para exatamente estes 3 concelhos mais afetados (Porto, Gaia e Espinho).

Tendo em conta que um dos impactes negativos identificados no EIA se prendia com o efeito barreira e fragmentação do território, verificou-se, em sede de projeto de execução, uma tentativa de minimização deste impacte, através da aferição das melhores soluções para os restabelecimentos e criando novos restabelecimentos, minimizando os impactos dos mesmos nas populações afetadas,

considerando-se na fase atual a criação de 135 restabelecimentos, enquanto a solução de Estudo Prévia apenas previa 48.

Ainda em termos qualitativos verifica-se que parte da população manifestou elevados níveis de ansiedade face à LAV, enquadrando-se em duas situações distintas:

- Nas situações em que o Projeto não sofreu alterações e em que os interessados tinham conhecimento de que o LAV iria conduzir a alterações nas suas vidas (ex. demolição das habitações). Nestes casos, a ansiedade decorreu da ausência de divulgação de informação sobre o Projeto entre a fase de EIA e o momento de elaboração da AIS. Nestes casos, o contacto personalizado com os afetados, efetuado no decurso do desenvolvimento da AIS, permitiu minimizar essa ansiedade na medida em que permitiu divulgar informação sobre o projeto, prazos e procedimentos que serão desenvolvidos.
- Nas situações em que o Projeto sofreu acertos (dentro do corredor aprovado) e os interessados não tinham conhecimento da sua real afetação. Estas situações revelaram-se bastante mais difíceis de gerir, pelo que, tal como no cenário anterior, a AIS desempenhou um papel determinante como meio de divulgação de informação do projeto, prazos e procedimentos, sublinhando que todos os casos de afetação serão devidamente compensados, respeitando a legislação e as boas práticas.

A caracterização efetuada revelou um conjunto de vulnerabilidades da população interessada, entre as quais se destaca a idade avançada (forte peso da população reformada) e a existência de deficiências e/ou problemas de saúde. Destaca-se ainda o facto de a grande maioria dos interessados manifestar gosto em residir nos locais afetados, frequentemente por se tratar de população que sempre residiu na área, com laços familiares, de vizinhança e de comunidade bem vinculados.

No que se refere às atividades económicas, foram identificadas situações distintas: empresas inseridas em áreas de atividades económicas (vulgo, zonas industriais) e empresas dispersas pelo território. Foram ainda identificadas situações específicas que merecerão especial atenção na fase seguinte, na medida em que, mesmo não sendo afetadas diretamente, a proximidade à LAV poderá condicionar o seu normal funcionamento. Por fim, refira-se que apenas foi identificado um equipamento social afetado.

Após caracterização dos interessados, foi possível proceder à tipificação das situações por município e por freguesia, com vista à definição das medidas de compensação adequadas a cada situação. Estas medidas são apresentadas no Programa de Medidas Compensatórias Socioeconómicas, que integra o Anexo 11-02 do Tomo 10.02.04 – ANEXOS.

Em resumo, independentemente dos constrangimentos identificados, a presente AIS permitiu atingir os seus objetivos, que se prendem com a identificação e gestão das questões sociais decorrentes do desenvolvimento do Projeto LAV, incluindo o envolvimento eficaz da comunidade afetada num processo participativo de identificação, avaliação e gestão de impactes sociais.

7 ANEXOS

7.1 ANEXO I – RESUMO DAS NORMAS AMBIENTAIS E SOCIAIS DO BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTO (BEI, 2022)

A promoção do desenvolvimento sustentável e inclusivo está no centro dos objetivos do BEI e da sua estratégia de financiamento. A política ambiental e social do Grupo BEI constitui o enquadramento global dos seus compromissos e uma visão para a década crítica até 2030, colocando o financiamento sustentável no centro de todas as atividades do BEI. Para honrar os seus compromissos em matéria de sustentabilidade, o BEI adotou um conjunto de 11 normas ambientais e sociais que estabelecem os requisitos que o promotor e o projeto devem cumprir ao longo de todo o ciclo de vida do projeto BEI. Segue-se um resumo destas normas.

Norma 1 – Impactos e Riscos Ambientais e Sociais

Promove uma abordagem integrada à avaliação e gestão de impactos e riscos, garantindo que as considerações ambientais, climáticas, sociais e de direitos humanos são tidas em conta e abordadas em todas as fases do projeto. A norma estabelece as responsabilidades do promotor para avaliar, gerir, monitorizar e comunicar os potenciais impactos e riscos ambientais, climáticos e sociais associados ao projeto e para maximizar os resultados positivos ao longo do mesmo. Isto é essencial para alcançar os resultados ambientais, climáticos e sociais em conformidade com a Política Ambiental e Social do Grupo BEI e as Normas Ambientais e Sociais do BEI.

Norma 2 – Envolvimento das Partes Interessadas

Promove uma abordagem inclusiva e sistemática para o envolvimento construtivo das partes interessadas. Reconhece que o envolvimento das partes interessadas é essencial para a avaliação, gestão e monitorização eficazes dos impactos e riscos ambientais, climáticos e sociais, e para assegurar que os projetos são sustentáveis e produzem melhores resultados. Esta norma descreve as responsabilidades do promotor na implementação de um envolvimento contínuo e transparente com as partes interessadas do projeto.

Norma 3 – Eficiência dos recursos e Prevenção da Poluição

Esta norma reconhece a importância da eficiência dos recursos para aliviar a pressão sobre o ambiente e travar as alterações climáticas. Incentiva a identificação, a conceção e a utilização de tecnologias, processos e serviços mais adequados para atingir os objetivos de qualidade ambiental. A norma também reforça a abordagem e os requisitos para projetos que envolvam atividades, instalações, modificações e/ou extensões existentes.

Norma 4 – Biodiversidade e Ecossistemas

A norma sublinha que a proteção e conservação da biodiversidade e dos ecossistemas, e a manutenção das suas funções e processos ecológicos, são fundamentais para a sustentabilidade ambiental e social. Esta norma estabelece os requisitos e medidas que o promotor tem de adotar ao longo das diferentes fases de um projeto apoiado pelo Banco para conseguir uma “no loss” de biodiversidade e - quando necessário - um impacto líquido positivo. A norma 4 também aborda a gestão sustentável e a utilização de recursos naturais vivos, como plantas, árvores e florestas, e reconhece a necessidade de considerar os meios de subsistência das pessoas afetadas pelo projeto,

cujo acesso ou utilização de recursos naturais vivos pode ser afetado pelo projeto. A norma também sublinha a necessidade de envolver as comunidades tradicionais e indígenas como principais interessados na proteção e gestão da biodiversidade e dos recursos naturais, respeitando simultaneamente os seus direitos à terra, cultura e espiritualidade.

Norma 5 – Alterações Climáticas

Em consonância com as ambições reforçadas do BEI em matéria de ação climática e sustentabilidade ambiental e com o seu Roteiro do Banco para o Clima 2021-2025, esta norma promove o alinhamento dos projetos apoiados pelo BEI com os objetivos e princípios do Acordo de Paris e do Plano de Ação da UE para o Financiamento Sustentável. Para o efeito, estipula que os promotores devem abordar e incorporar explicitamente as considerações relativas à atenuação das alterações climáticas e à adaptação às mesmas no processo de tomada de decisão relativo aos projetos apoiados pelo BEI ao longo de todo o ciclo do projeto, avaliando e minimizando as emissões de gases com efeito de estufa e os riscos climáticos físicos.

Norma 6 – Reinstalação involuntária

Os projetos do BEI implicam por vezes a aquisição de terras e/ou restrições à sua utilização, o que pode resultar na deslocação temporária ou permanente de pessoas dos seus locais de residência originais ou das suas atividades económicas ou práticas de subsistência. Uma situação em que os indivíduos ou comunidades afetados não têm o direito de recusar essa deslocação é designada por reinstalação involuntária. A Norma 6 procura evitar a reinstalação involuntária em primeira instância e minimizar e definir as medidas de mitigação adequadas que devem estar em vigor para contrariar os impactos adversos da reinstalação involuntária. Visa igualmente prestar assistência a todas as pessoas afetadas para que possam melhorar ou, pelo menos, restabelecer as suas condições socioeconómicas e culturais.

Pela importância desta norma para a presente AIA transcrevem-se as seguintes

1 O termo «reinstalação involuntária» designa a deslocação que resulta diretamente da aquisição de terrenos⁴ ou de restrições ao uso do solo no âmbito de um projeto. Inclui: a) a deslocação física (ou seja, a recolocação física, a perda de residência ou a perda de abrigo); e/ou b) a deslocação económica (ou seja, a perda de bens ou do acesso a bens, que conduz à perda de fontes de rendimento ou meios de subsistência⁵). A reinstalação é involuntária quando as pessoas ou comunidades afetadas não têm o direito de recusar essa deslocação.

2 A reinstalação involuntária pode ter impactos negativos graves no bem-estar económico, social e cultural dos titulares de direitos (pessoas afetadas e comunidades de acolhimento). As pessoas podem perder temporária ou permanentemente as suas fontes de rendimento ou ser deslocadas para

⁴ Entende-se por «aquisição de terrenos» todos os métodos de obtenção de terrenos para fins de execução de um projeto, nomeadamente a aquisição direta, a expropriação de terrenos e bens e a aquisição de direitos de acesso temporários ou permanentes, tais como servidões, direitos de passagem, e a imposição de restrições de acesso a zonas protegidas e outras

⁵ Entende-se por «meios de subsistência» todos os meios que as pessoas, as famílias e as comunidades utilizam para assegurar as suas condições de vida, como sejam a habitação, a alimentação, o vestuário, entre outros

ambientes em que as suas competências poderão ser menos relevantes e a compensação poderá não ser suficiente para evitar situações de carência ou de desvantagem de longa duração.

3 Por conseguinte, devem ser envidados esforços para, antes de mais, evitar a reinstalação involuntária. Nos casos em que não possa ser evitada, a reinstalação involuntária deve ser minimizada e devem ser adotadas medidas adequadas para atenuar os impactos negativos nos titulares de direitos, com vista a melhorar ou, pelo menos, restabelecer as suas condições socioeconómicas e culturais. A gestão da reinstalação involuntária deve assentar na consulta das pessoas afetadas e na divulgação de informações ao público.

Objetivos

4 A presente norma descreve as responsabilidades do promotor no âmbito da gestão dos riscos e impactos da reinstalação involuntária. Tem por objetivos:

- a. Evitar ou, quando tal não seja possível, minimizar a reinstalação involuntária explorando alternativas ao próprio projeto, bem como à sua conceção e localização;*
- b. Evitar despejos coercivos;*
- c. Melhorar os meios de subsistência e/ou o nível de vida das pessoas deslocadas ou, pelo menos, restabelecer a situação existente antes do projeto;*
- d. Melhorar as condições de vida das pessoas deslocadas pobres e de outros grupos vulneráveis de modo a assegurar um nível de vida mínimo, promovendo uma habitação adequada³ e a segurança do direito de ocupação⁴;*
- e. Atenuar os impactos sociais e económicos de situações inevitáveis de reinstalação involuntária: i) concedendo atempadamente uma compensação pela perda de bens com base no custo total de substituição; ii) garantindo que a conceção, o planeamento e a execução da reinstalação são acompanhadas por uma divulgação adequada de informações às pessoas afetadas, bem como pela consulta e participação informada das mesmas; iii) proporcionando às pessoas deslocadas acesso a mecanismos de reclamação; e iv) enquanto oportunidade de desenvolvimento, permitindo que as pessoas deslocadas beneficiem diretamente do projeto, consoante a natureza deste o justifique.*

Norma 7 – Grupos Vulneráveis, Povos Indígenas e Género

O objetivo desta norma é abordar as desigualdades e outros fatores que contribuem para a vulnerabilidade, a marginalização e/ou a discriminação num projeto do BEI. A norma também promove a igualdade de género como um direito humano básico crucial para o desenvolvimento sustentável. Descreve as responsabilidades do promotor para avaliar, gerir e monitorizar os impactos, riscos e oportunidades do projeto relacionados com os povos indígenas e pessoas/grupos vulneráveis.

Norma 8 – Direitos do Trabalho

As boas práticas laborais e a utilização de códigos de conduta adequados são importantes para garantir que os direitos fundamentais dos trabalhadores são respeitados e que as condições de trabalho são justas e decentes. Esta norma visa garantir que os promotores de projetos do BEI cumpram as normas laborais fundamentais da Organização Internacional do Trabalho e a legislação nacional em matéria de trabalho e emprego. Estabelece a necessidade de um mecanismo de

reclamação dos trabalhadores. Define ainda normas para proteger os trabalhadores migrantes e os trabalhadores afetados por despedimentos coletivos. A norma também exige o estabelecimento, a manutenção e a melhoria das relações entre os trabalhadores e a direção e dos termos e condições de emprego. A norma define os requisitos de avaliação necessários para a força de trabalho do próprio promotor, para os trabalhadores de terceiros e para os trabalhadores da cadeia de abastecimento.

Norma 9 – Saúde, Segurança e Proteção

A norma define as responsabilidades dos promotores e dos trabalhadores para salvaguardar a saúde, a segurança e a segurança dos trabalhadores e das pessoas e comunidades afetadas. Estabelece a importância de pôr em prática um sistema de gestão da saúde e da segurança bem definido, dotado de recursos adequados e de conhecimentos especializados. A norma reforça ainda os requisitos para prevenir a violência baseada no género e introduz requisitos de avaliação do impacto e dos riscos para novas áreas, como a segurança rodoviária e do tráfego, os riscos naturais (incluindo os que desencadeiam catástrofes tecnológicas) e as pandemias e epidemias.

Norma 10 - Património Cultural

O BEI reconhece o papel central do património cultural enquanto fonte de valiosas informações históricas e científicas, um trunfo para o desenvolvimento económico e social e parte integrante dos direitos, da identidade e das práticas culturais das pessoas. Em conformidade com as convenções e declarações internacionais aplicáveis, esta norma visa identificar e avaliar os riscos do projeto e os impactos potenciais que afetam o património cultural tangível e intangível e abrange a gestão e o acompanhamento das medidas de atenuação correspondentes. Salienta a necessidade de um procedimento de descoberta fortuita que defina as ações a tomar caso seja encontrado património cultural anteriormente desconhecido.

Norma 11 – Financiamento Intermediado

A Norma estabelece os requisitos e processos que os intermediários financeiros devem ter em vigor para avaliar, gerir, monitorizar e comunicar os impactos e riscos ambientais, climáticos e sociais associados aos subprojectos que financiam, conforme apropriado à natureza do financiamento intermediado.

7.2 ANEXO II – FOLHETO INFORMATIVO



informação

LINHA DE ALTA VELOCIDADE PORTO-LISBOA

A chegada da Linha de Alta Velocidade ao seu território trará consigo novas oportunidades de mobilidade e desenvolvimento, mas também alguns constrangimentos durante a fase de construção e de operação.

Serão implementadas medidas rigorosas para minimizar os impactos ambientais e na vida quotidiana.

As obras de construção da linha estão previstas iniciar-se no primeiro trimestre de 2026, devendo a linha estar construída e entrar em operação em 2030.

Mais informações:
apoio@avan.pt

Benefícios da Linha de Alta Velocidade (LAV) Porto - Lisboa

- Menos tempo de viagem:** Porto-Lisboa em cerca de 1h15m, aproximando as cidades, com paragens em Vila Nova de Gaia, Aveiro, Coimbra e Leiria.
- Mais mobilidade:** Mais comboios e melhor serviço regional/mercadorias na linha do Norte.
- Crescimento económico:** Ligação rápida a centros de desenvolvimento e novas oportunidades.
- Transporte sustentável:** Menos emissões ao privilegiar o uso do comboio



SOBRE O CONSÓRCIO LUSOLAV

O projeto da Linha de Alta Velocidade Porto - Lisboa será desenvolvido em regime de Parceria Público-Privada e estruturado em três troços: Norte (lote 1: Porto-Oiã e lote 2: Oiã-Soure), Central (Soure-Carregado) e Sul (Carregado-Lisboa). Neste regime, os parceiros privados selecionados assumirão as responsabilidades cruciais pelo desenvolvimento do projeto, que vão desde o financiamento e projeto do traçado até à construção, manutenção e operação da infraestrutura.



SOBRE O PROJETO

O traçado definitivo da Linha de Alta Velocidade (LAV) ainda está em estudo e será submetido pela Lusolav a consulta pública durante o processo de avaliação ambiental do projeto de execução, que se estima venha a ocorrer entre agosto e setembro deste ano. À data de hoje o que está definido é um alinhamento de traçado dentro de um corredor com 400 metros de largura, aprovado pela Infraestruturas de Portugal em fase de Estudo Prévio. O traçado final da linha a propor pela Lusolav terá de se inserir dentro desse corredor.

Porque é que estou a ser contactado?

O projeto da LAV implica a realização de um conjunto de estudos multidisciplinares e trabalhos preparatórios dentro e nas imediações do corredor aprovado para o traçado. Estão a ser realizados estudos geotécnicos, levantamentos topográficos, estudos cadastrais e de caracterização do edificado e estudos socioeconómicos. Se está a ser contactado é porque a sua propriedade se situa dentro ou nas imediações do corredor onde passará a LAV, não sendo, no entanto, garantido que a sua propriedade venha a ser diretamente afetada pela linha. Pedimos que colabore com os técnicos no terreno, disponibilizando-lhes as informações solicitadas.

Haverá expropriações? Como serão compensadas as pessoas afetadas?

A construção da Linha de Alta Velocidade, como qualquer projeto de infraestrutura de grande escala, implicará expropriações de terrenos e propriedades. A compensação das pessoas afetadas será realizada de forma justa e transparente, seguindo rigorosamente a legislação de expropriações em vigor. O processo de compensação privilegiará a via negocial, buscando acordos amigáveis que satisfaçam ambas as partes. No entanto, caso não seja possível alcançar um acordo, o processo seguirá os trâmites legais, garantindo que os proprietários recebam uma indemnização justa e adequada pelo seu património.

É importante salientar que a confirmação clara dos terrenos a expropriar só será possível com a conclusão do projeto de execução. Estima-se que as equipas no terreno iniciarão o contacto com as pessoas afetadas previsivelmente durante o mês de setembro, fornecendo informações detalhadas e esclarecendo dúvidas sobre o processo. O processo expropriativo acautelar-se-á sempre que as pessoas afetadas encontram alternativas viáveis para o seu realojamento e levará em consideração o tempo necessários para as respetivas mudanças.

Quem é a Lusolav?

A Lusolav é o Consórcio vencedor do concurso para a Concessão do lote 1 Porto-Oiã da Linha de Alta Velocidade Porto-Lisboa. O Consórcio é formado pela Alves Ribeiro, Casais, Condunil, Gabriel Couto, Mota-Engil, Serena e Teixeira Duarte. A AVAN é a futura concessionária da Alta Velocidade, que terá como único acionista a Lusolav. A Construção será executada pelo Consórcio AVACE-NORTE e as Expropriações estarão a cargo do Consórcio AVEP-NORTE. Ambas entidades subcontratarão outras empresas para fazer o Projeto, as Expropriações e a Construção.



7.3 ANEXO III – Modelos utilizados para o Inquéritos

Inquérito direcionado para as habitações.

LUSOLAV - Inquérito no âmbito da elaboração do EIS

Este inquérito tem como objetivo recolher informações no âmbito do Estudo de Impacte Social (EIS), no contexto do Relatório de Conformidade Ambiental do Projeto de Execução (RECAPE) da Linha de Alta Velocidade (LAV).

A sua participação é voluntária e os dados serão utilizados apenas para fins deste estudo.

PARTE I - CARACTERIZAÇÃO DO INQUIRIDO

I.1. Identificação da habitação

ID (preenchimento por parte da ET)

I.2. Nome do inquirido (opcional):

I.3. Morada:

I.4. Sexo

Masculino

Feminino

Outro

☐
☐
☐

I.5. Idade

____ anos

I.6 Estado civil: ☐ Solteiro/a ☐ Casado/a ☐ Divorciado/a ☐ Viúvo/a

PARTE II - CARACTERIZAÇÃO AGREGADO

II.1. Número de pessoas no agregado familiar: ____

II.2. Idades das pessoas que vivem consigo

1	2	3	4	5	6

II.3. Escolaridade

Sem instrução

Primária incompleta

Primária completa

6º ano (2º ano antigo)

9º ano (5º ano antigo)

12º ano (7º ano antigo)

Universitária/Politécnica

1	2	3	4	5	6

II.4. Existe alguém no agregado familiar com alguma incapacidade?

Não

Sim, incapacidade motora

Sim, incapacidade visual

Sim, incapacidade auditiva

Sim, incapacidade intelectual ou cognitiva

Outra (Especificar)

1	2	3	4	5	6

II.5 Essa(s) pessoa(s) recebe(m) algum apoio específico?

	1	2	3	4	5	6
Nenhum	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Apoios ao emprego -						
Desemprego - Subsídio de Desemprego	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Outro (medidas de estímulo ao emprego, formação financiada, etc)	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Apoios ao rendimento						
Desemprego - Subsídio Social de Desemprego	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Pobreza - Rendimento Social de Inserção (RSI)	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Idosos/ sem acesso a pensão – Pensão Social de Velhice	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Idosos/ baixos rendimentos- Complemento Solidário para Idosos (CSI)	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Crianças – Abono de família	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Apoios à família e à criança						
Prestações de parentalidade	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Outros (vários)	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Apoios à deficiência ou dependência						
Prestação Social para a Inclusão (PSI) (pessoas com deficiência com grau ≥ 60%)	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Outros (Subsídio por assistência de terceira pessoa, etc)	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Apoios à habitação						
Porta 65 Jovem	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Apoio Extraordinário ao arrendamento	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Outro	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Outro						
Apoios à educação (ação social, bolsa de estudo, etc) e saúde (vários)	☐	☐	☐	☐	☐	☐

II.6 Essa(s) pessoa(s) recebe(m) algum apoio no âmbito do sistema educativo específico?

	1	2	3	4	5	6
Nenhum	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Apoio social escolar	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Apoio social Direta (refeições, transporte, etc)	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Bolsa de Estudo	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Apoio psicológico ou técnico-pedagógico	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Outro	☐	☐	☐	☐	☐	☐

II.7. Ocupação

	1	2	3	4	5	6
Trabalhador por conta própria	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Trabalhador por conta de outrem	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Profissão liberal	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Quadro médio	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Empregado de escritório	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Empregado de comércio	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Agricultor	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Operário especializado	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Reformado	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Doméstica	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Estudante	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Desempregado	☐	☐	☐	☐	☐	☐

Há quanto tempo? _____

meses

II.8. Local de Trabalho/Escola

Na freguesia (assinalar com cruz se sim)
No município (assinalar com cruz se sim)

Fora: Local: _____
Local: _____
Local: _____
Local: _____
Local: _____

1	2	3	4	5	6
☐	☐	☐	☐	☐	☐
☐	☐	☐	☐	☐	☐
☐	☐	☐	☐	☐	☐
☐	☐	☐	☐	☐	☐
☐	☐	☐	☐	☐	☐
☐	☐	☐	☐	☐	☐
☐	☐	☐	☐	☐	☐
☐	☐	☐	☐	☐	☐

II.9. Qual é a principal fonte de rendimento do seu agregado familiar?

Trabalho por conta de outrem
Trabalho por conta própria
Apoios sociais (pensões, subsídios)
Rendimento de propriedade (aluguéis, terrenos, etc.)
Outro (especificar): _____

☐
☐
☐
☐
☐

II.10. Qual o setor de atividade principal dos membros ativos do agregado familiar?

Agricultura / Floresta / Pecuária
Indústria transformadora
Comércio / Serviços
Construção civil
Administração pública / Educação / Saúde
Turismo / Restauração
Desempregado(a)
Reformado(a)
Outro: _____

1	2	3	4	5	6
☐	☐	☐	☐	☐	☐
☐	☐	☐	☐	☐	☐
☐	☐	☐	☐	☐	☐
☐	☐	☐	☐	☐	☐
☐	☐	☐	☐	☐	☐
☐	☐	☐	☐	☐	☐
☐	☐	☐	☐	☐	☐
☐	☐	☐	☐	☐	☐

II.11. O seu agregado possui terrenos agrícolas? (Ex. residência ou envolvente)

Sim ☐
Não ☐

II.12. Que utilidade têm esses terrenos para o seu agregado?

Produção para autoconsumo
Produção para venda (atividade económica principal)
Produção para venda (atividade complementar)
Arrendamento a terceiros
Outro: _____

☐
☐
☐
☐
☐

II.13. Que percentagem aproximada do rendimento familiar vem da utilização desses terrenos?

Menos de 10%
Entre 10% e 25%
Entre 25% e 50%
Mais de 50%
Não sei / Prefiro não responder

☐
☐
☐
☐
☐

II.14. Alguém no agregado familiar trabalha em unidades industriais na zona?

Sim ☐
Não ☐

Quantos elementos? _____

PARTE III - CARACTERIZAÇÃO DA HABITAÇÃO
III.1. Tempo de residência atual: ____ anos

III.2. Tipo de ocupação

Proprietário ☐
Arrendatário ☐
Outro ____ ☐
III.3. Tipo de residência

Residência principal ☐
Segunda residência ☐
Residência temporária ☐
Concelho de nascimento _____

III.4 Encargos com a residência

Sem encargos ☐
Empréstimo (valor mensal em euros): ____
Renda (valor mensal em euros): ____
Outro (especificar): _____

III.5. Estado de conservação e infraestruturas da residência

N.º de divisões ☐
Identifique se é:
Moradia isolada ☐
Moradia geminada ☐
Apartamento ☐
Outro ☐
Qual: _____

	S	N
Servida por água	☐	☐
Servida por rede elétrica	☐	☐
Servida por via pavimentada	☐	☐
Servida por rede de esgotos	☐	☐
Servida por rede de telecomunicações	☐	☐

III.6. Qual a razão de viver aqui?
III.6.1. Há quanto tempo vive nesta localidade?

menos de 1 ano ☐
entre 1 e 5 anos ☐
entre 5 e 10 anos ☐
mais de 10 anos ☐
III.6.2. Por que razão vive nesta localidade?

Porque já tinha casa	☐
Porque estou próximo da família	☐
Porque nasci aqui/aqui perto	☐
Porque é sossegado	☐
Porque a vida é mais barata	☐
Porque tenho quintal/horta	☐
Porque estou próximo do meu emprego/do meu cônjuge	☐
Porque está bem servida de equipamentos/serviços	☐
Outra	☐
Qual?	_____

PARTE IV - AVALIAÇÃO DO LOCAL / ZONA DE RESIDENCIA

Esta Parte tem como objetivo perceber o que pensa da terra onde vive.

IV.1. Estou satisfeito por viver nesta localidade

Sim ☐ Não ☐ Mais ou menos ☐ S/ opinião ☐

Porquê? _____

IV.2. Sinto que pertenço a este local

Sim ☐ Não ☐ Mais ou menos ☐ S/ opinião ☐

IV.3. Gostaria de sair desta localidade

Sim ☐ Não ☐ Mais ou menos ☐ S/ opinião ☐

Porquê? _____

IV.4. Como caracteriza as relações da população

As pessoas nesta terra dão-se mal umas com as outras
Não há grande relacionamento entre vizinhos
Nesta terra todos nos conhecemos
Somos todos uma grande família

S	N
☐	☐
☐	☐
☐	☐
☐	☐

IV.5. Como avalia a qualidade de vida na zona?

Muito má ☐
Má ☐
Média ☐
Boa ☐
Muito boa ☐

IV.6. O agregado familiar tem acesso regular a cuidados de saúde?

Não ☐
Sim, com facilidade ☐
Sim, mas com dificuldades (ex. tempo de espera, distância) ☐
Só em situações urgentes ☐

S	N
☐	☐
☐	☐
☐	☐
☐	☐

IV.7. Frequência de utilização de serviços locais (escola, centro de saúde, comércio)

	1xSem	2xSem	+3xSem	1xMês	2xMês	+3xMês	Raramente	Nunca
Escola	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Centro de saúde	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Comércio	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Outros: _____	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐

IV.8. Que actividades económicas são desenvolvidas nesta Localidade/Zona de Residência?

Lojas ☐
Mercados ☐
Feiras ☐
Restaurantes ☐
Padarias/Cafés/Bares ☐
Turismo ☐
Fábricas ☐
Oficinas Auto ☐
Artesanato ☐
Serviços de Saúde ☐
Centros de Estudo ☐
Construção ☐
Outro: _____ ☐

IV.9. Quais são os principais problemas/Carências deste Local/Zona de Residência?

Desemprego	☐
Serviços de Saúde	☐
Acessos	☐
Segurança	☐
Poluição Ambiental	☐
Transportes	☐
Educação	☐
Outro: _____	☐

IV.10. Quais são serviços locais que considera mais importante para melhorar a qualidade de vida do Local/Zona de Residência?

	Muito	2	3	Pouco
Escola	☐	☐	☐	☐
Centro de saúde	☐	☐	☐	☐
Comércio	☐	☐	☐	☐
Outros: _____	☐	☐	☐	☐

PARTE V - CONHECIMENTO E PERCEÇÃO DO PROJETO LAV
V.1. Tem conhecimento do projeto da Linha de Alta Velocidade?

Sim ☐ Não ☐

V.2. Como tomou conhecimento do projeto?

Jornais/TV	☐
Redes Sociais	☐
Vizinhos	☐
Sessão de Esclarecimento	☐
Outro: _____	☐

V.3. Participou em sessões públicas de esclarecimento ou recebeu informações sobre o projeto?

Sim ☐ Não ☐

V.4. Quais são as suas principais preocupações relativamente ao projeto?**V.5. Tem conhecimento se será, de alguma forma, afetado? Por exemplo, habitação, terreno agrícola, terreno florestal, outro.**

Sim	☐
Não	☐
Não sabe	☐

V.6. Espera que o projeto afete:

	S	N
O ambiente (p.ex: ruído, paisagem, biodiversidade)	☐	☐
A economia local (p.ex: aumento de oportunidades de emprego)	☐	☐
A mobilidade e acessos (p.ex: rapidez e estado de acessos)	☐	☐
O seu dia-a-dia (p.ex: valorização imobiliária, expropriações)	☐	☐

V.7. Identifique impactes positivos e negativos que prevê:

	+	-
O ambiente (p.ex: ruído, paisagem, biodiversidade)	☐	☐
A economia local (p.ex: aumento de oportunidades de emprego)	☐	☐
A mobilidade e acessos (p.ex: rapidez e estado de acessos)	☐	☐
O seu dia-a-dia (p.ex: valorização imobiliária, expropriações)	☐	☐
Outro: _____		

V.8. Sugestões de medidas de mitigação ou compensação:**V.9. Gostaria de participar em futuras sessões públicas de esclarecimento sobre o projecto?**

Sim ☐

Não ☐

V.10. Gostaria de receber informações sobre o projecto?

Sim ☐ (segue para questão V.11)

Não ☐ (segue para questão V.12)

V.11. Qual o melhor meio para receber informações?

Email ☐ _____

Telefone ☐ _____

Visita ☐ _____

Contacto: _____

V.12. Comentários adicionais

Inquérito direcionado para as atividades económicas

LUSOLAV - Inquérito no âmbito da elaboração do EIAE

Este inquérito tem como objetivo recolher informações no âmbito do Estudo de Impacte das Atividades Económicas (EIAE), no contexto do Relatório de Conformidade Ambiental do Projeto de Execução (RECAPE) da Linha de Alta Velocidade (LAV). A sua participação é voluntária e os dados serão utilizados apenas para fins deste estudo.

PARTE I - IDENTIFICAÇÃO DO INQUIRIDO

I.1. Identificação da atividade económica

ID ☐ (preenchimento por parte da ET)

I.2. Nome da empresa/exploração: _____

I.3. Morada: _____

I.4. Nome do inquirido: _____

I.5. Relação do inquirido com a empresa (sócio(a)/gerente/ outro): _____

PARTE II - CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE

II.1. Ramo de atividade: _____

II.2. Quais são os principais produtos/ serviços que a empresa oferece?: _____

II.3. Há quantos anos a empresa está localizada nesta área?:

Menos de 1 ano	☐
1 a 5 anos	☐
6 a 10 anos	☐
Mais de 10 anos	☐
mais de 20	☐

III.4. Área ocupada pela atividade (instalações e terrenos):

Até 500 m ²	☐
500 – 1.000 m ²	☐
Mais de 1.000 m ²	☐

II.5. Sede única ou filial?: _____

II.6. Tipo de ocupação

Proprietário	☐
Arrendatário	☐
Outro _____	☐

II.7. Encargos com terreno

(Se respondeu proprietário)

Sem encargos ☐

Com encargos (empréstimo bancário) ☐

II.8. Qual o volume de negócios anual?

Até 2 milhões de euros	☐
Entre 2ME e 50ME	☐
Mais de 50 ME	☐
Não sei / Prefiro não responder	☐

PARTE III - CARACTERIZAÇÃO DOS TRABALHADORES

III.1. Número de trabalhadores?:

1	☐
2-9	☐
10-19	☐
20-49	☐
mais de 50	☐

III.2. Local(ais) de residência dos trabalhadores (freguesia/ município)?

III.3. Qual é o nível de qualificação geral dos trabalhadores (Nº ou %)?

9º ano (5º ano antigo)

12º ano (7º ano antigo)

Universitária/Politécnica

III.4. Qual é a faixa etária predominante dos trabalhadores (Nº ou %)?

até aos 18 anos	☐ (número aproximado)
18-25 anos	☐ (número aproximado)
26-50 anos	☐ (número aproximado)
>51 anos	☐ (número aproximado)

III.5. Tem ou já teve apoios (estágio IEF/ Outro)?

Sim ☐ (número aproximado)

Não ☐ (número aproximado)

III.6. Os trabalhadores da empresa trabalham a tempo inteiro?

Sim todos trabalham a tempo inteiro	☐ (número aproximado)
Entre 50% e 75%	☐ (número aproximado)
Menos de 50%	☐ (número aproximado)
Não sei / Prefiro não responder	☐

III.7. Meio de transporte utilizado pelos trabalhadores

Transporte próprio (automóvel)	☐ (número aproximado)
Transporte público	☐ (número aproximado)
Transporte da empresa	☐ (número aproximado)

III.8. Os trabalhadores têm relações familiares entre si? Famílias, casais, etc?

Sim ☐ Não ☐ Não sabe ☐

PARTE IV - AVALIAÇÃO DO LOCAL

IV.1. Por que razão se encontra nesta localidade?

Já tinha terreno	☐
Proximidade da residência do proprietário(a)/sócio(a)	☐
Disponibilidade de mão de obra	☐
Proximidade da matéria prima	☐
Benefícios fiscais	☐
Outra	☐

Qual?

IV.2. A localização é crítica para o funcionamento da empresa?

Sim, completamente	☐
Parcialmente	☐
Não	☐

IV.3. Se respondeu Sim, identifique as razões.

Acessibilidade ☐
 Proximidade a matérias primas ☐
 Procura/ oferta ☐
 Disponibilidade de mão de obra ☐
 Outra ☐

IV.4. Está satisfeito com o local da atividade?

Sim ☐ Não ☐ Mais ou menos ☐ Si/ opinião ☐
 Porque?

IV.5. Gostaria de sair desta localidade

(Se respondeu "Não" / "Mais ou menos" / "Si/ opinião" na questão anterior)

Sim ☐ Não ☐ Mais ou menos ☐ Si/ opinião ☐
 Porque?

IV.6. Quais são os principais problemas/Carências deste Local?

Acessos ☐
 Segurança ☐
 Poluição Ambiental ☐
 Transportes ☐
 Educação ☐
 Outro:

IV.7. Como caracteriza a relação com a população residente na envolvente

	S	N
A população apoia o negócio	☐	☐
As pessoas da terra dependem do negócio	☐	☐
Não há grande relacionamento entre vizinhos	☐	☐
Indiferente	☐	☐

PARTE V - CONHECIMENTO E PERCEÇÃO DO PROJETO LAV
V.1. Tem conhecimento do projeto da Linha de Alta Velocidade?

Sim ☐
 Não ☐

V.2. Como tomou conhecimento do projeto?

Jornais/TV ☐
 Redes Sociais ☐
 Vizinhos ☐
 Sessão de Esclarecimento ☐
 Outro:

V.3. Participou em sessões públicas de esclarecimento ou recebeu informações sobre o projecto?

Sim ☐
 Não ☐

V.4. Quais são as suas principais preocupações relativamente ao projeto?**V.5. Como espera que o projeto afete:**

	S	N
O ambiente (p.ex: ruído, paisagem, biodiversidade)	☐	☐
A economia local (p.ex: aumento de oportunidades de emprego)	☐	☐
A mobilidade e acessos (p.ex: rapidez e estado de acessos)	☐	☐
O seu dia-a-dia (p.ex: valorização imobiliária, expropriações)	☐	☐

V.6. Tem conhecimento se a sua atividade será, de alguma forma, afetada?

Instalações

Terreno

Perda de acessos rodoviários

Aumento de ruído / poeiras

Interrupção de serviços ou fornecimentos

Perda de rendimentos

Diminuição da produtividade

Outra _____

☐
☐
☐
☐
☐
☐

V.7. Identifique impactes positivos e negativos que prevê:

V.8. Sugestões de medidas de mitigação ou compensação:

V.9. Gostaria de participar em sessões públicas de esclarecimento futuras?

Sim ☐

Não ☐

V.10. Gostaria de receber informações sobre o projecto?

Sim ☐ (segue para questão V.11)

Não ☐ (segue para questão V.12)

V.11. Qual o melhor meio para receber informações?

Email

Telefone

Visita

Contacto: _____

☐
☐
☐

V.12. Comentários adicionais

Inquérito direcionado para as outras construções

LUSOLAV - Inquérito no âmbito da elaboração do EIS

Este inquérito tem como objetivo recolher informações no âmbito do Estudo de Impacte Social (EIS), no contexto do Relatório de Conformidade Ambiental do Projeto de Execução (RECAPE) da Linha de Alta Velocidade (LAV).

A sua participação é voluntária e os dados serão utilizados apenas para fins deste estudo.

PARTE I - CARACTERIZAÇÃO DO INQUIRIDO

I.1. Identificação do edificado

ID (preenchimento por parte da ET)

I.2. Nome do inquirido (opcional): _____

I.3. Morada: _____

I.4. Sexo

Masculino ☐
Feminino ☐
Outro ☐

I.5. Idade

_____ anos

I.6. Relação do inquirido com o edificado

Proprietário ☐
Arrendatário ☐
Outro _____

PARTE II - CARACTERIZAÇÃO DO EDIFICADO

II.1. Que tipo de estrutura é?

Anexo de habitação ☐
Armazém/ arrumos agrícolas ☐
Ruína ☐
Barracão ☐
Armazém de ferramentas / material ☐
Estufa ☐
Abrigo para animais ☐
Outro _____

II.2. Estado de conservação

Em utilização ☐
Abandonado ☐
Ruína ☐
Outro _____

II.3. Utilizado para fins de:

Uso doméstico ☐
Uso agrícola ☐
Armazenamento de ferramentas ou máquinas ☐
Conservação de produtos agrícolas ou florestais ☐
Apoio à atividade pecuária ☐
Apoio à silvicultura ☐
Apoio a obras ou construção ☐
Indefinido ☐
Outro _____

1	2	3	4	5

S	N

III.7. Identifique impactes positivos e negativos que prevê:

O ambiente (p.ex: ruído, paisagem, biodiversidade)
A economia local (p.ex: aumento de oportunidades de emprego)
A mobilidade e acessos (p.ex: rapidez e estado de acessos)
O seu dia-a-dia (p.ex: valorização imobiliária, expropriações)
Outro: _____

+	-
☐	☐
☐	☐
☐	☐
☐	☐

III.8. Sugestões de medidas de mitigação ou compensação:**III.9. Gostaria de participar em futuras sessões públicas de esclarecimento sobre o projecto?**

Sim ☐
Não ☐

III.10. Gostaria de receber informações sobre o projecto?

Sim ☐ (segue para questão V.11)
Não ☐ (segue para questão V.12)

III.11. Qual o melhor meio para receber informações?

Email ☐ _____
Telefone ☐ _____
Visita ☐ _____
Contacto: _____

III.12. Comentários adicionais

7.4 ANEXO IV – COMPILAÇÃO DE DADOS SINTETIZADA

Quadro 9 – Compilação de dados recolhidos com recurso a inquérito – Habitações (1/2)

Ordem (Sem referência a inquérito ou planta)	TIPOLOGIA	MUNICÍPIO	JUNTA DE FREGUESIA	SEXO DO INQUIRIDO	IDADE DO INQUIRIDO	ESTADO CIVIL DO INQUIRIDO	Nº RESIDENTES	IDADE DOS RESIDENTES
1	Habitação	Ovar	Válega	Masculino	54	Casado / a	5	13 a 54
2	Habitação	Albergaria-a-Velha	São João de Loure e Frossos	Feminino	78	Viúvo / a	1	78
3	Habitação	Albergaria-a-Velha	Albergaria-a-Velha e Valmaior	Feminino	76	Viúvo / a	3	26 a 76
4	Habitação	Albergaria-a-Velha	Branca	Feminino	51	Casado / a		-
5	Habitação	Albergaria-a-Velha	Branca	Masculino	70	Casado / a	6	25 a 70
6	Habitação	Albergaria-a-Velha	Branca	Masculino	85	Casado / a	2	84 a 85
7	Habitação	Albergaria-a-Velha	Branca	Feminino	51	Casado / a	3	16 a 55
8	Habitação	Albergaria-a-Velha	Branca	Feminino	48	Divorciado / a	4	11 a 80
9	Habitação	Aveiro	Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	Masculino	80	Casado / a		-
10	Habitação	Aveiro	Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	Masculino	65	Solteiro / a	1	65
11	Habitação	Aveiro	Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	Masculino	71	Casado / a		-
12	Habitação	Aveiro	Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	Masculino	80	Casado / a	14	-
13	Habitação	Aveiro	Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	Feminino	66	Casado / a	5	5 a 47
14	Habitação	Aveiro	Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	Masculino	74		4	-
15	Habitação	Aveiro	Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	Feminino	62	Viúvo / a	1	62
16	Habitação	Espinho	Rio Meão	Feminino	50	Casado / a	2	50 a 54
17	Habitação	Espinho	Silvalde	Feminino	79	Divorciado / a	1	79
18	Habitação	Espinho	UF Anta e Guetim	Masculino	58	Solteiro / a	1	58
19	Habitação	Espinho	UF Anta e Guetim	Feminino	58	Casado / a	2	58 a 69
20	Habitação	Espinho	UF Anta e Guetim	Feminino	57	Casado / a	5	3 a 67
21	Habitação	Espinho	UF Anta e Guetim	Masculino	69	Casado / a	6	4 a 69
22	Habitação	Espinho	UF Anta e Guetim	Masculino	52	Casado / a	3	20 a 50
23	Habitação	Espinho	UF Anta e Guetim	Masculino	42	Casado / a	4	13 a 43
24	Habitação	Estarreja	Salreu	Masculino	68	Casado / a	2	-
25	Habitação	Estarreja	UF Beduído e Veiros	Feminino	69	Casado / a		-
26	Habitação	Estarreja	UF Beduído e Veiros	Feminino	66	Casado / a	2	66 a 69
27	Habitação	Estarreja	UF Beduído e Veiros	Masculino	50	Casado / a	3	15 a 50
28	Habitação	Estarreja	UF Beduído e Veiros	Feminino	68	Casado / a	2	68 a 69
29	Habitação	Estarreja	UF Beduído e Veiros	Feminino	77	Viúvo / a	1	77
30	Habitação	Estarreja	UF Beduído e Veiros	Masculino	75	Casado / a	3	24 a 75
31	Habitação	Estarreja	Avanca	Feminino	64	Casado / a	3	34 a 72
32	Habitação	Estarreja	Avanca	Feminino	64	Casado / a		-
33	Habitação	Estarreja	Avanca	Feminino	58	Divorciado / a	4	30 a 89
34	Habitação	Estarreja	Avanca	Masculino	26	Casado / a	4	23 a 49
35	Habitação	Estarreja	Avanca	Masculino	48	Casado / a	4	8 a 48
36	Habitação	Estarreja	Avanca	Masculino	65	Casado / a		-
37	Habitação	Estarreja	Avanca	Masculino	63	Casado / a	3	21 a 63
38	Habitação	Oliveira de Azeméis	Loureiro	Feminino	50	Casado / a	3	20 a 51
39	Habitação	Oliveira de Azeméis	Loureiro	Masculino	77	Casado / a	5	19 a 77
40	Habitação	Oliveira de Azeméis	Loureiro	Masculino	77	Casado / a		-
41	Habitação	Ovar	Válega	Feminino	54	Casado / a	4	14 a 54
42	Habitação	Ovar	Válega	Masculino	50	Casado / a	4	12 a 50
43	Habitação	Ovar	Válega	Masculino	50	Casado / a	2	50
44	Habitação	Ovar	Válega	Feminino	66	Casado / a	2	66 a 68
45	Habitação	Ovar	UF Ovar, São João, Arada e São Vicente de Pereira Jusã	Masculino	70	Casado / a	6	9 a 73
46	Habitação	Ovar	UF Ovar, São João, Arada e São Vicente de Pereira Jusã	Masculino	63	Casado / a	6	3 a 63
47	Habitação	Ovar	UF Ovar, São João, Arada e São Vicente de Pereira Jusã	Masculino	67	Divorciado / a	3	28 a 67
48	Habitação	Ovar	UF Ovar, São João, Arada e São Vicente de Pereira Jusã	Masculino	65	Casado / a	2	57 a 65
49	Habitação	Ovar	UF Ovar, São João, Arada e São Vicente de Pereira Jusã	Feminino	85	Viúvo / a	1	85

Ordem (Sem referência a inquérito ou planta)	TIPOLOGIA	MUNICÍPIO	JUNTA DE FREGUESIA	SEXO DO INQUIRIDO	IDADE DO INQUIRIDO	ESTADO CIVIL DO INQUIRIDO	Nº RESIDENTES	IDADE DOS RESIDENTES
50	Habitação	Ovar	Cortegaça	Masculino	75	Viúvo / a	1	75
51	Habitação	Ovar	Válega	Masculino	41	Casado / a; União de Facto	6	8 a 41
52	Habitação	Ovar	Válega	Masculino	19	Casado / a	2	17
53	Habitação	Ovar	Válega	Masculino	74	Casado / a	2	74 a 75
54	Habitação	Porto	Campanhã	Feminino	54	Casado / a	3	25 a 55
55	Habitação	Porto	Campanhã	Masculino	71	Casado / a	3	10 a 71
56	Habitação	Porto	Campanhã	Feminino	67	Divorciado / a	1	67
57	Habitação	Porto	Campanhã	Feminino	64	Casado / a	4	29 a 68
58	Habitação	Porto	Campanhã	Masculino	70	Casado / a		-
59	Habitação	Porto	Campanhã	Masculino	79	Solteiro / a	1	78
60	Habitação	Porto	Campanhã	Masculino	77	Casado / a	2	73 a 77
61	Habitação	Porto	Campanhã	Feminino	76	Casado / a	2	76
62	Habitação	Porto	Campanhã	Masculino	29	Solteiro / a	4	22 a 35
63	Habitação	Porto	Campanhã	Feminino	28	Solteiro / a	3	11 a 39
64	Habitação	Porto	Campanhã	Feminino	47	Casado / a	4	15 a 49
65	Habitação	Porto	Campanhã	Feminino	71	Solteiro / a	4	13 a 96
66	Habitação	Porto	Campanhã	Masculino	70	Divorciado / a	2	62 a 79
67	Habitação	Porto	Campanhã	Masculino	40	União de Facto	2	24 a 40
68	Habitação	Porto	Campanhã	Masculino	73	Casado / a	2	72 a 73
69	Habitação	Porto	Campanhã	Feminino	45	Casado / a	3	20 a 50
70	Habitação	Porto	Campanhã	Feminino	75	Divorciado / a	1	75
71	Habitação	Porto	Campanhã	Feminino	77	Solteiro / a	1	77
72	Habitação	Porto	Campanhã	Feminino	75	Divorciado / a		-
73	Habitação	Santa Maria da Feira	UF São Miguel de Souto e Mosteirô	Masculino	34	Solteiro / a	3	10 a 34
74	Habitação	Santa Maria da Feira	UF Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo					-
75	Habitação	Santa Maria da Feira	UF Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo	Masculino	71	Casado / a	3	-
76	Habitação	Santa Maria da Feira	UF Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo	Feminino	56	Casado / a	2	56
77	Habitação	Santa Maria da Feira	UF Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo	Feminino	57	Casado / a		-
78	Habitação	Santa Maria da Feira	UF Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo	Masculino				-
79	Habitação	Santa Maria da Feira	UF Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo	Feminino	28	Casado / a	2	28 a 40
80	Habitação	Santa Maria da Feira	UF Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo	Feminino	84	Casado / a	7	18 a 84
81	Habitação	Santa Maria da Feira	UF Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo	Feminino	82	Viúvo / a	8	0 a 82
82	Habitação	Santa Maria da Feira	UF Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo	Masculino	69	Casado / a	4	40 a 69
83	Habitação	Santa Maria da Feira	UF Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo	Feminino	60	Casado / a	2	60 a 61
84	Habitação	Santa Maria da Feira	São Paio de Oleiros	Masculino	49	Casado / a	3	17 a 49
85	Habitação	Santa Maria da Feira	São Paio de Oleiros	Masculino	68			-
86	Habitação	Santa Maria da Feira	UF Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo	Masculino	68	Casado / a	10	1 a 68
87	Habitação	Vila Nova de Gaia	UF Grijó e Sermonde	Feminino	38	Solteiro / a	1	38
88	Habitação	Vila Nova de Gaia	UF Serzedo e Perosinho	Masculino	44	Divorciado / a	6	10 a 87
89	Habitação	Vila Nova de Gaia	UF Grijó e Sermonde	Masculino	21	Solteiro / a	3	3 a 21
90	Habitação	Vila Nova de Gaia	UF Grijó e Sermonde	Feminino	57	Casado / a	3	30 a 59
91	Habitação	Vila Nova de Gaia	UF Grijó e Sermonde	Masculino	71	Casado / a		-
92	Habitação	Vila Nova de Gaia	UF Grijó e Sermonde	Masculino	34	Solteiro / a	2	33 a 34
93	Habitação	Vila Nova de Gaia	UF Grijó e Sermonde	Feminino	58	Casado / a		-
94	Habitação	Vila Nova de Gaia	UF Grijó e Sermonde	Feminino	66	Casado / a	2	66 a 79
95	Habitação	Vila Nova de Gaia	UF Grijó e Sermonde	Feminino	32	Casado / a	3	1 a 35
96	Habitação	Vila Nova de Gaia	UF Grijó e Sermonde	Masculino	62	Casado / a		-
97	Habitação	Vila Nova de Gaia	UF Mafamude e Vilar do Paraíso	Feminino	88	Viúvo / a	1	88
98	Habitação	Vila Nova de Gaia	UF Serzedo e Perosinho	Masculino	42	Casado / a	2	40 a 42
99	Habitação	Vila Nova de Gaia	UF Serzedo e Perosinho	Feminino	51	Divorciado / a	2	8 a 51
100	Habitação	Vila Nova de Gaia	UF Serzedo e Perosinho	Masculino	34	Solteiro / a	3	34 a 64
101	Habitação	Vila Nova de Gaia	UF Serzedo e Perosinho	Masculino	61	Casado / a	4	5 a 61
102	Habitação	Vila Nova de Gaia	UF Serzedo e Perosinho	Masculino	62	Solteiro / a	2	62 a 68
103	Habitação	Vila Nova de Gaia	UF Serzedo e Perosinho	Feminino	64	Casado / a	2	64 a 72
104	Habitação	Vila Nova de Gaia	UF Serzedo e Perosinho	Masculino	57	Casado / a	5	28 a 83
105	Habitação	Vila Nova de Gaia	UF Serzedo e Perosinho	Masculino	36	Casado / a	2	31 a 36
106	Habitação	Vila Nova de Gaia	UF Serzedo e Perosinho	Masculino	76	Casado / a	5	46 a 78

Ordem (Sem referência a inquérito ou planta)	TIPOLOGIA	MUNICÍPIO	JUNTA DE FREGUESIA	SEXO DO INQUIRIDO	IDADE DO INQUIRIDO	ESTADO CIVIL DO INQUIRIDO	Nº RESIDENTES	IDADE DOS RESIDENTES
107	Habitação	Vila Nova de Gaia	Canelas	Feminino	64	Casado / a	5	12 a 67
108	Habitação	Vila Nova de Gaia	Canelas	Masculino	60	União de Facto	2	59 a 60
109	Habitação	Vila Nova de Gaia	Canelas	Feminino	77	Casado / a	2	77 a 80
110	Habitação	Vila Nova de Gaia	Canelas	Feminino	66	Solteiro / a	3	66 a 82
111	Habitação	Vila Nova de Gaia	Canelas	Feminino	63	Casado / a	2	67 a 69
112	Habitação	Vila Nova de Gaia	Canelas	Masculino	72	Casado / a	2	72 a 74
113	Habitação	Vila Nova de Gaia	Canelas	Feminino	72	Solteiro / a	2	67 a 72
114	Habitação	Vila Nova de Gaia	UF Mafamude e Vilar do Paraíso	Feminino	74	Casado / a	2	72 a 74
115	Habitação	Vila Nova de Gaia	UF Mafamude e Vilar do Paraíso	Masculino	77	Casado / a	2	70 a 77
116	Habitação	Vila Nova de Gaia	UF Mafamude e Vilar do Paraíso	Feminino	72	Viúvo / a	1	72
117	Habitação	Vila Nova de Gaia	UF Mafamude e Vilar do Paraíso	Feminino	68	Viúvo / a	1	68
118	Habitação	Vila Nova de Gaia	UF Mafamude e Vilar do Paraíso	Masculino	62	Solteiro / a	1	62
119	Habitação	Vila Nova de Gaia	UF Mafamude e Vilar do Paraíso	Masculino	18	Solteiro / a	2	18
120	Habitação	Vila Nova de Gaia	UF Grijó e Sermonde	Masculino	55	Casado / a	3	22 a 56
121	Habitação	Vila Nova de Gaia	UF Grijó e Sermonde	Masculino	79	Divorciado / a	2	79
122	Habitação	Vila Nova de Gaia	UF Grijó e Sermonde	Feminino	63	Divorciado / a	2	63 a 76
123	Habitação	Vila Nova de Gaia	UF Grijó e Sermonde	Feminino	67	Casado / a	2	67
124	Habitação	Vila Nova de Gaia	UF Grijó e Sermonde	Masculino	83	Viúvo / a	1	83
125	Habitação	Albergaria-a-Velha	São João de Loure e Frossos	Masculino	48	Casado / a	3	13 a 48
126	Habitação	Albergaria-a-Velha	Albergaria-a-Velha e Valmaior	Masculino	56	Casado / a	5	20 a 56
127	Habitação	Albergaria-a-Velha	São João de Loure e Frossos	Masculino	56	Casado / a	5	19 a 73
128	Habitação	Aveiro	Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	Masculino	51	Casado / a	10	12 a 52
129	Habitação	Aveiro	Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	Feminino	52	Casado / a	3	27 a 60
130	Habitação	Espinho	UF Anta e Guetim	Masculino	72	Casado / a	3	37 a 72
131	Habitação	Espinho	UF Anta e Guetim	Feminino	61	Casado / a	4	25 a 63
132	Habitação	Espinho	UF Anta e Guetim	Feminino	65	Viúvo / a	4	24 a 55
133	Habitação	Espinho	UF Anta e Guetim	Feminino	63	Casado / a	2	62 a 63
134	Habitação	Espinho	UF Anta e Guetim	Feminino	57	Casado / a	3	26 a 57
135	Habitação	Estarreja	Avanca	Feminino	65	Casado / a	3	35 a 66
136	Habitação	Ovar	UF Ovar, São João, Arada e São Vicente de Pereira Jusã	Masculino	63	Solteiro / a	2	53 a 63
137	Habitação	Porto	Bonfim	Masculino	40	Casado / a	4	0 a 41
138	Habitação	Porto	Campanhã	Feminino	61	Solteiro / a	3	57 a 65
139	Habitação	Porto	Campanhã	Feminino	54	União de Facto	3	54 a 89
140	Habitação	Porto	Campanhã	Feminino	66	Viúvo / a	2	28 a 66
141	Habitação	Porto	Campanhã	Feminino	75	Viúvo / a	2	55 a 75
142	Habitação	Santa Maria da Feira	UF Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo	Masculino	58	Casado / a	4	14 a 58
143	Habitação	Santa Maria da Feira	São Paio de Oleiros	Masculino	61	Casado / a	2	60 a 61
144	Habitação	Vila Nova de Gaia	UF Grijó e Sermonde	Feminino	69	Divorciado / a	4	13 a 69
145	Habitação	Vila Nova de Gaia	UF Serzedo e Perosinho	Masculino	64	Casado / a	2	61 a 64
146	Habitação	Vila Nova de Gaia	Canelas	Feminino	56	Casado / a	2	56 a 59
147	Habitação	Vila Nova de Gaia	Canelas	Feminino	55	Casado / a	6	16 a 82
148	Habitação	Vila Nova de Gaia	Canelas	Masculino	62	Casado / a	3	26 a 62

Quadro 10 – Compilação de dados recolhidos com recurso a inquérito – Habitações (2/2)

Ordem (Sem referência a inquérito ou planta)	TIPO DE OCUPAÇÃO LABORAL	TEMPO DESEMPREGO	SETOR DE ATIVIDADE DO AGREGADO	Nº INCAPACITADOS	Nº RESIDENTES COM APOIO ESPECÍFICO	TIPO DE APOIO ESPECÍFICO	Nº COM APOIO EDUCATIVO	PRINCIPAL FONTE DE RENDIMENTO DO AGREGADO	TIPO DE OCUPAÇÃO	TIPO DE RESIDÊNCIA	ENCARGOS COM A RESIDÊNCIA
1	Desempregado; Estudante	0	Desempregado(a)	1	2	Apoios ao rendimento: Pobreza - Rendimento Social de Inserção (RSI)	3	Apoios sociais (pensões, subsídios)	Outro: Vive na casa de familiares e não paga renda	Residência principal	Sem encargos
2	Reformado	-	Reformado(a)	1	0	-	-	Apoios sociais (pensões, subsídios)	Proprietário	Residência principal	Sem encargos
3	Reformado; Trabalhador por conta de outrem	-	Indústria transformadora; Comércio / Serviços; Reformado(a)	1	0	-	0	Trabalho por conta de outrem	Proprietário	Residência principal	Sem encargos
4	-	-	-	-	0	-	-	-	Proprietário	Segunda residência	Sem encargos
5	Reformado; Trabalhador por conta própria; Estudante	-	Agricultura / Floresta / Pecuária; Comércio / Serviços; Administração pública / Educação / Saúde; Reformado(a)	0	0	-	0	Rendimento de propriedade (aluguéis, terrenos, etc.)	Proprietário	-	Sem encargos
6	Reformado	-	-	2	0	-	0	Apoios sociais (pensões, subsídios)	Proprietário	Residência principal	Sem encargos
7	Trabalhador por conta de outrem; Estudante	-	Comércio / Serviços	0	0	-	0	Trabalho por conta de outrem	Proprietário	Residência principal	Sem encargos
8	Reformado; Doméstica; Trabalhador por conta de outrem; Estudante	-	Indústria transformadora; Reformado(a)	0	0	-	0	Trabalho por conta de outrem	Proprietário	Residência principal	Sem encargos
9	-	-	-	-	-	-	-	-	Proprietário	Outro	Sem encargos
10	Trabalhador por conta de outrem	-	Construção civil	0	-	-	-	Rendimento de propriedade (aluguéis, terrenos, etc.)	Proprietário	Residência principal	Sem encargos
11	-	-	-	-	-	-	-	-	Proprietário	Outro	Sem encargos
12	-	-	-	-	-	-	-	-	Proprietário	Outro	-
13	Trabalhador por conta de outrem; Trabalhador por conta própria	-	Comércio / Serviços	1	1	Apoios à família e à criança: Outros (vários)	0	Trabalho por conta de outrem; Trabalho por conta própria	Arrendatário	Residência principal	Sem encargos
14	-	-	-	-	-	-	-	-	Proprietário	Outro	Sem encargos
15	Trabalhador por conta de outrem	-	Administração pública / Educação / Saúde	1	0	-	0	Trabalho por conta de outrem	Proprietário	Residência principal	Sem encargos
16	Desempregado	2 anos	Reformado(a)	0	0	-	0	Apoios sociais (pensões, subsídios)	Arrendatário	Residência principal	Com encargos
17	Reformado	-	Reformado(a)	0	0	-	0	Apoios sociais (pensões, subsídios)	Proprietário	Residência principal	Sem encargos
18	-	-	-	1	1	Apoios à deficiência ou dependência: Prestação Social para a Inclusão (PSI) (pessoas com deficiência com grau ≥ 60%)	0	-	Proprietário	Residência principal	Sem encargos
19	Reformado; Dsempregado	20 anos	Desempregado(a); Reformado(a)	2	0	-	0	Apoios sociais (pensões, subsídios)	Proprietário	Residência principal	Sem encargos
20	Reformado; Trabalhador por conta de outrem	-	Comércio / Serviços; Administração pública / Educação / Saúde	1	1	Apoios à família e à criança: Outros (vários)	0	Trabalho por conta de outrem; Apoios sociais (pensões, subsídios)	Proprietário	Residência principal	Sem encargos
21	Reformado; Trabalhador por conta de outrem; Estudante	-	Indústria transformadora; Reformado(a)	0	4	Apoios à família e à criança: Prestações de parentalidade	2	Trabalho por conta de outrem; Apoios sociais (pensões, subsídios)	Proprietário	Residência principal	Sem encargos
22	Trabalhador por conta de outrem; Estudante	-	Indústria transformadora; Comércio / Serviços	0	0	-	0	Trabalho por conta de outrem	Outro: em casa de amigos	Residência principal	Com encargos
23	Trabalhador por conta de outrem; Trabalhador por conta própria	-	Indústria transformadora; Comércio / Serviços	0	0	-	0	Trabalho por conta de outrem; Trabalho por conta própria	Outro: casa da família	Residência principal	Com encargos
24	-	-	-	-	-	-	-	-	Proprietário	-	Sem encargos
25	-	-	-	-	-	-	-	-	Proprietário	-	Sem encargos
26	Reformado; Trabalhador por conta própria	-	Comércio / Serviços; Reformado(a)	2	0	-	-	Trabalho por conta própria; Apoios sociais (pensões, subsídios)	Proprietário	Residência principal	Sem encargos
27	Trabalhador por conta de outrem; Estudante	-	Indústria transformadora; Turismo / Restauração	0	0	-	0	Trabalho por conta de outrem	Proprietário	Residência principal	Com encargos
28	Reformado	-	Reformado(a)	0	0	-	0	Apoios sociais (pensões, subsídios)	Proprietário	Residência principal	Sem encargos
29	Reformado	-	Reformado(a)	1	0	-	0	Apoios sociais (pensões, subsídios)	Proprietário	Residência principal	Sem encargos
30	Reformado; Trabalhador por conta de outrem	-	Indústria transformadora	0	0	-	0	Apoios sociais (pensões, subsídios); Rendimento de	Proprietário	Residência principal	Sem encargos

Ordem (Sem referência a inquérito ou planta)	TIPO DE OCUPAÇÃO LABORAL	TEMPO DESEMPREGO	SETOR DE ATIVIDADE DO AGREGADO	Nº INCAPACITADOS	Nº RESIDENTES COM APOIO ESPECÍFICO	TIPO DE APOIO ESPECÍFICO	Nº COM APOIO EDUCATIVO	PRINCIPAL FONTE DE RENDIMENTO DO AGREGADO	TIPO DE OCUPAÇÃO	TIPO DE RESIDÊNCIA	ENCARGOS COM A RESIDÊNCIA
								propriedade (aluguéis, terrenos, etc.)			
31	Reformado; Trabalhador por conta de outrem	-	Indústria transformadora; Comércio / Serviços; Reformado(a)	0	0	-	0	Trabalho por conta de outrem	Proprietário	Residência principal	Sem encargos
32	-	-	-	-	-	-	0	-	Outro: Herança	-	Sem encargos
33	Reformado; Trabalhador por conta de outrem	-	Indústria transformadora; Comércio / Serviços; Reformado(a)	1	0	-	0	Trabalho por conta de outrem	Proprietário	Residência principal	Sem encargos
34	Trabalhador por conta de outrem	-	Indústria transformadora; Comércio / Serviços; Administração pública / Educação / Saúde	0	0	-	0	Trabalho por conta de outrem	Proprietário	Residência principal	Com encargos
35	Trabalhador por conta de outrem; Desempregado; Estudante	4 anos	Comércio / Serviços	0	2	Apoios ao rendimento: Crianças – Abono de família	0	Trabalho por conta de outrem	Proprietário	Residência principal	Com encargos
36	-	-	-	-	-	-	-	-	Proprietário	-	Sem encargos
37	Reformado; Doméstica; Estudante	-	Reformado(a)	0	0	-	0	Apoios sociais (pensões, subsídios); Rendimento de propriedade (aluguéis, terrenos, etc.)	Proprietário	Residência principal	Sem encargos
38	Trabalhador por conta própria; Desempregado	23 meses	Comércio / Serviços; Desempregado(a)	2	2	Apoio ao emprego: Outro (medidas de estímulo ao emprego, formação financiada, etc); Apoios ao rendimento: Crianças – Abono de família; Apoios à deficiência ou dependência: Prestação Social para a Inclusão (PSI) (pessoas com deficiência com grau ≥ 60%); Apoios à deficiência ou dependência: Outros (Subsídio por assistência de terceira pessoa, etc);	0	Trabalho por conta própria	Proprietário	Residência principal	Sem encargos
39	Reformado; Trabalhador por conta de outrem; Estudante	-	Indústria transformadora; Construção civil	0	0	-	0	Trabalho por conta de outrem; Apoios sociais (pensões, subsídios)	Proprietário	Residência principal	Sem encargos
40	-	-	-	-	-	-	-	-	Proprietário	-	Sem encargos
41	Trabalhador por conta de outrem; Estudante	-	Indústria transformadora; Construção civil; Administração pública / Educação / Saúde	3	1	Apoios à família e à criança: Outros (vários)	0	Trabalho por conta de outrem	Proprietário	Residência principal	Sem encargos
42	Trabalhador por conta de outrem; Estudante	-	Indústria transformadora; Administração pública / Educação / Saúde	0	0	-	0	Trabalho por conta de outrem	Proprietário	Residência principal	Com encargos
43	Reformado; Trabalhador por conta própria	-	Construção civil; Reformado(a)	0	0	-	0	Trabalho por conta própria; Outro	Proprietário	Segunda residência	Sem encargos
44	Reformado	-	Reformado(a)	0	0	-	0	Apoios sociais (pensões, subsídios)	Proprietário	Residência principal	Sem encargos
45	Trabalhador por conta de outrem; Estudante	-	Comércio / Serviços; Administração pública / Educação / Saúde; Reformado(a)	2	0	-	0	Trabalho por conta de outrem; Trabalho por conta própria; Apoios sociais (pensões, subsídios)	Proprietário	Residência principal	Sem encargos
46	Trabalhador por conta de outrem; Trabalhador por conta própria; Estudante	-	Comércio / Serviços; Administração pública / Educação / Saúde	0	0	-	0	Trabalho por conta própria	Proprietário	Residência principal	Sem encargos
47	Reformado; Trabalhador por conta de outrem; Doméstica	-	Administração pública / Educação / Saúde; Reformado(a)	0	0	-	0	Apoios sociais (pensões, subsídios)	Proprietário	Residência principal	Sem encargos
48	Reformado; Desempregado	3 meses	Desempregado(a); Reformado(a)	0	1	Apoio ao emprego: Desemprego - Subsídio de Desemprego	0	Apoios sociais (pensões, subsídios)	Proprietário	Residência principal	Com encargos
49	Reformado	-	Reformado(a)	0	1	Apoios à deficiência ou dependência: Prestação Social para a Inclusão (PSI) (pessoas com deficiência com grau ≥ 60%); Apoios à deficiência ou dependência: Outros (Subsídio por assistência de terceira pessoa, etc)	0	Apoios sociais (pensões, subsídios)	Proprietário	Residência principal	Sem encargos
50	Reformado	-	Reformado(a)	1	0	-	0	Apoios sociais (pensões, subsídios)	Proprietário	Residência principal	Sem encargos
51	Desempregado; Estudante	8 anos	Desempregado(a)	0	6	Apoios ao rendimento: Pobreza - Rendimento Social de Inserção (RSI)	0	Apoios sociais (pensões, subsídios)	Proprietário	Residência principal	Sem encargos
52	Desempregado	1 a 3 anos	Desempregado(a)	0	2	Apoios ao rendimento: Pobreza - Rendimento Social de Inserção (RSI)	0	Apoios sociais (pensões, subsídios)	Outro: Casa em anexo no	Residência principal	Sem encargos

Ordem (Sem referência a inquérito ou planta)	TIPO DE OCUPAÇÃO LABORAL	TEMPO DESEMPREGO	SETOR DE ATIVIDADE DO AGREGADO	Nº INCAPACITADOS	Nº RESIDENTES COM APOIO ESPECÍFICO	TIPO DE APOIO ESPECÍFICO	Nº COM APOIO EDUCATIVO	PRINCIPAL FONTE DE RENDIMENTO DO AGREGADO	TIPO DE OCUPAÇÃO	TIPO DE RESIDÊNCIA	ENCARGOS COM A RESIDÊNCIA
									terreno de família		
53	Reformado	-	-	2	0	-	-	Outro	Proprietário	Residência principal	Sem encargos
54	Trabalhador por conta de outrem	-	Comércio / Serviços	0	-	-	-	Trabalho por conta de outrem	Proprietário	Residência principal	Sem encargos
55	Reformado; Estudante	-	Reformado(a)	1	0	-	0	Apoios sociais (pensões, subsídios)	Arrendatário	Residência principal	Com encargos
56	Reformado	-	Reformado(a)	1	0	-	0	Apoios sociais (pensões, subsídios)	Proprietário	Residência principal	Sem encargos
57	Reformado; Trabalhador por conta de outrem; Desempregado	0	Reformado(a)	1	-	-	-	Trabalho por conta de outrem;Outro	Proprietário	Residência principal	
58	-	-	-	-	-	-	-	-	Proprietário	Segunda residência	Sem encargos
59	Reformado	-	Reformado(a)	0	0	-	0	Apoios sociais (pensões, subsídios)	Proprietário	Residência principal	Sem encargos
60	Reformado	-	Reformado(a)	1	0	-	0	Apoios sociais (pensões, subsídios)	Proprietário	Residência principal	Sem encargos
61	Reformado	-	Reformado(a)	0	0	-	0	Apoios sociais (pensões, subsídios)	Proprietário	Residência principal	Sem encargos
62	Trabalhador por conta de outrem	-	Turismo / Restauração	1	0	-	0	Trabalho por conta de outrem	Arrendatário	Residência principal	Com encargos
63	Trabalhador por conta de outrem; Desempregado; Estudante	4 meses	Administração pública / Educação / Saúde	1	0	-	0	Trabalho por conta de outrem	Arrendatário	Residência principal	Com encargos
64	Trabalhador por conta própria; Trabalhador por conta de outrem; Estudante	-	Comércio / Serviços	0	0	-	0	Trabalho por conta de outrem;Trabalho por conta própria	Proprietário	Residência principal	Sem encargos
65	Reformado; Trabalhador por conta de outrem; Estudante	-	Administração pública / Educação / Saúde;Reformado(a)	2	1	Apoios ao rendimento: Idosos/ baixos rendimentos- Complemento Solidário para Idosos (CSI)	0	Trabalho por conta de outrem;Apoios sociais (pensões, subsídios)	Proprietário	Residência principal	Sem encargos
66	Trabalhador por conta própria; Desempregado	3 anos	Turismo / Restauração;Desempregado(a)		1	Apoios ao rendimento: Pobreza - Rendimento Social de Inserção (RSI)	0	Trabalho por conta própria	Arrendatário	Residência principal	Com encargos
67	Trabalhador por conta de outrem	-	Administração pública / Educação / Saúde	0	0	-	-	Trabalho por conta de outrem	Proprietário	Residência principal	Sem encargos
68	Reformado	-	Reformado(a)	2	0	-	0	Outro	Proprietário	Residência principal	Sem encargos
69	Trabalhador por conta própria; Trabalhador por conta de outrem; Estudante	-	Construção civil	1	0	-	0	Trabalho por conta de outrem;Trabalho por conta própria	Proprietário	Residência principal	Com encargos
70	Reformado	-	Reformado(a)	0	0	-	0	Outro	Arrendatário	Residência principal	Com encargos
71	Reformado	-	Reformado(a)	1	0	-	0	Apoios sociais (pensões, subsídios)	Arrendatário	Residência principal	Com encargos
72	-	-	-	-	-	-	-	-	Proprietário	Segunda residência	Sem encargos
73	Trabalhador por conta de outrem; Estudante	-	Construção civil	0	0	-	0	Trabalho por conta de outrem	Proprietário	Residência principal	Sem encargos
74	-	-	-	-	-	-	-	-		-	
75	Reformado	-	-	0	0	-	0	-	Proprietário	Segunda residência	Sem encargos
76	Trabalhador por conta própria	-	Comércio / Serviços	0	0	-	0	Trabalho por conta própria	Arrendatário	Residência principal	Sem encargos
77	-	-	-	-	-	-	-	-	Proprietário	Segunda residência	Sem encargos
78	-	-	-	-	-	-	-	-	Proprietário	Segunda residência	Sem encargos
79	Trabalhador por conta de outrem	-	Administração pública / Educação / Saúde;Turismo / Restauração	0	0	-	0	Trabalho por conta de outrem	Proprietário	Residência principal	Sem encargos
80	Reformado; Trabalhador por conta própria; Trabalhador por conta de outrem; Estudante	-	Comércio / Serviços;Reformado(a)	0	0	-	0	Trabalho por conta de outrem;Trabalho por conta própria;Outro	Proprietário	Residência principal	Sem encargos
81	Reformado; Trabalhador por conta de outrem; Desempregado	0	Comércio / Serviços;Construção civil;Reformado(a)	0	0	-	0	Trabalho por conta de outrem	Proprietário	Residência principal	Sem encargos

Ordem (Sem referência a inquérito ou planta)	TIPO DE OCUPAÇÃO LABORAL	TEMPO DESEMPREGO	SETOR DE ATIVIDADE DO AGREGADO	Nº INCAPACITADOS	Nº RESIDENTES COM APOIO ESPECÍFICO	TIPO DE APOIO ESPECÍFICO	Nº COM APOIO EDUCATIVO	PRINCIPAL FONTE DE RENDIMENTO DO AGREGADO	TIPO DE OCUPAÇÃO	TIPO DE RESIDÊNCIA	ENCARGOS COM A RESIDÊNCIA
82	Reformado; Trabalhador por conta de outrem; Doméstica	-	Indústria transformadora; Construção civil; Reformado(a)	0	0	-	0	Trabalho por conta de outrem; Apoios sociais (pensões, subsídios)	Proprietário	Residência principal	Sem encargos
83	Trabalhador por conta de outrem	-	Agricultura / Floresta / Pecuária; Turismo / Restauração	1	0	-	0	Trabalho por conta de outrem	Proprietário	Residência principal	Sem encargos
84	Trabalhador por conta própria; Trabalhador por conta de outrem; Estudante	-	Indústria transformadora; Comércio / Serviços	2	0	-	0	Trabalho por conta de outrem	Proprietário	Residência principal	Com encargos
85	-	-	-	-	-	-	-	-	Proprietário	Outro	
86	Reformado; Trabalhador por conta de outrem; Doméstica; Desempregado; Estudante	-	-	4	5	Apoios ao rendimento: Idosos/ baixos rendimentos- Complemento Solidário para Idosos (CSI); Outros: Apoios à educação (ação social, bolsa de estudo, etc) e saúde (vários); Apoios ao rendimento: Crianças – Abono de família	0	Trabalho por conta de outrem	Proprietário	Residência principal	Sem encargos
87	Desempregado	2 meses	Desempregado(a)	0	0	-	-	Apoios sociais (pensões, subsídios)	Arrendatário	Residência principal	Com encargos
88	Reformado; Trabalhador por conta de outrem; Estudante	-	Comércio / Serviços; Administração pública / Educação/ Saúde; Reformado (a)	3	0	-	0	Trabalho por conta de outrem	Proprietário	Residência principal	Sem encargos
89	Trabalhador por conta de outrem; Desempregado	1 mês	Comércio / Serviços; Desempregado(a)	0	0	-	0	Trabalho por conta de outrem	Arrendatário	Residência principal	Com encargos
90	Trabalhador por conta própria; Trabalhador por conta de outrem; Estudante	-	Comércio / Serviços	1	0	-	0	Trabalho por conta de outrem; Trabalho por conta própria; Apoios sociais (pensões, subsídios)	Proprietário	Residência principal	Com encargos
91	-	-	-	-	-	-	-	-	Outro: À espera do processo de partilha	Outro	Sem encargos
92	Trabalhador por conta de outrem;	1 ano	Comércio / Serviços	0	0	-	0	Trabalho por conta de outrem	Arrendatário	Residência principal	Sem encargos
93	-	-	-	-	-	-	-	-	Outro: Herdeira	Outro	Sem encargos
94	Reformado	-	-	-	1	Apoios ao rendimento: Idosos/ baixos rendimentos- Complemento Solidário para Idosos (CSI)	-	Apoios sociais (pensões, subsídios)	Arrendatário	Residência principal	Sem encargos
95	Trabalhador por conta de outrem; Estudante	-	Administração pública / Educação / Saúde; Turismo / Restauração	0	0	-	0	Trabalho por conta de outrem	Outro: Casa de familiares	Residência principal	Sem encargos
96	-	-	-	-	-	-	-	-	Proprietário	Outro	Sem encargos
97	Reformado	-	Reformado(a)	0	0	-	0	Apoios sociais (pensões, subsídios)	Proprietário	Residência principal	Sem encargos
98	Trabalhador por conta de outrem	-	Indústria transformadora; Comércio / Serviços	0	0	-	0	Trabalho por conta de outrem	Proprietário	Residência principal	Sem encargos
99	Trabalhador por conta de outrem;	-	Administração pública / Educação / Saúde	1	1	Apoios à família e à criança: Prestações de parentalidade	0	Trabalho por conta de outrem	Proprietário	Residência principal	Sem encargos
100	Trabalhador por conta de outrem; Desempregado	1 ano	Comércio / Serviços	0	0	-	0	Trabalho por conta de outrem	Proprietário	Residência principal	Com encargos
101	Trabalhador por conta de outrem; Desempregado	20 anos	Indústria transformadora; Comércio / Serviços	0	0	-	0	Trabalho por conta de outrem	Proprietário	Residência principal	Sem encargos
102	Reformado; Trabalhador por conta de outrem	-	Indústria transformadora	0	0	-	0	Trabalho por conta de outrem; Apoios sociais (pensões, subsídios)	Proprietário	Residência principal	Sem encargos
103	Reformado	-	Reformado(a)	1	0	-	0	Apoios sociais (pensões, subsídios)	Proprietário	Residência principal	Sem encargos
104	Reformado; Trabalhador por conta própria; Trabalhador por conta de outrem	-	Comércio / Serviços	2	1	Apoios à deficiência ou dependência: Outros (Subsídio por assistência de terceira pessoa, etc)	0	Trabalho por conta de outrem; Trabalho por conta própria	Proprietário	Residência principal	Sem encargos
105	Trabalhador por conta de outrem	-	Comércio / Serviços	0	0	-	0	Trabalho por conta de outrem	Proprietário	Residência principal	Com encargos
106	Reformado; Trabalhador por conta própria; Trabalhador por conta de outrem	-	Agricultura / Floresta / Pecuária	0	0	-	0	Trabalho por conta de outrem; Trabalho por conta própria	Proprietário	Residência principal	Sem encargos
107	Reformado; Desempregado; Estudante	0	Comércio / Serviços	0	0	-	0	Trabalho por conta de outrem; Apoios sociais (pensões, subsídios)	Proprietário	Residência principal	Sem encargos
108	Reformado; Desempregado	-	-	1	0	-	0	Outro	Arrendatário	Residência principal	Com encargos

Ordem (Sem referência a inquérito ou planta)	TIPO DE OCUPAÇÃO LABORAL	TEMPO DESEMPREGO	SETOR DE ATIVIDADE DO AGREGADO	Nº INCAPACITADOS	Nº RESIDENTES COM APOIO ESPECÍFICO	TIPO DE APOIO ESPECÍFICO	Nº COM APOIO EDUCATIVO	PRINCIPAL FONTE DE RENDIMENTO DO AGREGADO	TIPO DE OCUPAÇÃO	TIPO DE RESIDÊNCIA	ENCARGOS COM A RESIDÊNCIA
109	Reformado	-	-	0	0	-	0	Apoios sociais (pensões, subsídios)	Proprietário	Residência principal	Sem encargos
110	Reformado; Trabalhador por conta de outrem	-	Turismo / Restauração	0	0	-	0	Trabalho por conta de outrem; Apoios sociais (pensões, subsídios)	Arrendatário	Residência principal	Com encargos
111	Reformado; Reformado	-	Reformado(a)	0	0	-	0	Apoios sociais (pensões, subsídios)	Proprietário	Residência principal	Sem encargos
112	Reformado; Reformado	-	Reformado(a)	0	1	Outros: Apoios à educação (ação social, bolsa de estudo, etc) e saúde (vários)	0	Apoios sociais (pensões, subsídios)	Proprietário	Residência principal	Sem encargos
113	Reformado; Reformado	-	Reformado(a)	0	1	Apoios ao rendimento: Idosos/ baixos rendimentos- Complemento Solidário para Idosos (CSI)	0	Outro	Proprietário	Residência principal	Sem encargos
114	Reformado; Reformado	-	Reformado(a)	0	0	-	0	Apoios sociais (pensões, subsídios)	Proprietário	Residência principal	Sem encargos
115	Reformado; Reformado	-	Reformado(a)	1	0	-	0	Apoios sociais (pensões, subsídios)	Proprietário	Residência principal	Sem encargos
116	Reformado	-	Reformado(a)	0	0	-	0	Apoios sociais (pensões, subsídios)	Arrendatário	Residência principal	Com encargos
117	Reformado	-	Reformado(a)	0	-	-	-	Outro	Arrendatário	Residência principal	Com encargos
118	Agricultor	-	Agricultura / Floresta / Pecuária	0	0	-	0	Trabalho por conta própria	Arrendatário	Residência principal	Sem encargos
119	Trabalhador por conta de outrem; Estudante	-	Indústria transformadora	0	0	-	1	Trabalho por conta de outrem	-	Residência principal	Sem encargos
120	-	-	Agricultura / Floresta / Pecuária	0	-	-	-	Trabalho por conta de outrem; Trabalho por conta própria	Proprietário	Residência principal	Sem encargos
121	Reformado; Trabalhador por conta própria	-	Reformado(a)	0	0	-	0	Apoios sociais (pensões, subsídios)	Proprietário	Residência principal	Sem encargos
122	Reformado; Desempregado	0	-	2	1	Apoios à deficiência ou dependência: Outros (Subsídio por assistência de terceira pessoa, etc)	0	Apoios sociais (pensões, subsídios)	Arrendatário	Residência principal	Com encargos
123	Trabalhador por conta de outrem; Desempregado	3 meses	Indústria transformadora; Desempregado(a)	1	0	-	0	Trabalho por conta de outrem; Apoios sociais (pensões, subsídios)	Arrendatário	Residência principal	Com encargos
124	Reformado	-	-	1	-	-	-	Apoios sociais (pensões, subsídios)	Arrendatário	Residência principal	Com encargos
125	Trabalhador por conta de outrem; Estudante	-	Indústria transformadora; Comércio / Serviços; Estudante	0	0	-	0	Trabalho por conta de outrem	Proprietário	Residência principal	Com encargos
126	Trabalhador por conta de outrem; Estudante	-	Administração pública / Educação / Saúde; Electrotecnia	0	0	-	0	Trabalho por conta de outrem	Proprietário	Residência principal	Sem encargos
127	Reformado; Trabalhador por conta própria; Estudante	-	Indústria transformadora; Administração pública / Educação / Saúde; Reformado(a); Estudante	1	0	-	0	Trabalho por conta de outrem	Proprietário	Residência principal	Com encargos
128	Trabalhador por conta de outrem; Estudante	-	Indústria transformadora; Contabilidade	0	0	-	2	Trabalho por conta de outrem	Proprietário	Residência principal	Com encargos
129	Trabalhador por conta de outrem; Trabalhador por conta própria	-	Comércio / Serviços; Doméstico e Serralharia	2	0	-	0	Trabalho por conta de outrem; Trabalho por conta própria	Proprietário	Residência principal	Sem encargos
130	Reformado; Trabalhador por conta própria	-	Reformado(a); Cultura (Músico)	0	0	-	0	Trabalho por conta de outrem; Apoios sociais (pensões, subsídios)	Proprietário	Residência principal	Sem encargos
131	Trabalhador por conta de outrem; Trabalhador por conta própria	-	Cabeleireira, Motorista e Técnico Eletrónica	0	0	-	0	Trabalho por conta de outrem; Trabalho por conta própria	Proprietário	Residência principal	Com encargos
132	Trabalhador por conta de outrem; Trabalhador por conta própria	-	Construção civil; Turismo / Restauração; Cabeleireira	0	0	-	0	Trabalho por conta de outrem; Trabalho por conta própria	Proprietário	Residência principal	Sem encargos
133	Reformado; Trabalhador por conta própria	-	Reformado(a); Esteticista	0	0	-	0	Trabalho por conta própria	Proprietário	Residência principal	Sem encargos
134	Trabalhador por conta de outrem; Desempregado	-	Reformado(a); Ramo automóvel e merceneiro	0	0	-	0	Trabalho por conta de outrem	Proprietário	Residência principal	Sem encargos
135	Reformado; Trabalhador por conta de outrem; Doméstica	-	Comércio / Serviços; Reformado(a); Doméstica	1	1	Apoios ao rendimento: Desemprego - Subsídio Social de Desemprego	0	Trabalho por conta de outrem; Apoios sociais (pensões, subsídios)	Proprietário	Residência principal	Com encargos
136	Desempregado	Inválido	Desempregado(a); Inválido	1	1	Apoios à deficiência ou dependência: Prestação Social	0	Apoios sociais (pensões, subsídios)	Proprietário	Residência principal	Sem encargos

Ordem (Sem referência a inquérito ou planta)	TIPO DE OCUPAÇÃO LABORAL	TEMPO DESEMPREGO	SETOR DE ATIVIDADE DO AGREGADO	Nº INCAPACITADOS	Nº RESIDENTES COM APOIO ESPECÍFICO	TIPO DE APOIO ESPECÍFICO	Nº COM APOIO EDUCATIVO	PRINCIPAL FONTE DE RENDIMENTO DO AGREGADO	TIPO DE OCUPAÇÃO	TIPO DE RESIDÊNCIA	ENCARGOS COM A RESIDÊNCIA
						para a Inclusão (PSI) (pessoas com deficiência com grau ≥ 60%)					
137	Trabalhador por conta própria; Estudante	-	Administração pública / Educação / Saúde;Marketing	0	0	-	0	Trabalho por conta própria	Proprietário	Residência principal	-
138	Trabalhador por conta própria; Desempregado	3 anos	apoio das irmãs	1	0	-	0	Outro	Proprietário	Residência principal	Sem encargos
139	Reformado; Trabalhador por conta de outrem; Desempregado	6 meses	Limpezas	1	1	Apoio ao emprego: Desemprego - Subsídio de Desemprego	0	Trabalho por conta de outrem;Outro	Arrendatário	Residência principal	Com encargos
140	Trabalhador por conta de outrem; Desempregado	6 anos	Logística	1	0	-	0	Trabalho por conta de outrem;Apoios sociais (pensões, subsídios)	Proprietário	Residência principal	Sem encargos
141	Reformado; Trabalhador por conta de outrem	-	Segurança	1	0	-	0	Apoios sociais (pensões, subsídios)	Arrendatário	Residência principal	Com encargos
142	Trabalhador por conta de outrem; Estudante	-	Construção civil;Florista	0	0	-	0	Trabalho por conta de outrem	Outro: casa de família	Residência principal	Sem encargos
143	Trabalhador por conta de outrem	-	Administração num condomínio, Limpezas	0	0	-	0	Trabalho por conta de outrem	Proprietário	Residência principal	Sem encargos
144	Reformado; Trabalhador por conta própria; Estudante	-	Comércio / Serviços;Reformado(a);Estudante	0	3	Apoios ao rendimento: Idosos/ baixos rendimentos- Complemento Solidário para Idosos (CSI); Apoios ao rendimento: Crianças – Abono de família	0	Apoios sociais (pensões, subsídios)	Proprietário	Residência principal	Sem encargos
145	Trabalhador por conta de outrem	-	Indústria transformadora;Limpeza armazém	2	0	-	0	Trabalho por conta própria	Proprietário	Residência principal	Sem encargos
146	Trabalhador por conta de outrem; Desempregado	15 anos	Carpintaria	1	0	-	0	Trabalho por conta de outrem	Proprietário	Segunda residência	Sem encargos
147	Reformado; Trabalhador por conta de outrem; Estudante	-	Comércio / Serviços;Cuidadora da mãe	2	0	-	0	Trabalho por conta de outrem	Proprietário	Residência principal	Sem encargos
148	Reformado;	-	Indústria transformadora;Distribuição	0	0	-	0	Trabalho por conta de outrem;Apoios sociais (pensões, subsídios)	Proprietário	Residência principal	Sem encargos

Quadro 11 – Compilação de dados recolhidos com recurso a inquérito – Atividades Económicas (1/3)

ORDEM (Sem referência a inquérito ou planta)	TIPOLOGIA2	MUNICÍPIO	FREGUESIA	RELAÇÃO DO INQUIRIDO COM A EMPRESA	RAMO DE ATIVIDADE	PRINCIPAIS PRODUTOS / SERVIÇOS QUE A EMPRESA OFERECE	HÁ QUANTOS ANOS A EMPRESA ESTÁ LOCALIZADA NESTA ÁREA	ÁREA OCUPADA PELA ATIVIDADE (INSTALAÇÕES E TERRENOS)
1	Atividade económica	Albergaria-a-Velha	São João de Loure e Frossos	Sócio-Gerente	Comerciante	Negócio de animais e transportes	Mais de 20 anos	Mais de 1.000 m²
2	Atividade económica	Albergaria-a-Velha	São João de Loure e Frossos	Sócio-Gerente	Agro Pecuária - Bovinicultura Leiteira	Produção de Leite de Vaca	Mais de 20 anos	Mais de 1.000 m²
3	Atividade económica	Albergaria-a-Velha	Albergaria-a-Velha e Valmaior	Gerente	Transformação de Veículos	Viaturas Especiais	6 a 10 anos	Mais de 1.000 m²
4	Atividade económica	Ovar	União das freguesias de Ovar, São João, Arada e São Vicente de Pereira Jusã	Sócio-Gerente	Carpintaria	Carpintaria Geral	1 a 5 anos	500 – 1.000 m²
5	Atividade económica	Santa Maria da Feira	União das freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo	Sócio-Gerente	Pirotecnia	Pirotecnia	Mais de 20 anos	Mais de 1.000 m²
6	Atividade económica	Ovar	Esmoriz	Sócio-Gerente	Construção/Eventos	Casas e equipamentos para eventos	Mais de 20 anos	Mais de 1.000 m²
7	Atividade económica	Ovar	Esmoriz	Gerente	Operação Logística	-	1 a 5 anos	Mais de 1.000 m²
8	Atividade económica	Ovar	Esmoriz	Agente Responsável (não tem responsabilidade de gestão)	Tanoaria	Vendem Barricas	1 a 5 anos	Mais de 1.000 m²
9	Atividade económica	Ovar	Esmoriz	Representante	Comércio a retalho	Comércio	Mais de 20 anos	Mais de 1.000 m²
10	Atividade económica	Espinho	São Paio Oleiros	Sócio-Gerente	Des. Informático, marketing, contabilidade	Software, marketing, contabilidade, gestão e consultoria	6 a 10 anos	Mais de 1.000 m²
11	Atividade económica	Espinho	União das freguesias de Anta e Guetim	Gerente	Serralharia Civil	Prestação de Serviços	Mais de 20 anos	500 – 1.000 m²
12	Atividade económica	Vila Nova de Gaia	Canelas	Sócio	Construção e reabilitação	Construção e reabilitação	1 a 5 anos	Até 500 m²
13	Atividade económica	Vila Nova de Gaia	Canelas	Gerente	Serralharia	Corte e quinagem de chapa / Serralharia	Mais de 20 anos	Até 500 m²
14	Atividade económica	Vila Nova de Gaia	Canelas	Coordenador C.D	Tintas	Tintas e Vernizes	1 a 5 anos	500 – 1.000 m²
15	Atividade económica	Vila Nova de Gaia	Canelas	Gerente	Comércio	Madeira	Mais de 10 anos	Até 500 m²
16	Atividade económica	Vila Nova de Gaia	Canelas	Gerente	Transporte	Transporte	Menos de 1 ano	500 – 1.000 m²
17	Atividade económica	Vila Nova de Gaia	União das freguesias de Mafamude e Vilar do Paraíso	Sócio-Gerente	Artes Gráficas	Etiquetas-Autocolantes	Mais de 20 anos	Mais de 1.000 m²
18	Atividade económica	Vila Nova de Gaia	União das freguesias de Mafamude e Vilar do Paraíso	OUTRO	Eletrcidade	eletromecânica	Mais de 10 anos	Até 500 m²
19	Atividade económica	Vila Nova de Gaia	União das freguesias de Mafamude e Vilar do Paraíso	Administradora	Construção Metálicas	Ferro e Alumínio	1 a 5 anos	500 – 1.000 m²
20	Atividade económica	Vila Nova de Gaia	União das freguesias de Mafamude e Vilar do Paraíso	outro	metalúrgica	metalúrgica	1 a 5 anos	Até 500 m²
21	Atividade económica	Vila Nova de Gaia	União das freguesias de Mafamude e Vilar do Paraíso	Sócio-Gerente	Oficina	Manutenção Automóvel	6 a 10 anos	Até 500 m²
22	Atividade económica	Ovar	União das freguesias de Ovar, São João, Arada e São Vicente de Pereira Jusã	Sócio-Gerente	Chaparia	Transformações de veículos automóvel	6 a 10 anos	Mais de 1.000 m²
23	Atividade económica	Porto	Bonfim	Gerente	Hotelaria	Alojamento Local	1 a 5 anos	Mais de 1.000 m²
24	Atividade económica	Porto	Campanhã	Gerente	Restauração	Refeições	Mais de 20 anos	Até 500 m²
25	Atividade económica	Porto	Campanhã	Sócio-Gerente	Arquitetura, engenharia e construção	Projetos, consultoria e construção	1 a 5 anos	Até 500 m²
26	Atividade económica	Ovar	Esmoriz	Gerente	Comercialização, Transformação,Produção de artigos de cortiça e máquinas.	Produtos de Cortiça, Máquinas, Vinhos	Mais de 10 anos	Mais de 1.000 m²
27	Atividade económica	Ovar	Esmoriz	Gerente	Comercialização de artigos de cortiça,máquinas,vinhos,etc	Produtos cortiça,máquinas,vinhos	Mais de 10 anos	Mais de 1.000 m²
28	Atividade económica	Vila Nova de Gaia	União das freguesias de Grijó e Sermonde	Proprietário	Jardinagem/Viveiro/Construção Civil	Plantas / Serviços	Mais de 20 anos	Mais de 1.000 m²
29	Atividade económica	Vila Nova de Gaia	União das freguesias de Grijó e Sermonde	Sócio-Gerente	Fabrico de artigos de pintura em construção civil	Trinchas, pincéis e rolos de pintura	Mais de 20 anos	Mais de 1.000 m²
30	Atividade económica	Porto	Bonfim	Gerente	Café/Restaurante	-	Mais de 20 anos	NR
31	Atividade económica	Porto	Bonfim	Gerente	Marketing	Marketing	1 a 5 anos	Até 500 m²
32	Atividade económica	Estarreja	União das freguesias de Beduído e Veiros	Sócio	Fabrico de Moldes	Moldes para injeção	1 a 5 anos	500 – 1.000 m²
33	Atividade económica	Estarreja	União das freguesias de Beduído e Veiros	Sócio-Gerente	Comércio de artigos de higiene e limpeza	-	1 a 5 anos	500 – 1.000 m²
34	Atividade económica	Santa Maria da Feira	União das freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo	Gerente	Café Snack-bar	Cafetaria/ Sala de jogos	Mais de 20 anos	Até 500 m²
35	Atividade económica	Vila Nova de Gaia	União das freguesias de Serzedo e Perosinho	Administradora	Ensino desportivo e recreativo	Equitação, Venda cavalos desporto	Mais de 10 anos	Mais de 1.000 m²

Quadro 12 – Compilação de dados recolhidos com recurso a inquérito – Atividades Económicas (2/3)

ORDEM (Sem referência a inquérito ou planta)	SEDE ÚNICA/FILIAL	TIPO DE OCUPAÇÃO	ENCARGOS COM O TERRENO	VOLUME DE NEGÓCIOS ANUAL	Nº DE TRABALHADORES	LOCAL(AIS) DE RESIDÊNCIA DOS TRABALHORES (FREGUESIA / MUNICIPIO)	QUAL O NÍVEL DE QUALIFICAÇÃO GERAL DOS TRABALHADORES (N.º OU %)	QUAL É A FAIXA ETÁRIA PREDOMINANTE NOS TRABALHADORES [até aos 18 anos]
1	Sede única	Proprietário	Sem encargos	Até 2 milhões de euros	1	São João de Loure e Frossos	9ANO: < 2 / < 20%;	>51anos: < 2 / < 20%
2	Sede única	Proprietário	Sem encargos	Entre 2ME e 50ME	10-19	Albergaria-a-Velha; Aveiro	9ANO: 4 - 6 / 40% - 60%; 12ANO: 4 - 6 / 40% - 60%; Univ/ Politecnico: < 2 / < 20%	18-25anos: < 2 / < 20%; 26-50anos:2 - 4 / 20%-40%; >51 anos: 4 - 6 / 40% - 60%
3	Unidade Fabril	Arrendatário	NR	Entre 2ME e 50ME	20-49	Albergaria-a-Velha (Albergaria-a-Velha, São João de Loure, Ribeira de Fráguas); Gaia (Pedroso)	9ANO: 4 - 6 / 40% - 60%; Univ/ Politecnico: 4 - 6 / 40% - 60%	26-50anos:8 - 10 / 80%-100%
4	NR	Arrendatário	NR	Até 2 milhões de euros	10-19	Ovar e Santa Maria da Feira	9ANO: 6 - 8 / 60% - 80%; 12ANO: 2 - 4 / 20%-40%	26-50anos:8 - 10 / 80%-100%
5	Sede única	Proprietário	Sem encargos	Não sei / Prefiro não responder	2-9	NR		18-25anos: 2 - 4 / 20%-40%; 26-50anos:4 - 6 / 40% - 60%; >51 anos: 2 - 4 / 20%-40%
6	Sede única	Arrendatário	NR	Até 2 milhões de euros	2-9	Esmoriz e arredores	9ANO: 2 - 4 / 20%-40%; 12ANO: 2 - 4 / 20%-40%	18-25anos:2 - 4 / 20%-40%; 26-50anos:4 - 6 / 40% - 60%; >51 anos: < 2 / < 20%
7	Filial	Arrendatário	Sem encargos	Mais de 50 ME	20-49	NR		
8	Filial	Arrendatário	Sem encargos	Entre 2ME e 50ME	10-19	Gaia,Ovar,Sta- Mariaa da Feira, Espinho, etc		18-25anos:8 - 10 / 80%-100%;26-50anos:8 - 10 / 80%-100%; >51 anos: 8 - 10 / 80%-100%
9	Sede única	Arrendatário	NR	Entre 2ME e 50ME	mais de 50	NR		26-50anos:8 - 10 / 80%-100%
10	Sede única	Outro:Proprietário, Arrendatário,Construção	Sem encargos	Até 2 milhões de euros	20-49	Sta. Maria Feira, Feãos, S.João da Madeira, Ovar, Espinho, Ourosá, Vila Nova de Gaian, Oliveira de Azemeis, Penafiel	9ANO: < 2 / < 20%; Univ/ Politecnico: 6 - 8 / 60% - 80%	
11	Sede única	Proprietário	Sem encargos	Não sei / Prefiro não responder	1	Anta - Espinho	9ANO: < 2 / < 20%	>51 anos: < 2 / < 20%
12	Sede única	Arrendatário	Sem encargos	Até 2 milhões de euros	2-9	Espinho, Porto, Granja.	9ANO: 2 - 4 / 20%-40%; 12ANO: < 2 / < 20%	26-50anos:2 - 4 / 20%-40%; >51 anos:< 2 / < 20%
13	Sede única	Arrendatário	Sem encargos	Não sei / Prefiro não responder	1	Pedroso, Gaia	9ANO: 8 - 10 / 80%-100%	>51 anos:8 - 10 / 80%-100%
14	Filial	Arrendatário	NR	Não sei / Prefiro não responder	2-9	Mafamude, Canelas, Grijó	9ANO: 8 - 10 / 80%-100%	26-50anos:8 - 10 / 80%-100%
15	Sede única	Proprietário	Sem encargos	Até 2 milhões de euros	2-9	1- freguesia; 1-Muniípiocio	9ANO: < 2 / < 20%; 12ANO: < 2 / < 20%	>51 anos:2 - 4 / 20%-40%
16	Filial	Arrendatário	NR	Até 2 milhões de euros	10-19	Munípiocio de Gaia	12ANO: 6 - 8 / 60% - 80%; Univ/ Politecnico: < 2 / < 20%	26-50anos:8 - 10 / 80%-100%
17	Sede única	Arrendatário	NR	Até 2 milhões de euros	10-19	Vila Nova de Gaia		>51 anos:8 - 10 / 80%-100%
18	Filial	Proprietário	Sem encargos	Até 2 milhões de euros	2-9	5- Gaia/ 1- Rio Tinto	9ANO: 4 - 6 / 40% - 60%	26-50anos:4 - 6 / 40% - 60%
19	Sede única	Arrendatário	NR	Até 2 milhões de euros	NR	Espinho; São Félix; Gaia.	9ANO: 8 - 10 / 80%-100%; 12ANO:< 2 / < 20%	26-50anos:8 - 10 / 80%-100%
20	Sede única	Arrendatário	Sem encargos	Até 2 milhões de euros	2-9	4- Póvoa de Varzim 3- Porto	9ANO: < 2 / < 20%; Univ/ Politecnico: 6 - 8 / 60% - 80%	26-50anos:8 - 10 / 80%-100%
21	Sede única	Arrendatário	NR	Até 2 milhões de euros	2-9	3- Gaia	12ANO:2 - 4 / 20%-40%	26-50anos:< 2 / < 20%; >51 anos:< 2 / < 20%
22	Sede única	Arrendatário	NR	Até 2 milhões de euros	2-9	Santa Maria da Feira	9ANO: 2 - 4 / 20%-40%; Univ/ Politecnico: < 2 / < 20%	18-25anos: 2 - 4 / 20%-40%;26-50anos:< 2 / < 20%; >51 anos:2 - 4 / 20%-40%
23	Sede única	Proprietário	Com encargos (empréstimo bancário)	Até 2 milhões de euros	2-9	Campanhã Porto	Univ/ Politecnico: 8 - 10 / 80%-100%	26-50anos:8 - 10 / 80%-100%
24	Sede única	Proprietário	Sem encargos	Até 2 milhões de euros	2-9	1-Gaia 1-Rio tinto 3 Porto	9ANO: 8 - 10 / 80%-100%	>51 anos:8 - 10 / 80%-100%
25	Sede única	Proprietário	Sem encargos	Até 2 milhões de euros	2-9	2 na freguesia; 1 em Ermesinde.	12ANO: < 2 / < 20%; Univ/ Politecnico: 2 - 4 / 20%-40%	26-50anos:2 - 4 / 20%-40%
26	Sede única	Arrendatário	NR	Entre 2ME e 50ME	10-19	Municípios Ovar, Espinho, Feira		
27	Sede única	Arrendatário	NR	Até 2 milhões de euros	1	Ovar	Univ/ Politecnico: < 2 / < 20%	26-50anos:< 2 / < 20%
28	Sede única	NR	Sem encargos	Até 2 milhões de euros	10-19	Anta, Esmoriz, Grijó e São Félix da Marinha	9ANO: 8 - 10 / 80%-100%	>51 anos:8 - 10 / 80%-100%
29	Sede única	Proprietário	Sem encargos	Até 2 milhões de euros	2-9	Grijó/VNG e Serzedo/VNG	9ANO: 4 - 6 / 40% - 60%; Univ/ Politecnico: < 2 / < 20%	26-50anos:2 - 4 / 20%-40%; >51 anos:4 - 6 / 40% - 60%
30	Sede única	Arrendatário	Sem encargos	Até 2 milhões de euros	2-9	Tudo no Porto	9ANO: 6 - 8 / 60% - 80%; 12 ANO: < 2 / < 20%	26-50anos:< 2 / < 20%; >51 anos:6 - 8 / 60% - 80%
31	Sede única	Proprietário	Com encargos (empréstimo bancário)	Até 2 milhões de euros	2-9	Munípiocio do Porto	Univ/ Politecnico: 8 - 10 / 80%-100%	26-50anos:8 - 10 / 80%-100%;
32	NR	Arrendatário	Sem encargos	Até 2 milhões de euros	2-9	NR		26-50anos:8 - 10 / 80%-100%;
33	Sede única	Arrendatário	Sem encargos	Até 2 milhões de euros	1	Maia	12 ANO: 8 - 10 / 80%-100%	>51 anos:8 - 10 / 80%-100%
34	Sede única	Outro:casa familia	NR	Até 2 milhões de euros	2-9	Ambos residem em Arada/Ovar.	9ANO: 8 - 10 / 80%-100%	>51 anos:8 - 10 / 80%-100%
35	Sede única	Proprietário	Sem encargos	Até 2 milhões de euros	2-9	Próprio espaço e norte de Portugal		>51 anos:8 - 10 / 80%-100%

Quadro 13 – Compilação de dados recolhidos com recurso a inquérito – Atividades Económicas (3/3)

ORDEM (Sem referência a inquérito ou planta)	TEM OU JÁ TEVE APOIOS (ESTÁGIO IEFP / OUTRO?)	OS TRABALHADORES DA EMPRESA TRABALHAM A TEMPO INTEIRO?	MEIO DE TRANSPORTE UTILIZADO PELOS TRABALHADORES	OS TRABALHADORES TÊM RELAÇÕES FAMILIARES ENTRE SI? FAMÍLIAS, CASAIS, ETC.?	POR QUE RAZÃO SE ENCONTRA NESTA LOCALIDADE?	A LOCALIZAÇÃO É CRÍTICA PARA O FUNCIONAMENTO DA EMPRESA
1	Sim	Sim todos trabalham a tempo inteiro	Transporte próprio (automóvel)	Não	Já tinha terreno	Sim, completamente
2	Sim	Sim todos trabalham a tempo inteiro	Transporte próprio (automóvel)	Não	Outra: PDM	Parcialmente
3	Sim	Sim todos trabalham a tempo inteiro	Transporte próprio (automóvel);Transporte da empresa	Sim	Disponibilidade de mão de obra	Sim, completamente
4	Sim	Sim todos trabalham a tempo inteiro	Transporte próprio (automóvel);Transporte da empresa	Não	Proximidade da residência do proprietário(a)/sócio(a);Outra: Local estratégico	Sim, completamente
5	Não	NR	Transporte próprio (automóvel)	Sim	Outra: Negócio de família	Sim, completamente
6	Não	Sim todos trabalham a tempo inteiro	Transporte próprio (automóvel)	Não	Proximidade da residência do proprietário(a)/sócio(a);Disponibilidade de mão de obra;Proximidade da matéria prima	Parcialmente
7	NR	Sim todos trabalham a tempo inteiro	Transporte próprio (automóvel);Transporte público	Não	Outra: Localização em termos de facilidade de acessos	Sim, completamente
8	Não	Sim todos trabalham a tempo inteiro	Transporte da empresa	Não	Disponibilidade de mão de obra;Outra:Mão de obra reside em Ovar	Sim, completamente
9	Não	Sim todos trabalham a tempo inteiro		Sim	NR	Sim, completamente
10	Não	Sim todos trabalham a tempo inteiro	Transporte próprio (automóvel)	Não	Já tinha terreno; Outra	Sim, completamente
11	Não	Sim todos trabalham a tempo inteiro	Transporte próprio (automóvel);Transporte da empresa	Não	Proximidade da residência do proprietário(a)/sócio(a)	Não
12	Não	Sim todos trabalham a tempo inteiro	Transporte público;Transporte da empresa	Sim	Proximidade da matéria prima;Outra: Perto da zona industrial	Sim, completamente
13	Não	Sim todos trabalham a tempo inteiro	Transporte próprio (automóvel)	Não	Outra: Oportunidade que surgiu	Sim, completamente
14	Não	Sim todos trabalham a tempo inteiro	Transporte próprio (automóvel)	Não	Disponibilidade de mão de obra	Parcialmente
15	Não	Sim todos trabalham a tempo inteiro	Transporte próprio (automóvel)	Não	Proximidade da residência do proprietário(a)/sócio(a)	Sim, completamente
16	Não	Sim todos trabalham a tempo inteiro	Transporte próprio (automóvel)	Não	Proximidade da matéria prima	Sim, completamente
17	Não	Sim todos trabalham a tempo inteiro	Transporte próprio (automóvel)	Sim	Já tinha terreno	Sim, completamente
18	Não	Sim todos trabalham a tempo inteiro	Transporte próprio (automóvel);Transporte da empresa	Não	Já tinha terreno	Não
19	Não	Sim todos trabalham a tempo inteiro	Transporte próprio (automóvel);Transporte da empresa	Não	Proximidade da matéria prima;Outra: Por ser uma Zona Industrial	Sim, completamente
20	Sim	Sim todos trabalham a tempo inteiro	Transporte próprio (automóvel)	Não	Outra: Espaço e preço	Parcialmente
21	Não	Sim todos trabalham a tempo inteiro;Entre 50% e 75%	Transporte próprio (automóvel)	Sim	Benefícios fiscais;Outra:Renda Acessível	Sim, completamente
22	Não	Sim todos trabalham a tempo inteiro	Transporte próprio (automóvel)	Sim	Proximidade da residência do proprietário(a)/sócio(a)	Parcialmente
23	Não	Menos de 50%		Sim	Outra:Gostam de Portugal; é mais económico que Nova Iorque; Vista para o rio	Sim, completamente
24	NR	Menos de 50%	Transporte próprio (automóvel);Transporte público	Sim	Proximidade da residência do proprietário(a)/sócio(a)	Sim, completamente
25	Não	Sim todos trabalham a tempo inteiro	Transporte próprio (automóvel);Transporte público;Transporte da empresa	Sim	Proximidade da residência do proprietário(a)/sócio(a);Outra:proximidade aos transportes	Sim, completamente
26	Sim	Sim todos trabalham a tempo inteiro	Transporte próprio (automóvel)	Sim	Outra:Edifício era da família	Sim, completamente
27	Não	Sim todos trabalham a tempo inteiro	Transporte próprio (automóvel)	Não	Outra:Edifício era da família	Sim, completamente
28	Sim	Sim todos trabalham a tempo inteiro	Transporte próprio (automóvel)	Não	Já tinha terreno	Sim, completamente
29	Não	Sim todos trabalham a tempo inteiro	Transporte próprio (automóvel)	Não sabe	Já tinha terreno;Proximidade da residência do proprietário(a)/sócio(a)	Não
30	Não	Sim todos trabalham a tempo inteiro	Transporte próprio (automóvel);Transporte público	Sim	Outra:Através de concurso e motivo familiar	Sim, completamente
31	Não	Sim todos trabalham a tempo inteiro	Transporte próprio (automóvel);Transporte público	Não	Benefícios fiscais;Outra:Vista para o rio; gosta do local.	Sim, completamente
32	Não	Sim todos trabalham a tempo inteiro	Transporte próprio (automóvel)	Não	Proximidade da residência do proprietário(a)/sócio(a);Outra:Espaço Disponível para a atividade	Não
33	Não	Sim todos trabalham a tempo inteiro	Transporte próprio (automóvel)	Não	Proximidade da residência do proprietário(a)/sócio(a);Outra:Espaço disponível para atividade	Não
34	Não	Sim todos trabalham a tempo inteiro	Transporte próprio (automóvel)	Sim	Outra:Negócio familiar	Sim, completamente
35	Sim	Sim todos trabalham a tempo inteiro		Não	NR	Sim, completamente

Quadro 14 – Compilação de dados recolhidos com recurso a inquérito – Outras construções

TIPOLOGIA	MUNICÍPIO	JUNTA DE FREGUESIA	IDADE	RELAÇÃO DO INQUIRIDO COM O EDIFICADO	TIPO DE ESTRUTURA	ESTADO DE CONSERVAÇÃO	UTILIZAÇÃO PARA FINS DE:	IMPACTO NO RENDIMENTO EM CASO DE AFETAÇÃO? (Escala de impacto (1 = nenhum impacto 5 = impacto muito elevado))	LIGAÇÃO A SERVIÇOS
Outras Construções	Aveiro	UF Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	-	Proprietário	Armazém de ferramentas / material	Em utilização	Material de fábrica	4	Eletricidade;Água canalizada ou furo;Acesso por estrada/caminho
Outras Construções	Aveiro	UF Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	-	Proprietário	Armazém de ferramentas / material	Em utilização	Material de fábrica	4	-
Outras Construções	Aveiro	UF Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	71	Proprietário	Armazém/ arrumos agrícolas	Em utilização	Uso doméstico;Uso agrícola;Armazenamento de ferramentas ou máquinas;Apoio à atividade pecuária	5	Eletricidade;Água canalizada ou furo;Acesso por estrada/caminho
Outras Construções	Estarreja	UF Beduído e Veiros	-	Proprietário	Armazém/ arrumos agrícolas; Armazém de ferramentas / material	Em utilização	Uso agrícola;Armazenamento de ferramentas ou máquinas;Conservação de produtos agrícolas ou florestais;Apoio à silvicultura	5	Eletricidade;Água canalizada ou furo;Acesso por estrada/caminho
Outras Construções	Ovar	UF Ovar, São João, Arada e São Vicente de Pereira Jusã	63	Proprietário	Armazém/ arrumos agrícolas; Outro	Em utilização	Armazenamento de ferramentas ou máquinas	5	Eletricidade;Água canalizada ou furo;Acesso por estrada/caminho
Outras Construções	Ovar	UF Ovar, São João, Arada e São Vicente de Pereira Jusã	79	Proprietário	Armazém/ arrumos agrícolas; Armazém de ferramentas / material	Em utilização	Uso agrícola;Armazenamento de ferramentas ou máquinas	5	Acesso por estrada/caminho
Outras Construções	Santa Maria da Feira	UF Sta. Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo	-	Proprietário	Armazém/ arrumos agrícolas;Armazém de ferramentas / material	Em utilização	Uso doméstico;Armazenamento de ferramentas ou máquinas	2	Nenhum
Outras Construções	Santa Maria da Feira	UF Sta. Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo	60	Proprietário	Armazém/ arrumos agrícolas; Barracão ;Armazém de ferramentas / material	Em utilização	Uso agrícola;Armazenamento de ferramentas ou máquinas;Apoio a obras ou construção	5	Eletricidade;Água canalizada ou furo;Acesso por estrada/caminho
Outras Construções	Espinho	UF Anta e Guetim	66	Proprietário	Armazém de ferramentas / material	Em utilização	Uso doméstico;Armazenamento de ferramentas ou máquinas;Apoio a obras ou construção	5	Eletricidade;Água canalizada ou furo;Acesso por estrada/caminho
Outras Construções	Vila Nova de Gaia	UF Serzedo e Perosinho	46	Proprietário	Armazém de ferramentas / material; Outro	Em utilização	Armazenamento de ferramentas ou máquinas	5	Eletricidade;Água canalizada ou furo;Acesso por estrada/caminho
Outras Construções	Estarreja	UF Beduído e Veiros	-	Arrendatário	Armazém/ arrumos agrícolas	Em utilização	Armazenamento de ferramentas ou máquinas	5	Eletricidade;Água canalizada ou furo;Acesso por estrada/caminho

7.5 ANEXO V – CONFIDENCIAL/ INQUÉRITOS REALIZADOS E COMPILAÇÃO DE DADOS

LINHA FERROVIÁRIA DE ALTA VELOCIDADE ENTRE PORTO (CAMPANHÃ) E LISBOA TROÇO PORTO (CAMPANHÃ) A OIÃ



PROJETO DE EXECUÇÃO

V10 - AMBIENTE

TOMO 10.02.04.11-02 – ANEXO 11-02 – PROGRAMA DE MEDIDAS COMPENSATÓRIAS SOCIOECONÓMICAS E PROGRAMA DE MONITORIZAÇÃO DE IMPACTES SOCIAIS

Memória Descritiva e Justificativa

Controlo de Assinaturas

Realizado	Revisto	Aprovado Coordenador Projeto
Claúdia Cardoso David Santos Francisca Gusmão Francisco Silva Margarida Silva Romana Rocha Vasco Chacim	Sara Lemos	Cristina Simões
12-09-2025	12-09-2025	12-09-2025
Data e Assinatura	Data e Assinatura	Data e Assinatura

Informação Adicional	Informação do Documento	
O Gestor de Projeto -	Código Documento PF102A0.PR.10.02.04.A11-02.00	
O Responsável Unidade -	Revisão ESTUDO COMPLEMENTAR	Data 12-09-2025
O Responsável Departamento -	Código Projetista	
O Diretor -	Nome do Ficheiro PF102A0.PR.10.02.04.A11-02.00	

LINHA FERROVIÁRIA DE ALTA VELOCIDADE ENTRE PORTO (CAMPANHÃ) E LISBOA**TROÇO PORTO (CAMPANHÃ) A OIÃ****TROÇO PORTO (CAMPANHÃ) A OIÃ****PROJETO DE EXECUÇÃO****ANEXO 11-02 – PROGRAMA DE MEDIDAS COMPENSATÓRIAS SOCIOECONÓMICAS E
PROGRAMA DE MONITORIZAÇÃO DE IMPACTES SOCIAIS****MEMÓRIA DESCRITIVA E JUSTIFICATIVA****ÍNDICE**

1	ENQUADRAMENTO E OBJETIVOS	1
2	ABORDAGEM DESENVOLVIDA E ORIENTAÇÕES SEGUIDAS.....	4
3	METODOLOGIA E CONTEÚDO DA AIS.....	5
3.1	INTRODUÇÃO.....	5
3.2	ETAPA 1: COMPREENDER O PROJETO E A ÁREA AFETADA.....	6
3.3	ETAPA 2: PREVER, ANALISAR E AVALIAR AS POSSÍVEIS VIAS DE IMPACTO	6
3.4	ETAPA 3: DESENVOLVER E IMPLEMENTAR ESTRATÉGIAS – PROGRAMA DE MEDIDAS COMPENSATÓRIAS E PLANO DE GESTÃO DE IMPACTES SOCIAIS.....	7
3.5	ETAPA 4: CRIAR E IMPLEMENTAR PROGRAMAS DE MONITORIZAÇÃO	8
4	ETAPA 3 – DESENVOLVER E IMPLEMENTAR ESTRATÉGIAS (PMCS / PGIS)	10
4.1	INTRODUÇÃO.....	10
4.2	PROGRAMA DE MEDIDAS COMPENSATÓRIAS SOCIOECONÓMICAS	10
4.2.1	Objeto do Programa.....	10
4.2.2	Medidas de compensação	10
4.3	PLANO DE GESTÃO DE IMPACTES SOCIAIS	12
4.3.1	Introdução	12
4.3.2	Orientações Gerais para a gestão dos impactes do projeto.....	13
4.3.3	Orientações Específicas por medida	14
4.3.4	Estrutura de Gestão	34
5	ETAPA 4 - PROGRAMA DE MONITORIZAÇÃO DE IMPACTES SOCIAIS.....	35
5.1	INTRODUÇÃO.....	35
5.2	PRESSUPOSTOS DE MONITORIZAÇÃO	35
5.3	BASES GERAIS DA MONITORIZAÇÃO	36
5.3.1	Fase de construção.....	36
5.3.2	Fase de exploração.....	37

5.4	DIMENSÕES A MONITORIZAR.....	38
5.4.1	Fase de Construção	38
5.4.2	Fase de Exploração	40

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Formas de abordar os potenciais impactos negativos (usando a hierarquia de mitigação)	8
Quadro 2 – Medidas compensatórias propostas e interessados alvo	10
Quadro 3 – Atribuição das medidas compensatórias por tipo de caso	11
Quadro 4 – Caracterização da Medida Compensatória MC0	15
Quadro 5 – Caracterização da Medida Compensatória MC1	16
Quadro 6 – Caracterização da Medida Compensatória MC2	17
Quadro 7 – Caracterização da Medida Compensatória MC3	19
Quadro 8 – Caracterização da Medida Compensatória MC4	21
Quadro 9 – Caracterização da Medida Compensatória MC5	23
Quadro 10 – Caracterização da Medida Compensatória MC6	24
Quadro 11 – Caracterização da Medida Compensatória MC7	26
Quadro 12 – Caracterização da Medida Compensatória MC8	27
Quadro 13 – Caracterização da Medida Compensatória MC9	28
Quadro 14 – Caracterização da Medida Compensatória MC10	30
Quadro 15 – Caracterização da Medida Compensatória MC11	31
Quadro 16 – Caracterização da Medida Compensatória MC12	32

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1- Esquema ilustrativo dos contributos dos estudos realizados na construção do Programa de Medidas Compensatórias Socioeconómicas	3
Figura 2- Esquema global da metodologia de abordagem à AIS	6

ANEXOS

Anexo I. Resumo das Normas Ambientais e Sociais do Banco Europeu de Investimento (BEI, 2022)
--

1 ENQUADRAMENTO E OBJETIVOS

O presente documento corresponde ao desenvolvimento do Programa de Medidas Compensatórias Socioeconómicas e do Programa de Monitorização dos Impactes Sociais previstos na Declaração de Impacte Ambiental (DIA) do *Estudo Prévio da Concessão da Linha Ferroviária de Alta Velocidade entre Porto (Campanhã) e Oia - LOTE A - Troço Aveiro (Oia) / Porto (Campanhã)*, como sendo Elementos a apresentar em sede RECAPE, nos termos que em seguida se transcrevem.

Destaca-se que o trabalho destinado a dar cumprimento aos elementos 31 e 32 da DIA, correspondentes ao Estudo de Impacte Social (EIS) e ao Estudo de Impacte das Atividades Económicas (EIAE), se apresenta no Anexo 11-01 do presente RECAPE, incluído no Tomo 10.02.04 – ANEXOS.

Programa de Medidas Compensatórias Socioeconómicas

O programa de medidas compensatórias a apresentar em sede de RECAPE deve ter em consideração as seguintes orientações:

Objeto do programa:

- *a. As medidas de compensação são definidas quando há alteração significativa e/ou irreversível da situação de referência (antes do projeto) e há um dano muito significativo para o bem-estar individual e/ou da comunidade.*
- *b. As medidas de compensação visam atenuar os efeitos negativos resultantes desses impactes não mitigáveis e pressupõem uma relação direta entre a situação de referência e a situação após o projeto, devendo ser definidas com base em critérios de equidade, proporcionalidade, subsidiariedade, legalidade e justiça.*
 - *i. As medidas compensatórias devem ser definidas para as diferentes fases de desenvolvimento do projeto (Antes do Início da Obra/Fase de Pré-Construção, Fase de Construção e Fase de Exploração).*
- *c. As medidas compensatórias devem ser definidas nas situações seguintes:*
 - *i. Situações individuais (Afetações diretas de propriedade, Habitações (incluindo anexos urbanos e rurais) e Atividades económicas) e Situações de afetação de equipamentos sociais/coletivos propriedade dos órgãos de poder local ou instituições particulares de solidariedade social ou outras associações/entidades locais;*
 - *ii. Comunidade afetada pelo projeto (comunidade na envolvente da área do projeto).*

Medidas de Compensação

- *A definição das medidas de compensação deve ser suportada no Estudo de Impacte Social, e no Estudo de Impacte das Atividades Económicas, previstos no âmbito da presente decisão.*

- Para a definição e implementação de medidas de compensação deve ser definido um Programa de Gestão de Impactes Sociais (PGIS). O PGIS deve definir, de acordo com os estudos elaborados e para cada situação, a medida de compensação. Para cada medida apresentada deve ser identificada a medida, o objetivo, quem a realiza, onde e como vai ser implementada e como vai ser monitorizada
- O Programa de Gestão de Impactes Sociais deve ser realizado/definido em articulação com os municípios/freguesias e as partes interessadas (indivíduos, associações, empresas) e promovendo a auscultação da comunidade.
- Na definição das medidas compensatórias, devem ser tidas em conta as seguintes diretrizes:

Para situações individuais

Afetações diretas de propriedade privada

- *Habitções - Realojamento das famílias afetadas em habitação própria, digna e semelhante à sua habitação na situação de origem, respeitando e permitindo a manutenção do seu modo de vida.*
- *Atividades Económicas - Identificação de localização alternativa para a deslocalização da atividade. Apoio económico para a deslocalização da atividade.*

Para situações de afetação de equipamentos sociais/coletivos

- *Identificação de localização alternativa.*
- *Construção de novos equipamentos sociais/coletivos.*

Para a comunidade

- *Atribuição de bolsas de estudo para as crianças e jovens das comunidades afetadas pelo projeto.*
- *Dinamização de atividades de tempos livres para crianças e idosos das comunidades afetadas pelo projeto.*
- *Apoio a projetos locais de empreendedorismo e de promoção dos produtos endógenos.*
- *Capacitação das populações/formação profissional.*
- *Programa de reabilitação das habitações não afetadas diretamente pelo projeto, mas na comunidade envolvente das áreas afetadas pelo projeto (p. e. melhoria das condições de isolamento térmico e acústico das habitações e instalação de fontes de energia renováveis).*
- *Programa de apoio à dinamização de atividades culturais, de lazer e desporto para a comunidade.*
- *Construção de travessias da LAV (passagens pedonais e viárias) de modo a preservar as condições de comunicação, mobilidade e convívio entre a comunidade em condições semelhantes às que existiam antes da LAV.*

A DIA estabelece igualmente a necessidade de desenvolvimento de um Programa de Monitorização de Impactes Sociais, procurando responder aos critérios que se em seguida se transcrevem.

Programa de Monitorização de impactes sociais

Este programa, a apresentar com nível de detalhe apropriado as fases de construção e exploração, tem os seguintes objetivos:

- Avaliar a eficácia da aplicação das medidas de minimização e/ou compensação, propondo, caso se identifiquem impactes adicionais, novas medidas.
- Identificar as reclamações registadas e o tratamento das mesmas.
- Assegurar a monitorização da implementação do Programa de Gestão de Impactes Sociais.
- Avaliar a evolução dos processos de expropriação e compensações.

No caso concreto da Linha Ferroviária de Alta Velocidade entre Porto (Campanhã) e Oiã - Lote A - Troço Aveiro (Oiã) / Porto (Campanhã), tratando-se de um projeto desenvolvido parcialmente em meio urbano, em que a grande maioria dos impactes, positivos ou negativos, se exerce ou reflete sobre o bem-estar e qualidade de vida das populações, a elaboração de uma abordagem de carácter social afigura-se justificável e necessária.

Quando no EIS ou no EIAE forem identificadas situações em que há alteração significativa e/ou irreversível da situação de referência (antes do projeto) e há um dano muito significativo para o bem-estar individual e/ou da comunidade serão definidas as medidas compensatórias que se apresentam no Programa de Medidas Compensatórias Socioeconómicas (Figura 1).

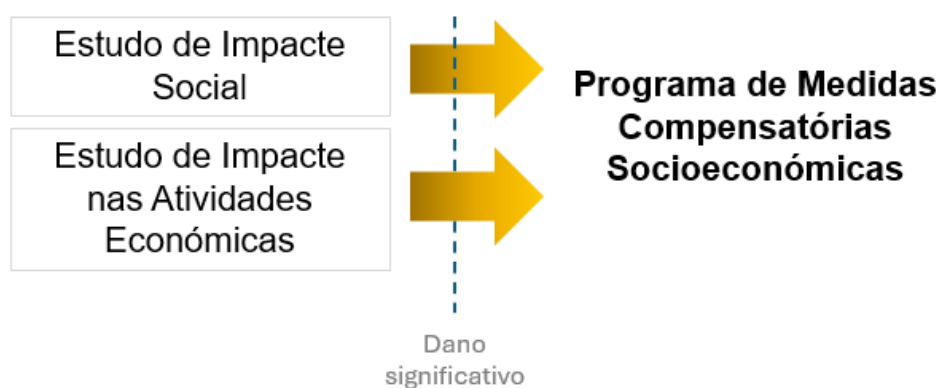


Figura 1- Esquema ilustrativo dos contributos dos estudos realizados na construção do Programa de Medidas Compensatórias Socioeconómicas

2 ABORDAGEM DESENVOLVIDA E ORIENTAÇÕES SEGUIDAS

Para o desenvolvimento dos documentos integrantes dos Anexos 11-01 e 11-02, relativos aos aspetos socioeconómicos, foram consultados vários guias e orientações para a elaboração de avaliações de carácter social de entre os quais se destacam:

- As Normas Ambientais e Sociais definidas pelo Banco Europeu de Investimento (BEI, 2022) que regem a forma como os projetos financiados pelo BEI devem tratar questões ambientais, sociais, de direitos humanos e de desenvolvimento sustentável. No Anexo I é apresentado um resumo das normas.
- Guia de Impactos Sociais da Associação Internacional de Avaliação de Impactos (IAIA) – Avaliação de Impactos Sociais: Guia para a avaliação e gestão dos impactos sociais dos projetos (IAIA, 2015), que descreve um conjunto de boas praticas exigíveis para a avaliação de impactos sociais (AIS).

De acordo com IAIA 2015 “(...) Os *Princípios Internacionais para a Avaliação de Impactos Sociais* consideram que os impactos sociais incluem todas as questões associadas a uma intervenção planeada (ou seja, um projeto) que afetam ou preocupam as pessoas, direta ou indiretamente. Concretamente, um impacto social é considerado como algo experienciado ou sentido a qualquer nível, percetivo (cognitivo) ou corpóreo (corporal, físico), ao nível de uma pessoa individual, uma unidade económica (família/agregado familiar), um grupo social (círculo de amigos), um local de trabalho (uma empresa ou agência governamental) ou pela comunidade/sociedade em geral. Estes níveis diferentes são afetados de formas diferentes por um impacto ou uma ação causadora de impacto”

Apesar do presente documento integrar o processo de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA), importa salientar que apresenta especificidades que o distinguem substancialmente do processo de AIA. Com efeito, enquanto os impactes ambientais se verificam com a execução material do projeto, os impactes de natureza social podem emergir em fases muito anteriores, nomeadamente a partir da mera circulação de rumores sobre a sua eventual implementação. Tais rumores têm o potencial de desencadear processos especulativos e alterar comportamentos individuais e coletivos.

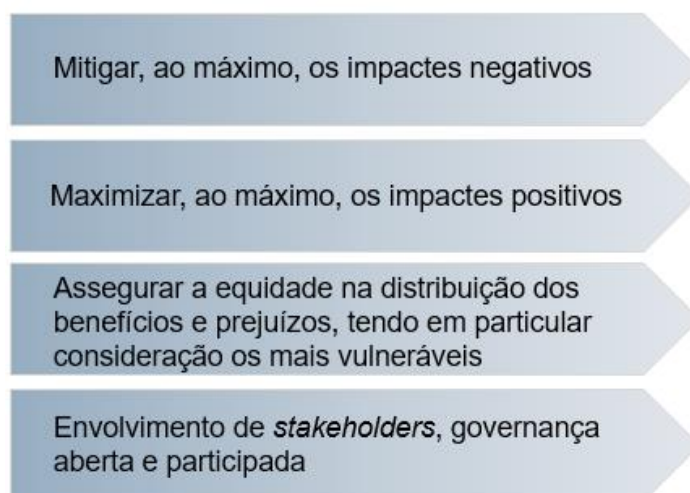
No contexto específico da construção da Linha de Alta Velocidade (LAV), que implicará a deslocalização de habitações e atividades económicas, a propagação de informação não confirmada pode contribuir para o agravamento de perceções de risco, fomentando estados de medo e ansiedade na população, independentemente da veracidade e rigor dessa informação. Estes efeitos, embora subjetivos, configuram impactes sociais reais e mensuráveis, que não devem ser desconsiderados no âmbito da AIA, mas antes objeto de uma abordagem sistemática e estratégias adequadas de gestão e mitigação.

3 METODOLOGIA E CONTEÚDO DA AIS

3.1 INTRODUÇÃO

Tal como mencionado, a presente AIS tem como base a metodologia e as orientações já publicadas para este tipo de abordagem adaptadas ao Projeto específico da LAV. Deste modo, a AIS tem como ponto de partida a análise do traçado selecionado, a aferição dos impactes identificados e avaliados no EIA do Estudo Prévio, as recomendações e as medidas de mitigação ou potenciação nele apresentadas, bem como o conteúdo, orientações e disposições estabelecidas na DIA.

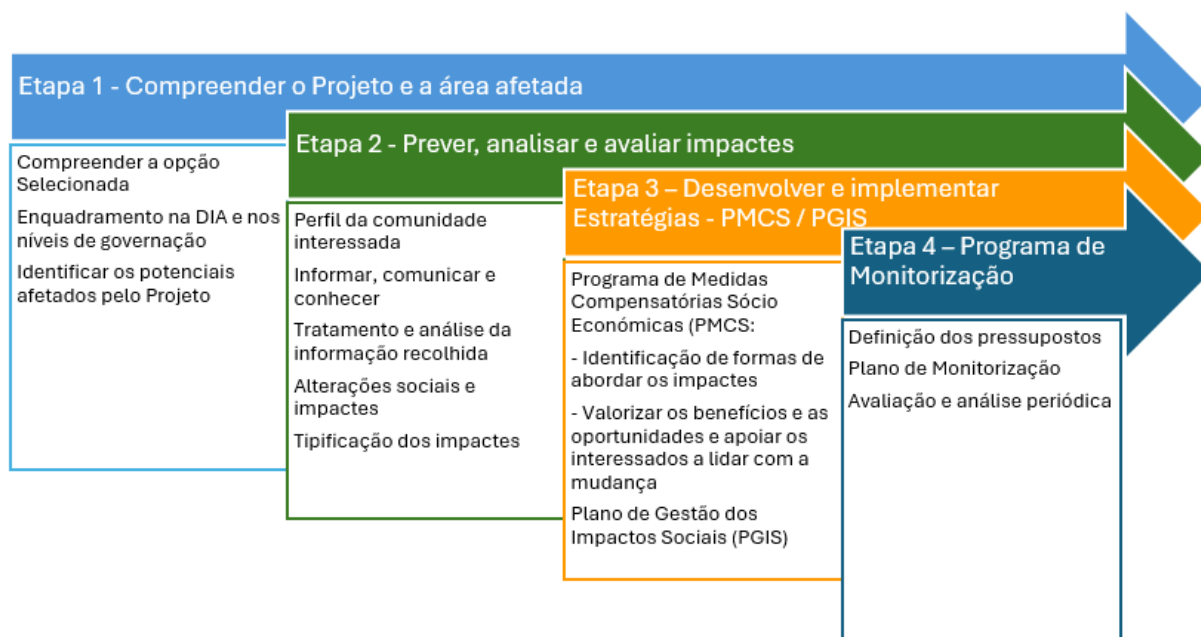
As orientações e a configuração do processo de gestão expressam critérios de sustentabilidade social ou socioambiental, partindo do pressuposto de que um projeto, para ser socialmente sustentável, tem que, na sua conceção e implementação, incorporar, entre os seus objetivos, o bem-estar e o tratamento equitativo e justo das populações afetadas, em particular os segmentos mais vulneráveis. Na prática, traduz-se nas seguintes orientações:



No que respeita ao conteúdo específico, a AIS pode ser estruturada segundo um conjunto de etapas que correspondem, de forma geral, à execução das atividades enumeradas na figura abaixo que configuram um processo dinâmico e interdependente, sendo que as diferentes etapas se influenciam mutuamente.

O presente documento integra os trabalhos relacionados com as Etapas 3 e 4, apresentando-se no Anexo 11-01 do Tomo 10.02.04 – ANEXOS, os trabalhos relacionados com as Etapas 1 e 2, correspondentes ao Estudo de Impacte Socioeconómico.

No âmbito do projeto LAV, a AIS surge numa fase do procedimento de AIA em que o traçado já foi selecionado. Desta forma, a metodologia desenvolvida centrou-se nas seguintes etapas que se apresentam de forma sucinta para compreensão geral dos trabalhos realizados no que respeita aos aspetos sociais e económicos, sendo desenvolvidas nos capítulos subsequentes as Etapas 3 e 4, como anteriormente referido.



Fonte: adaptado de IAIA,2015

Figura 2- Esquema global da metodologia de abordagem à AIS

3.2 ETAPA 1: COMPREENDER O PROJETO E A ÁREA AFETADA

Esta etapa, cujo desenvolvimento se apresenta em documento próprio (Anexo 11-01) integra as seguintes componentes:

Compreender a opção seleccionada do Projeto – Onde se pretendeu, junto do projetista, compreender o projeto de execução da solução de traçado seleccionada, bem como as suas principais ações. Paralelamente, a equipa da AIS teve de aprofundar o conhecimento sobre todas as dimensões da LAV.

Enquadramento na DIA e nos níveis de governação – Considerou-se fundamental ter a perceção do conteúdo da DIA bem como de todos os outros trabalhos e projetos que estão a ser desenvolvidos em paralelo. A título de exemplo, refira-se a abordagem ao ambiente sonoro ou a abordagem ao futuro processo de expropriações. Acresce ainda como determinante conhecer os vários níveis de governação desde o Governo, que decidiu pela construção da LAV, até as juntas de freguesia que possuem um papel determinante no conhecimento das populações e realidades locais.

Identificar os potenciais afetados pelo Projeto – Nesta atividade procede-se à identificação dos afetados de acordo com os critérios definidos no EIA, recorrendo à tecnologia SIG e ortofotomapa.

3.3 ETAPA 2: PREVER, ANALISAR E AVALIAR AS POSSÍVEIS VIAS DE IMPACTO

Esta etapa, cujo desenvolvimento se apresenta em documento próprio (Anexo 11-01) integra as seguintes componentes:

Perfil da comunidade afetada – Nesta atividade foram estruturados inquéritos com o objetivo de conhecer melhor a população e as atividades económicas interessadas. Foram desenvolvidos diferentes inquéritos direcionados para três tipos de situações distintas: situações individuais, atividades económicas e outro edificado.

Ainda com o objetivo de conhecer os interessados, previamente ao contacto com os mesmos para a realização dos inquéritos, foram estabelecidos contactos com as câmaras municipais e juntas de freguesia.

Informar, comunicar e conhecer – O processo de informação e participação foi iniciado no passado ao longo da elaboração do EIA bem como no momento de consulta pública do mesmo. Nesta fase de RECAPE, e concretamente no âmbito da AIS, o processo foi retomado, mas agora de uma forma mais direcionada para os interessados. Foram realizadas reuniões informais e pessoais com os interessados onde, para além do preenchimento do inquérito, foi prestada informação sobre o projeto em si, e sobre a forma como o mesmo os afetará, permitindo a sua preparação atempada para a mudança.

Tratamento e análise da informação recolhida – Centrou-se em trabalho de gabinete, durante o qual se procedeu à organização, sistematização e tratamento da informação recolhida nos inquéritos realizados.

Alterações sociais e impactes – Os dados obtidos foram analisados com recurso a diferentes indicadores qualitativos e quantitativos, permitindo identificar padrões, tendências e aspetos críticos do ponto de vista social – situações de vulnerabilidade - que configuram os impactes.

Tipificação dos impactes – Identificados os impactes, foi necessário proceder à sua tipificação, isto é, identificação de tipo de casos e das suas necessidades específicas e vulnerabilidades, com vista à definição de medidas de minimização / compensação.

Neste ponto, mais uma vez se destaca que a solução de traçado escolhida resultou de uma análise de alternativas desenvolvida em fase de EIA. Deste modo, a presente AIS não contribui ativamente para a seleção de alternativas, ainda assim, pode considerar algumas soluções com vista a minimizar os impactes (por exemplo, restabelecimentos, criação de muros de suporte, etc.).

3.4 ETAPA 3: DESENVOLVER E IMPLEMENTAR ESTRATÉGIAS – PROGRAMA DE MEDIDAS COMPENSATÓRIAS E PLANO DE GESTÃO DE IMPACTES SOCIAIS

Esta etapa centra-se do desenvolvimento e implementação de estratégias, ou seja, na identificação das medidas compensatórias (face às situações de vulnerabilidade identificadas) e respetivos procedimentos de gestão das mesmas.

Programa de Medidas Compensatórias Sócio Económicas (PMCS) que procedeu à:

- **Identificação de formas de abordar os impactes** – Onde se pretendeu identificar formas de abordar os potenciais impactos negativos, usando a hierarquia de mitigação, essas formas poderão ser de diversa ordem, como apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 – Formas de abordar os potenciais impactos negativos (usando a hierarquia de mitigação)

CONCEITO	DESCRIÇÃO	APLICABILIDADE NA PRESENTE AIS
Evitar	Fazer alterações no projeto ou plano (ou local potencial) para evitar efeitos adversos. Esta é a forma mais aceitável de mitigação.	Na presente solução de traçado, tendo já sido alvo de uma análise de alternativas em fase de EIA, não foram equacionadas medidas com vista a evitar impactes, mas sim com vista a reduzir, reparar ou compensar os mesmos.
Reduzir	Quando não é possível evitar, os efeitos adversos podem ser reduzidos durante a conceção, construção ou desativação.	Prever muros de contenção de terras, em casos de afetação limítrofe.
Reparar	Quando os efeitos adversos não podem ser mais reduzidos, podem ser introduzidas medidas para limitar a sua influência, restaurando, reabilitando ou remediando o ambiente afetado.	Reconstrução de muros ou vedações de habitações, reabilitação de estradas e caminhos.
Compensar em espécie	Quando não são possíveis novos benefícios, e ainda há impactos residuais, pode ser apropriado disponibilizar medidas compensatórias que tentem equilibrar o efeito adverso com um efeito positivo comparável.	Criar melhores condições de acessibilidade, com ciclovias e passeios.
Compensar por outros meios	Quando não é possível compensar em espécie, em último recurso, pode tentar compensar-se por outros meios.	Processo de expropriação. Criação de espaços verdes urbanos e equipamentos públicos.

Fonte: Adaptado de IAIA, 2015

- **Valorização dos benefícios e as oportunidades, e apoio dos afetados a lidar com a mudança** – onde se desenvolveram as medidas de minimização e de compensação por forma a melhorar os benefícios e as oportunidades relacionadas com o projeto.

Plano de Gestão dos Impactos Sociais (PGIS) – Visou a implementação dos benefícios, das medidas de mitigação e de compensação e dos acordos de monitorização e acordos de governação estabelecidos, bem como dos planos para lidar com quaisquer problemas imprevistos, à medida que venham a surgir. Pretendeu-se no PGIS definir parcerias com vista à concretização das ações, parcerias essas que passem pela integração nos planos de atividades dos municípios e/ou juntas de freguesia de ações com vista à concretização do PGIS.

3.5 ETAPA 4: CRIAR E IMPLEMENTAR PROGRAMAS DE MONITORIZAÇÃO

A Etapa 4 centra-se no desenvolvimento e implementação de um Programa de Monitorização dos Impactes Sociais envolvendo os seguintes aspetos:

Definição dos pressupostos de Monitorização – Para monitorizar a mudança ao longo do tempo, é importante identificar e rastrear os indicadores sociais que meçam todos os possíveis impactos e quaisquer questões que possam dizer respeito às partes interessadas. Desenvolvidos os indicadores, estes terão de ser integrados no plano de monitorização.

Plano de monitorização – Definido com vista a conferir uma consideração cuidadosa à governação e à supervisão do processo de monitorização, para que haja legitimidade. O plano de monitorização define as bases para a futura monitorização bem como as respetivas dimensões a monitorizar,

constituindo um documento de trabalho dinâmico a ser revisto regularmente para determinar se todos os indicadores ainda são relevantes, se os métodos de medição permanecem apropriados (especialmente no contexto dos avanços tecnológicos) e se surgiram novas questões que deveriam ser incluídas no plano de monitorização.

Avaliação e análise periódica – Pretende-se que as avaliações sejam periódicas, iniciando-se com uma campanha de referência antes do início da fase de construção, para estabelecer uma base atualizada de referência dos parâmetros a monitorizar, e prolongando-se pela fase de construção e exploração.

4 ETAPA 3 – DESENVOLVER E IMPLEMENTAR ESTRATÉGIAS (PMCS / PGIS)

4.1 INTRODUÇÃO

Esta etapa centra-se no desenvolvimento e implementação de estratégias, ou seja, na identificação das medidas compensatórias face às situações de vulnerabilidade identificadas e respetivos procedimentos de gestão das mesmas. Estes objetivos são concretizados através da elaboração do Programa de Medidas Compensatórias Sócio Económicas (PMCS) e Plano de Gestão dos Impactos Sociais (PGIS), descritos nos capítulos seguintes.

4.2 PROGRAMA DE MEDIDAS COMPENSATÓRIAS SOCIOECONÓMICAS

4.2.1 OBJETO DO PROGRAMA

As medidas de compensação são definidas quando há alteração significativa e/ou irreversível da situação de referência (antes do projeto) e há um dano muito significativo para o bem-estar individual e/ou da comunidade.

Estas medidas visam atenuar os efeitos negativos resultantes desses impactos não mitigáveis e pressupõem uma relação direta entre a situação de referência e a situação após o Projeto, devendo ser definidas com base em critérios de equidade, proporcionalidade, subsidiariedade, legalidade e justiça. São definidas medidas para as diferentes fases de desenvolvimento do projeto - Antes do Início da Obra/Fase de Pré-Construção, Fase de Construção e Fase de Exploração.

Efetuada a reavaliação de impactos do Projeto em fase de Projeto de Execução, identifica-se o impacto negativo da interferência com 243 habitações, 58 atividades económicas, 7 habitações/atividade económica mista, 21 outras construções e 1 equipamento desportivo, que não foi possível evitar ou minimizar. Desta forma, surge a necessidade de propor um conjunto de medidas compensatórias para estas situações, as quais se identificam e caracterizam nos capítulos seguintes.

4.2.2 MEDIDAS DE COMPENSAÇÃO

Tendo por base o trabalho desenvolvido relativamente à Avaliação de Impactes Sociais (ver Anexo 11-01 incluído no Tomo 10.02.04 – ANEXOS), propõe-se um conjunto de 12 medidas compensatórias focadas nas situações individuais, atividades económicas, equipamentos, bem como, na comunidade. No Quadro 2, listam-se as medidas compensatórias propostas e identificam-se os interessados alvo.

Quadro 2 – Medidas compensatórias propostas e interessados alvo

MEDIDA	DESIGNAÇÃO	INTERESSADO ALVO
MC0	Processo de expropriação	Situações individuais – Habitações, atividades económicas, outras construções
MC1	Realojamento das famílias afetadas em habitação própria, digna e semelhante à sua habitação na situação de origem, respeitando e permitindo a manutenção do seu modo de vida.	Situações individuais
MC2	Opção de expropriação para a situações de interessados que, não sendo demolidos, se localizam contiguamente à área de intervenção	Situações individuais

MEDIDA	DESIGNAÇÃO	INTERESSADO ALVO
MC3	Identificação de localização alternativa para a deslocalização da atividade e Apoio económico para a deslocalização da atividade	Atividades económicas
MC4	Criação de parques e zonas de lazer em áreas onde o projeto define tuneis <i>cut and cover</i>	Comunidade
MC5	Criação de percursos pedonais e/ou cicláveis, nos locais intervencionados e/ou caminhos de serviço que possuam características que permitam o usufruto por parte da população residente	Comunidade
MC6	Intervenções com vista a garantir a criação de espaços públicos e de recreio e lazer nos lugares afetados pela LAV	Comunidade
MC7	Criação de um Grupo de Apoio à Comunidade	Situações individuais, Comunidade
MC8	Intervenção de reabilitação das edificações afetadas localizadas na proximidade da LAV no sentido da melhoria do seu desempenho térmico/ acústico	Situações individuais e Comunidade
MC9	Criação de uma Bolsa Social com vista a financiar ações concretas	Situações individuais e Comunidade
MC10	Construção de travessias da LAV (passagens pedonais e viárias) de modo a preservar as condições de comunicação, mobilidade e convívio entre a comunidade em condições semelhantes	Comunidade
MC11	Utilização de pavimento que atenua o efeito do ruído nos restabelecimentos	Comunidade
MC12	Construção de Campo desportivo alternativo	Equipamento

Considerando os tipos de situações relativas aos interessados afetados, verifica-se que as medidas se distribuem da forma que se apresenta no Quadro 3.

Quadro 3 – Atribuição das medidas compensatórias por tipo de caso

TIPOLOGIA	TIPO DE AFETAÇÃO	VULNERABILIDADE	MEDIDA
Situações individuais	Direta - Habitação	Agregado numeroso	MC0, MC 1, MC 7, MC 9
		Agregado com menores	
		Agregado com desempregados	
		Agregado com idosos	
		Agregado com pessoas com deficiência, com rendimentos oriundos de apoios sociais, e outros	
		Sem Informação / Sem situação de vulnerabilidade	MC0, MC 7
	Direta – Outras construções (anexos urbanos e rurais)	NA	MC 0
Atividades económicas	Direta - propriedade	NA	MC0
	Indireta - Habitação	NA	MC 2
	Direta - Instalações de empresa	Empresa dependente de condições locais	MC0, MC 3
		Empresa com trabalhadores com relações familiares	MC0, MC 3
		Empresa não integrada em espaços de atividades económicas	MC0, MC 3
		Sem situação de vulnerabilidade	MC0, MC 3

TIPOLOGIA	TIPO DE AFETAÇÃO	VULNERABILIDADE	MEDIDA
	Direta - Propriedade	NA	MC0
Outras construções	Direta – Todos os casos	NA	MC0
Equipamentos			MC12
Comunidade	Indireta – Efeito barreira	NA	MC 4, MC 5, MC 6, MC 7, MC 9, MC10. MC11

4.3 PLANO DE GESTÃO DE IMPACTES SOCIAIS

4.3.1 INTRODUÇÃO

A atualização da análise de impactes efetuada no Anexo 11-01, incluído no Tomo 10.02.04-ANEXOS mostra que a implementação do Lote A da Linha de Alta Velocidade entre Porto (Campanhã) e Oíã originará significativos impactes negativos ao nível social, com relevo nas zonas onde ocorrem intervenções ao nível da ocupação coincidente com habitações, atividades económicas, com afetação do normal funcionamento das povoações e do bem-estar das pessoas que nelas vivem, trabalham ou visitam, o que é expectável, considerando o tipo de projeto e a densidade e dinâmicas do meio urbano em que se insere.

Contudo, a fase de construção constitui, também, um período de criação e abertura de oportunidades, nomeadamente ao nível da criação de emprego e do efeito da aquisição de bens e serviços necessários para a obra.

Importa, assim, assegurar a melhor gestão possível dos impactes negativos, mas também das oportunidades. Para tal, importa que essa gestão seja orientada por princípios de sustentabilidade social e não apenas por preocupações de mitigação de impactes negativos.

Gerir os impactes e medidas numa perspetiva de sustentabilidade social significa, por um lado, ter uma perspetiva global, abrangente e articulada dos impactes e da sua gestão e, por outro lado e concomitantemente, significa também que a gestão é orientada por critérios e desígnios de sustentabilidade e responsabilidade social, nomeadamente bem-estar, equidade, justiça, coesão e vitalidade social.

Dito de outra forma, um projeto, para ser socialmente sustentável, tem que, na sua conceção e implementação, incorporar, entre os seus objetivos, o bem-estar das populações afetadas, em particular os segmentos mais vulneráveis ou desfavorecidos. Na prática, esta perspetiva traduz-se, como mencionado no capítulo introdutório, nas seguintes orientações:

- Mitigar, ao máximo, os impactes negativos;
- Maximizar, ao máximo, os impactes positivos;
- Assegurar a equidade na distribuição dos benefícios e justiça na compensação dos prejuízos, tendo em particular consideração as situações de maior vulnerabilidade social e desfavorecimento;
- Envolvimento das partes interessadas e afetadas, governança aberta e participada.

Nas secções seguintes será abordada a estrutura de gestão de impactes para a fase de construção, serão propostas orientações gerais para a gestão dos impactes sociais e socioeconómicos da globalidade da obra. Paralelamente, e dando seguimento ao disposto na DIA, no PGIS, caracteriza-se cada medida de compensação proposta, quanto aos seus objetivos, âmbito, abrangência territorial, responsável, e forma de implementação ou ações a desenvolver, referindo-se ainda os indicadores a considerar na sua monitorização.

O PGIS é assim estruturado na definição de:

- Orientações gerais para a gestão dos impactes;
- Orientações específicas por medida definindo em concreto: os objetivos, o âmbito, a abrangência territorial, o responsável pela implementação da medida, a forma de implementação ou ações a desenvolver e indicadores para a monitorização.

4.3.2 ORIENTAÇÕES GERAIS PARA A GESTÃO DOS IMPACTES DO PROJETO

São apresentadas seguidamente as orientações gerais para a gestão dos impactes sociais.

Antes do início da obra:

- Operacionalizar a Estrutura de Gestão de Impactes do Consórcio LusoLav;
- Operacionalizar a Estrutura de Gestão de Impactes das empresas construtoras;
- Definir o Plano de Obra;
- Estruturar com as empresas construtoras um plano de maximização da criação de emprego local e de aquisição local de bens e serviços;
- Definir e operacionalizar o Plano de Circulações, de acordo com os Municípios e forças de segurança pública;
- Operacionalizar o Plano de Comunicação;
- Definir e operacionalizar os mecanismos de reclamação e resposta;
- Definir e operacionalizar o Programa de Monitorização de Impactes Sociais (apresentado no capítulo seguinte);
- Apresentação pública da obra, tempo de duração e faseamento da obra, informação geral sobre os condicionamentos que vai provocar;
- Estabelecer comunicação com proprietários dos imóveis a expropriar; negociar e indemnizar;
- Estabelecer e manter comunicação com os proprietários de negócios localizados junto das frentes de obra, informar sobre os condicionamentos da obra, e estabelecer bases e condições para eventuais indemnizações ou outro tipo de compensações, em caso de necessidade;
- Estabelecer e manter comunicação com juntas de freguesia relativamente a áreas residenciais mais suscetíveis de serem afetadas por incómodos ambientais e problemas de segurança, acessibilidade local e circulações;

- Estabelecer e manter comunicação com as entidades responsáveis por equipamentos localizados na envolvente da obra e informar sobre eventuais incómodos e condicionamentos de acessibilidade;
- Estabelecer e manter comunicação e articulação com as empresas concessionárias de serviços afetados pela obra.

Durante a obra:

- Continuar a implementar o plano de maximização da criação de emprego local e de aquisição local de bens e serviços e monitorizar os efeitos no emprego e nas atividades económicas;
- Manter articulação permanente com os municípios envolvidos;
- Manter comunicação com os proprietários de negócios localizados junto das frentes de obra, informar sobre os condicionamentos da obra, e estabelecer bases e condições para eventuais indemnizações ou outro tipo de compensações, em caso de necessidade;
- Manter comunicação com juntas de freguesia relativamente a áreas residenciais mais suscetíveis de serem afetadas por incómodos ambientais e problemas de segurança, acessibilidade local e circulações;
- Manter comunicação com as entidades responsáveis por equipamentos localizados na envolvente da obra e informar sobre eventuais incómodos e condicionamentos de acessibilidade.
- Manter articulação com as empresas concessionárias de serviços afetados pela obra;
- Gerir reclamações, dar resposta rápida e atempada; aferir a eficiência e suficiência do mecanismo de reclamações e resposta e introduzir as melhorias ou correções que se afigurem necessárias;
- Gerir circulações e acessibilidades locais e a nível da área de influência do projeto;
- Implementar as medidas de mitigação e potenciação definidas no RECAPE e DCAPE e que deverão ser integradas no Plano de Gestão Ambiental;
- Monitorizar impactes e medidas, propor novas medidas se necessário.

Depois de finalizada a obra:

- Assegurar a adequada recuperação das áreas afetadas temporariamente;
- Concluir processos de indemnização ou compensação;
- Balanço geral da fase de obra.

4.3.3 ORIENTAÇÕES ESPECÍFICAS POR MEDIDA

Dando cumprimento ao disposto na DIA de seguida descreve-se com detalhe cada medida e respetiva forma de implementação /gestão.

Quadro 4 – Caracterização da Medida Compensatória MC0.

MC0	Medida de compensação	Processo de Expropriação			
Âmbito		Situação individual ☒	Ativ. Económicas ☒	Equipamentos ☒	Comunidade ☒
Responsável	Concessionária / ACE Municípios				
Âmbito territorial	Município	Todos			
	Freguesia(s)	Todos			
Fase	Momento prévio à obra				
Objetivos					
Tal como mencionado no RS do EIA (pp. 5-303) “<i>Trata-se de processos que, embora enquadráveis na fase de construção, extravasam, efetivamente, esta fase, na medida em que começam, efetivamente, antes das ações de construção se iniciarem no terreno e podem prolongar-se pela fase de funcionamento, nos casos em que o processo é litigioso e há recurso aos tribunais.</i> <i>Como estes processos e respetiva tramitação se encontram regulados no Código das Expropriações (aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de setembro, republicado em anexo à Lei n.º 56/2008, de 4 de setembro), considera-se, frequentemente, que constituem um processo com uma lógica própria que vai para além da lógica da avaliação dos impactes do projeto e, que, portanto, a regulação configurada na lei é suficiente para assegurar que tais processos decorrerão de forma correta e justa.</i> <i>Os processos de expropriação são uma forma de indemnização e compensação pelos impactes do projeto, pelo que o seu adequado desenvolvimento é da responsabilidade do dono de obra, e deve ser objeto de cuidado acompanhamento, gestão e monitorização.”</i>					
Forma de Implementação / Ações a desenvolver					
Retoma-se o mencionado no EIA (pp5-303): “Para além da aplicação adequada dos princípios da justa indemnização, legalidade, justiça, igualdade, proporcionalidade, imparcialidade e boa-fé, é necessário assegurar o cumprimento de outras regras básicas, nomeadamente: - Os expropriados devem ser adequadamente informados sobre o processo de expropriação e os direitos que lhes assistem nesse processo; - Os valores de expropriação, propostos a negociação, não devem ser inferiores aos estabelecidos nas bases de expropriação ou aos estabelecidos por peritagem; - Nos casos de agregados familiares mais desfavorecidos e vulneráveis em que o valor de expropriação dos recursos (por exemplo, de habitação) seja insuficiente para a aquisição de recursos funcionalmente semelhantes, os valores das compensações devem ser majorados por forma a possibilitarem uma aquisição de recursos alternativos que assegurem, suficientemente, o bem-estar das famílias; - Os agregados familiares mais desfavorecidos e vulneráveis que não sejam proprietários dos recursos expropriados, mas sim arrendatários, devem ser apoiados no sentido de encontrarem situações alternativas, sobretudo no que respeita a habitação; - Não deve ocorrer qualquer tipo de ocupação, temporária ou definitiva, ou afetação dos terrenos a expropriar sem a expressa autorização dos proprietários ou, na ausência desta e em caso de litígio, antes da efetiva posse administrativa dos terrenos; (...).”					

Exemplo(s) de implementação

-

Dimensões a Monitorizar	- Processos de expropriação: satisfação ou insatisfação dos afetados com os processos de expropriação; causas.
--------------------------------	--

Medidas compensatórias relacionadas	MC2
--	-----

Quadro 5 – Caracterização da Medida Compensatória MC1.

MC1	Medida de compensação	Realojamento das famílias afetadas em habitação própria, digna e semelhante à sua habitação na situação de origem, respeitando e permitindo a manutenção do seu modo de vida			
Âmbito	Situação individual	Ativ. Económicas	Equipamentos	Comunidade	
	☒	☐	☐	☐	
Responsável	Concessionária / ACE Municípios				
Âmbito territorial	Município	Todos			
	Freguesia(s)	Todos			
Fase	Momento prévio à obra				
Objetivos					
Esta medida visa identificar e implementar, de forma antecipada à execução da obra, soluções adequadas para o realojamento das famílias afetadas, assegurando que as novas habitações apresentem condições de habitabilidade equivalentes ou superiores às da situação de origem. Pretende-se garantir a preservação da qualidade de vida, das rotinas e do contexto socioeconómico das famílias, minimizando a rutura com o seu meio envolvente e a sua rede de apoio. O processo deverá respeitar as preferências e necessidades dos agregados familiares, promovendo um diálogo contínuo com os interessados e assegurando que as soluções propostas sejam sustentáveis e adequadas a longo prazo.					
Forma de Implementação / Ações a desenvolver					
A implementação desta medida deverá assentar numa estreita articulação com os municípios e outras entidades competentes, com vista a garantir soluções de realojamento eficazes e adequadas às necessidades dos agregados familiares afetados. As principais ações incluem: - Levantamento de imóveis disponíveis no município, que sejam passíveis de serem utilizados para o realojamento, assegurando que cumprem os critérios de habitabilidade e proximidade aos locais de trabalho, estudo e serviços essenciais. - Identificação de terrenos municipais suscetíveis de virem a ser alvo de operações urbanísticas destinadas à construção de novas habitações para realojamento, considerando prazos de execução compatíveis com o calendário da obra.					

-Avaliação de outras soluções de realojamento, incluindo a aquisição ou arrendamento de imóveis no mercado privado, parcerias com entidades públicas ou privadas para disponibilização de habitação, ou recurso a programas de habitação social, caso as alternativas anteriores não se revelem viáveis.

-Análise e detalhe da componente legal associada a este tipo de procedimento, designadamente no que se refere ao acordo/protocolo a desenvolver entre a concessionária e os municípios.

-Envolvimento das famílias afetadas no processo de escolha e adaptação das soluções, garantindo que as opções propostas respeitam as suas necessidades, preferências e modo de vida.

-Acompanhamento técnico e social contínuo até à concretização do realojamento, assegurando a resolução de eventuais constrangimentos e a integração plena das famílias no novo local de residência.

Exemplo(s) de implementação

Como exemplo destaque para a situação na freguesia de Campanhã onde está a ser equacionado a possibilidade de realojamento de arrendatários em propriedade habitações a serem construídas pelo ACE em terreno do Município.

Dimensões a Monitorizar	- Processos de realojamento / realocização: satisfação ou insatisfação dos abrangidos pelos processos de realojamento; causas.
Medidas compensatórias relacionadas	MC7

Quadro 6 – Caracterização da Medida Compensatória MC2

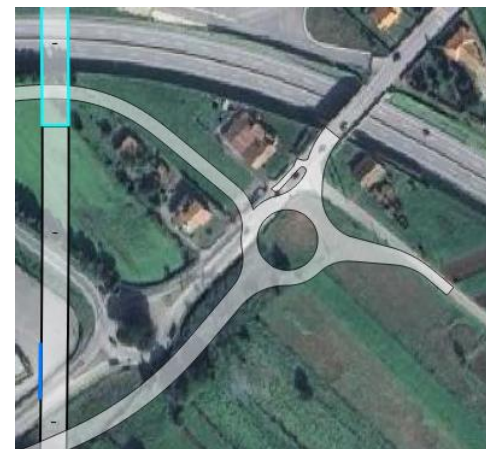
MC2	Medida de compensação	Opção de expropriação			
Âmbito		Situação individual ☒	Ativ. Económicas ☐	Equipamentos ☐	Comunidade ☐
Responsável		Concessionária / ACE Municípios			
Âmbito territorial		Município	Todos		
		Freguesia(s)	Todos		
Fase		Momento prévio à obra			
Objetivos					
Esta medida tem como objetivo facultar aos proprietários e residentes de imóveis que, embora não sejam alvo de afetação direta, se localizam na proximidade imediata da área de intervenção e poderão vir a sofrer impactes significativos — como ruído, vibrações ou perda de qualidade de vida — a possibilidade de optarem pela expropriação voluntária do seu imóvel. Pretende-se, desta forma, assegurar que os interessados dispõem de uma alternativa justa e transparente, que lhes permita tomar uma decisão informada e alinhada com os seus interesses, garantindo simultaneamente uma compensação adequada ao valor do bem e às condições de mercado.					

Forma de Implementação / Ações a desenvolver

A implementação desta medida deverá assentar numa estreita articulação entre a concessionária e os interessados afetados (indiretamente). As principais ações incluem:

- **Articulação com a entidade expropriante** para definir critérios claros de elegibilidade, abrangendo imóveis não afetados diretamente, mas situados numa zona de influência direta do projeto, onde se verifiquem impactes relevantes (ruído, vibrações, acessibilidade, qualidade de vida). A considerar no contacto com os interessados nas reuniões relativas ao processo de expropriação em que deverão ser contactados todos os interessados independentemente de estarem integrados no polígono de expropriação.
- **Levantamento e avaliação** de todos os imóveis potencialmente abrangidos, com base em critérios técnicos e socioeconómicos previamente acordados.
- **Disponibilização de informação transparente** aos proprietários, explicando o processo de expropriação, critérios de valorização do imóvel, direitos e prazos.
- **Avaliação independente** para determinação do valor de mercado e das compensações aplicáveis, garantindo equidade e conformidade legal.
- **Formalização da opção de expropriação** mediante termo de aceitação do interessado, seguido da tramitação legal junto das entidades competentes.
- **Apoio no processo de transição**, incluindo informação sobre alternativas habitacionais, caso o proprietário opte por permanecer na área.

Exemplo(s) de implementação



Dimensões a Monitorizar

- Processos de expropriação: satisfação ou insatisfação dos afetados com os processos de expropriação; causas.

Medidas compensatórias relacionadas

MC0

Quadro 7 – Caracterização da Medida Compensatória MC3

MC3	Medida de compensação	Identificação de localização alternativa para a deslocalização da atividade			
Âmbito		Situação individual ☐	Ativ. Económicas ☒	Equipamentos ☒	Comunidade ☐
Responsável		Concessionária / ACE Municípios			
Âmbito territorial		Município	Aveiro, Albergaria-a-Velha; Ovar; Sta. Maria da Feira; Vila Nova de Gaia		
		Freguesia(s)	Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz; São João de Loure e Frossos; Albergaria-a-Velha e Valmaior; Ovar, São João, Arada e São Vicente de Pereira Jusã; Esmoriz; Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo; Grijó e Sermonde; Canelas; Mafamude e Vilar do Paraíso		
Fase		Momento prévio à obra			
Objetivos					
Esta medida tem como objetivo identificar, de forma atempada e planeada, locais alternativos para a instalação das atividades económicas afetadas pela construção da ferrovia, assegurando a sua continuidade operacional e minimizando os impactos socioeconómicos associados à deslocalização. Pretende-se que as novas localizações sejam o mais próximo possível dos locais de origem, preferencialmente no mesmo município ou em municípios limítrofes, de modo a preservar a base de clientes, manter a rede de fornecedores e reduzir alterações significativas na mobilidade dos trabalhadores. A medida visa ainda garantir que as novas instalações respeitam as necessidades funcionais e técnicas de cada atividade, promovendo a sustentabilidade do negócio no médio e longo prazo.					
Forma de Implementação / Ações a desenvolver					
A medida será implementada através de um processo articulado entre a concessionária, as autarquias locais e atividades económicas (ou associações empresariais), visando garantir a identificação e disponibilização de locais alternativos adequados. A metodologia envolverá levantamentos técnicos, avaliação de requisitos específicos das atividades afetadas e concertação com os operadores económicos para assegurar a adequação das soluções propostas. - Levantamento e caracterização das atividades afetadas: a implementação desta medida inicia-se com o levantamento e caracterização detalhada das atividades económicas afetadas, identificando empresas, serviços e unidades comerciais impactados, bem como recolhendo informações sobre a área necessária, requisitos técnicos, número de trabalhadores e tipo de operação. - Mapeamento de locais disponíveis e potenciais: proceder ao mapeamento de locais disponíveis ou com potencial para receber estas atividades, incluindo terrenos, edifícios e áreas já infraestruturadas em zonas industriais, comerciais ou de serviços. Realizar reuniões com os municípios para avaliar a disponibilidade de espaços livres nos espaços de atividades económicas como tal definidos nos PDM, ou em alternativa avaliar, nos processos de alteração dos PDM para integração da nova infraestrutura (Medida do descritor Ordenamento do Território) novas áreas para este fim. - Análise de compatibilidade e viabilidade: realizar a análise dos locais selecionados, avaliando aspetos como logística, acessibilidade, custos de adaptação e enquadramento legal ou urbanístico, sempre considerando os impactos no abastecimento, na base de clientes e na mão-de-obra. - Consulta e concertação com os operadores: o processo inclui uma fase de consulta e concertação com os operadores económicos, através de reuniões destinadas a discutir opções, necessidades e restrições, bem como a negociar prazos, condições e eventuais apoios.					

- **Definição e implementação do plano de deslocalização:** definir e implementar o plano de deslocalização para cada atividade, garantindo o apoio técnico e logístico necessário à mudança.
- **Monitorização e acompanhamento até ao final do processo:** monitorizar e acompanhar até ao final do processo assegurando que a atividade se encontra plenamente operacional no novo local e avaliando a eficácia da medida, de modo a mitigar eventuais problemas residuais.

Exemplo(s) de implementação



Exemplo no Município de Aveiro



Exemplo no Município de Vila Nova de Gaia

Dimensões a Monitorizar

- Processos de relocalização: satisfação ou insatisfação dos abrangidos pelos processos de relocalização; causas.
- Afetação indireta de atividades económicas
- Efeitos diretos da obra no emprego e na economia local

Medidas compensatórias relacionadas

MC0

Quadro 8 – Caracterização da Medida Compensatória MC4

MC4	Medida de compensação	Criação de parques e zonas de lazer em áreas onde o projeto define túneis <i>cut and cover</i>			
Âmbito		Situação individual ☐	Ativ. Económicas ☐	Equipamentos ☐	Comunidade ☒
Responsável		Concessionária / ACE Municípios			
Âmbito territorial		Município	Aveiro; Vila Nova de Gaia		
		Freguesia(s)	Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz; Serzedo e Perosinho; Canelas		
Fase		Fase posterior à obra			
Objetivos					
Esta medida tem como objetivo valorizar e requalificar as áreas de superfície onde a ferrovia será implantada em túnel do tipo <i>cut and cover</i> , através da criação de parques e zonas de lazer acessíveis à população. Pretende-se, assim, transformar o impacto físico temporário da obra numa oportunidade de regeneração urbana e paisagística, proporcionando espaços verdes de convívio, recreio e prática desportiva, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida das comunidades locais e para a integração harmoniosa da infraestrutura ferroviária no território.					
Forma de Implementação / Ações a desenvolver					
A medida será concretizada através da integração, no projeto de arranjo paisagístico do Projeto, de áreas de lazer e espaços verdes nas zonas de superfície resultantes da execução de túneis do tipo <i>cut and cover</i> . A aplicação será avaliada caso a caso, tendo em conta as características do local, o contexto urbanístico e as necessidades da comunidade, de forma a assegurar a pertinência e a viabilidade das intervenções. A conceção destes espaços será desenvolvida em articulação com as autarquias e com a participação da população local, garantindo a criação de áreas atrativas, seguras e multifuncionais.					
- Identificação, no traçado do projeto, das áreas de superfície sobre túneis <i>cut and cover</i> com potencial para instalação de parques ou zonas de lazer. - Avaliação de pertinência de cada caso, considerando densidade populacional, acessibilidade, carência de espaços verdes e compatibilidade com outros usos previstos. - Incorporação das áreas selecionadas no projeto de arranjo paisagístico, definindo configuração, elementos de mobiliário urbano, vegetação e equipamentos de recreio ou desporto, privilegiando soluções sustentáveis e de baixa manutenção. - Consulta a entidades locais e à comunidade para recolha de contributos e adaptação do desenho dos espaços às preferências e necessidades dos utilizadores. - Coordenação da execução das obras com o calendário geral da construção da ferrovia, garantindo a abertura dos espaços à população numa fase próxima da entrada em funcionamento da infraestrutura. - Implementação de um plano de manutenção inicial e estabelecimento de protocolos com as entidades competentes para gestão e conservação a longo prazo.					

Exemplo(s) de implementação



Exemplo no Município de Aveiro



Dimensões a Monitorizar

Alteração do grau de valorização/ identificação com os espaços de residência, outros espaços sociais e a comunidade, resultante das modificações espaciais e ambientais provocadas pela presença e funcionamento da ferrovia.

Efeitos das novas estruturas de lazer criadas após a construção da ferrovia

Medidas compensatórias relacionadas

MC 5

Quadro 9 – Caracterização da Medida Compensatória MC5

MC5	Medida de compensação	Criação de percursos pedonais e/ou cicláveis, nos locais intervencionados e/ou caminhos de serviço que possuam características que permitam o usufruto por parte da população residente		
Âmbito	Situação individual ☐	Ativ. Económicas ☐	Equipamentos ☐	Comunidade ☒
Responsável	Concessionária / ACE Municípios			
Âmbito territorial	Município	Todos		
	Freguesia(s)	Todos		
Fase	Fase posterior à obra			
Objetivos				
Esta medida tem como objetivo promover a valorização e requalificação dos espaços afetados pela construção da ferrovia, através da criação de percursos pedonais e/ou cicláveis que favoreçam a mobilidade suave e o bem-estar da população residente. Ao aproveitar caminhos de serviço e zonas intervencionadas com potencial de usufruto, pretende-se reforçar a ligação entre comunidades, incentivar estilos de vida ativos e contribuir para uma maior integração paisagística e funcional do território transformado.				
Forma de Implementação / Ações a desenvolver				
A implementação desta medida deverá iniciar-se com um levantamento técnico dos caminhos de serviço associados à nova infraestrutura ferroviária, identificando aqueles que apresentam condições adequadas para reconversão em percursos pedonais e/ou cicláveis. Seguidamente, será desenvolvido um plano de integração territorial que assegure a continuidade e conectividade dos trajetos, promovendo ligações funcionais entre localidades vizinhas e entre diferentes municípios. A medida deve ser implementada no final da obra. As ações a desenvolver incluem: -Avaliação da acessibilidade e segurança dos caminhos existentes. -Adaptação da infraestrutura com pavimentação adequada, sinalização e iluminação. -Criação de zonas de descanso e pontos de interesse ao longo dos percursos. -Articulação com os planos municipais de mobilidade e ordenamento do território. -Envolvimento das comunidades locais no desenho dos trajetos, garantindo que respondem às suas necessidades e hábitos de deslocação. Esta abordagem visa assim transformar os impactos da construção ferroviária em oportunidades de coesão territorial, mobilidade sustentável e valorização do espaço público				
Exemplo(s) de implementação				
-				

Dimensões a Monitorizar	Efeitos das novas acessibilidades proporcionadas pela ferrovia (área de influência das novas Estações, e dos restabelecimentos) no território (transformação, desenvolvimento ou retração da ocupação urbana, industrial, agrícola, florestal, turística), na rede urbana (evolução da população residente, edificado, equipamentos) e na economia e emprego locais (evolução do tecido empresarial e dos níveis de emprego nos concelhos afetados)
Medidas compensatórias relacionadas	MC4

Quadro 10 – Caracterização da Medida Compensatória MC6

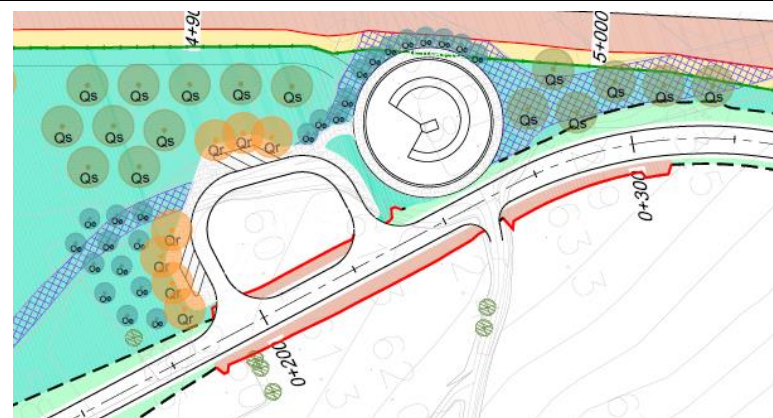
MC6	Medida de compensação	Intervenções com vista a garantir a criação de espaços públicos e de recreio e lazer nos lugares afetados pela LAV			
Âmbito	Situação individual	Ativ. Económicas	Equipamentos	Comunidade	
	☐	☐	☐	☒	
Responsável	Concessionária / ACE Municípios				
Âmbito territorial	Município	Todos			
	Freguesia(s)	Todos			
Fase	Fase de obra e fase posterior à obra				
Objetivos					
Esta medida tem como objetivo dotar as comunidades localizadas na área de implementação e envolvente da Linha de Alta Velocidade (LAV) de novos espaços públicos, recreativos e de lazer, de forma a compensar a perda ou redução de valências resultantes da construção da infraestrutura. Pretende-se, assim, promover a qualidade de vida e o bem-estar da população, criando áreas de uso coletivo que favoreçam a convivência, a prática de atividades desportivas, culturais e recreativas, ou o usufruto de zonas verdes. A medida aplica-se a situações em que não seja viável implementar as medidas 4 e 5, sendo por isso equacionadas soluções alternativas nas áreas próximas da LAV, ainda que não diretamente afetadas pela obra, mas capazes de gerar benefícios significativos para a comunidade interessada.					
Forma de Implementação / Ações a desenvolver					
A implementação desta medida deverá passar por três fases principais, primeiro o diagnóstico e planeamento participativo, por forma a compreender as necessidades reais da comunidade; depois pela conceção dos espaços com base nas prioridades levantadas e em coordenação com as autoridades locais; e por fim com a execução e entrega dos espaços à comunidade, garantindo manutenção dos mesmos e uso ativo. As ações a desenvolver incluem: - Diagnóstico e envolvimento comunitário: proceder à auscultação das comunidades afetadas, identificando as suas necessidades e expectativas através de reuniões públicas, inquéritos e visitas aos locais. Realiza-se o mapeamento dos espaços com potencial para implantação das áreas de lazer, bem como a análise das perdas de valências provocadas pela obra. Identificar a tipologia de utilizadores mais relevantes, como crianças, jovens, idosos ou famílias, para orientar a conceção dos espaços.					

- **Definição do programa de intervenção:** com base no diagnóstico, definem-se as tipologias de espaços mais adequadas — como parques infantis, zonas verdes, polidesportivos, praças culturais ou hortas comunitárias — e os critérios para a sua localização, garantindo acessibilidade, segurança e integração paisagística. Nesta etapa assegura-se que o desenho é inclusivo e sustentável, recorrendo a soluções como espécies autóctones, iluminação eficiente e drenagem natural, de forma a promover o uso contínuo e harmonioso com o meio envolvente.

- **Elaboração do projeto:** desenvolvimento de propostas de arquitetura e paisagismo, integrando infraestruturas complementares como mobiliário urbano, zonas de sombra, sinalética, bebedouros e sanitários, sempre respeitando critérios de acessibilidade universal. Inclui-se a articulação com autoridades locais e entidades gestoras, bem como a definição de responsabilidades pela manutenção futura. Após aprovação, a execução deve ser acompanhada de comunicação clara à população e culminar na entrega do espaço com eventos comunitários que incentivem a sua utilização.

Exemplo(s) de implementação

- Requalificação de Largos e jardins
- Criação de Parques de Merendas
- Medidas de mitigação sonora (instalação de barreiras acústicas) - previstas no fator ambiental Ambiente Sonoro
- Medidas de mitigação paisagística (reflorestação e recuperação de zonas verdes danificadas) – Previstas no fator ambiental paisagem.



Exemplo no município de Aveiro

Dimensões a Monitorizar	Efeitos das novas estruturas de lazer criadas após a construção da ferrovia
Medidas compensatórias relacionadas	MC4

Quadro 11 – Caracterização da Medida Compensatória MC7

MC7	Medida de compensação	Criação de um Grupo de Apoio à Comunidade			
Âmbito	Situação individual	Ativ. Económicas	Equipamentos	Comunidade	
	☐	☐	☐	☒	
Responsável	Concessionária / ACE				
Âmbito territorial	Município	Todos			
	Freguesia(s)	Todos			
Fase	Fase anterior à obra; Fase de construção				
Objetivos					
Esta medida tem como objetivo assegurar um acompanhamento próximo e humanizado às comunidades afetadas pela construção da ferrovia, através da criação de um Grupo de Apoio à Comunidade. Este grupo será responsável por prestar apoio técnico, jurídico e social durante o processo de expropriação, bem como garantir uma comunicação clara e eficaz sobre as medidas compensatórias a aplicar. Pretende-se, assim, promover a confiança, mitigar os impactos sociais e assegurar que os direitos e interesses da população residente são devidamente considerados e respeitados ao longo de todo o processo. Esta medida visa garantir que o processo de expropriação e compensação decorre com respeito pela dignidade das pessoas envolvidas, promovendo uma resposta socialmente justa e inclusiva.					
Forma de Implementação / Ações a desenvolver					
A medida será operacionalizada através da constituição de um Grupo de Apoio à Comunidade, sob gestão direta do concessionário responsável pelo Projeto. Este grupo deverá integrar profissionais qualificados na área das ciências sociais, nomeadamente psicólogos e sociólogos, garantindo uma abordagem sensível e especializada às necessidades das populações afetadas. As principais ações a desenvolver incluem: - Identificação e contacto com os interessados afetados, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade social e/ou económica, conforme identificado na fase de RECAPE. - Realização de visitas e entrevistas presenciais, com o objetivo de compreender os impactos individuais e familiares, e propor soluções ajustadas a cada caso. - Encaminhamento para entidades competentes, como serviços sociais, autarquias ou organizações da sociedade civil, assegurando o acompanhamento dos processos até à sua resolução. - Reativação de contactos com interessados não localizados na fase de RECAPE, com vista a despistar novas situações de vulnerabilidade e garantir que nenhum caso relevante fica por apoiar. - Criação de registos e relatórios periódicos, que documentem os casos acompanhados, as ações desenvolvidas e os resultados obtidos, promovendo transparência e melhoria contínua.					

Exemplos) de implementação

-	
Dimensões a Monitorizar	Alteração do grau de valorização/ identificação com os espaços de residência, outros espaços sociais e a comunidade Afetação do bem-estar
Medidas compensatórias relacionadas	-

Quadro 12 – Caracterização da Medida Compensatória MC8

MC8	Medida de compensação	Intervenção de reabilitação das edificações afetadas localizadas na proximidade da LAV no sentido da melhoria do seu desempenho térmico/acústico			
Âmbito		Situação individual ☐	Ativ. Económicas ☐	Equipamentos ☐	Comunidade ☒
Responsável		Concessionária / ACE			
Âmbito territorial		Município	Todos		
		Freguesia(s)	Todos		
Fase		Durante a obra / Fase posterior à obra			
Objetivos					
O objetivo desta medida é assegurar que as edificações localizadas na proximidade LAV, e que sejam afetadas pelo impacto indireto da sua implementação, beneficiem de intervenções de reabilitação orientadas para a melhoria do desempenho térmico e acústico. Pretende-se, assim, mitigar os efeitos decorrentes da nova infraestrutura — nomeadamente o aumento do ruído e eventuais alterações nas condições de conforto ambiental — através da aplicação de soluções construtivas adequadas, como o reforço de isolamento, substituição de vãos ou melhoria dos sistemas de ventilação. Esta abordagem visa não só preservar a qualidade de vida e o bem-estar dos residentes, mas também promover a valorização e requalificação do edificado, garantindo que as comunidades afetadas possam usufruir de condições habitacionais adequadas e sustentáveis no longo prazo.					
Forma de Implementação / Ações a desenvolver					
A medida deve ser implementada em três etapas: i) Levantamento e diagnóstico técnico das edificações potencialmente afetadas pela proximidade da LAV, identificando as necessidades específicas de melhoria térmica e acústica; ii) Definição e aprovação de soluções de reabilitação adequadas a cada caso, em articulação com os proprietários; iii) Execução das intervenções, garantindo conformidade técnica, qualidade e cumprimento dos objetivos de mitigação. As principais ações a desenvolver incluem:					

- Levantamento e diagnóstico técnico: identificar as construções na proximidade da LAV que apresentem impactos relevantes em termos de conforto térmico e acústico. Levantamento tendo por base as vistorias técnicas previstas (cumprimento da Medida de Minimização 49) para identificar patologias construtivas complementado com campanha de monitorização para medir níveis de ruído, avaliação do desempenho térmico, e consequente relatório de diagnóstico com recomendações para cada edificação. - Definição e aprovação das soluções: . Selecionar materiais e técnicas adequadas (isolamentos, caixilharias com vidros duplos ou triplos, sistemas de sombreamento, revestimentos acústicos). . Garantir a adequação das soluções à tipologia construtiva e ao contexto arquitetónico local. . Validar os projetos de intervenção com as autoridades municipais e com os proprietários. . Obter licenças ou autorizações necessárias.	
Exemplo(s) de implementação	
- A considerar nas habitações e atividades económicas com maior suscetibilidade como será o caso do Centro Hípico da Quinta do Outeiral ou a Exploração Pecuária localizada no município de Albergaria-a-Velha.	
Dimensões a Monitorizar	Afetação do bem-estar e da vivência da comunidade
Medidas compensatórias relacionadas	-

Quadro 13 – Caracterização da Medida Compensatória MC9

MC10	Medida de compensação	Criação de uma Bolsa Social com vista a financiar ações concretas			
Âmbito		Situação individual ☐	Ativ. Económicas ☐	Equipamentos ☐	Comunidade ☒
Responsável		Concessionária / ACE			
Âmbito territorial		Município	Todos		
		Freguesia(s)	Todos		
Fase		Fase posterior à obra			
Objetivos					
Esta medida tem como objetivo mitigar os impactos sociais da construção do Projeto, através da criação de uma Bolsa Social destinada a financiar ações concretas de apoio às comunidades afetadas. A Bolsa visa disponibilizar meios financeiros para apoiar pessoas em situação de carência económica ou social, promovendo simultaneamente o desenvolvimento local e a coesão comunitária. Entre as ações a apoiar incluem-se a criação de rede de apoio de proximidade para crianças, jovens e idosos em situação vulnerável, incluindo a dinamização de atividades					

de tempos livres para crianças e idosos, a promoção de iniciativas culturais, desportivas e de lazer, bem como o incentivo a projetos locais de empreendedorismo e valorização dos produtos endógenos. Pretende-se, assim, transformar os desafios impostos pelo projeto numa oportunidade de reforço da qualidade de vida e da identidade das comunidades envolvidas. Esta medida visa garantir que o processo de expropriação e compensação decorre com respeito pela dignidade das pessoas envolvidas, promovendo uma resposta socialmente justa e inclusiva.

Forma de implementação / Ações a desenvolver

A Bolsa Social será implementada através da criação de um fundo financeiro, gerido pelo concessionário em articulação com os municípios e freguesias abrangidas pelo projeto ferroviário. Este fundo terá como base um valor de referência de **10.000 euros por edificação afetada**, a ser distribuído proporcionalmente pelas freguesias impactadas, considerando o número de edificações e a intensidade dos impactos verificados.

As ações a desenvolver incluem:

- Definição dos critérios de distribuição do fundo, com base em dados técnicos e sociais recolhidos durante o processo de expropriação e avaliação de impactos.
- Constituição de uma comissão de gestão da bolsa, com representantes do concessionário, autarquias locais e, sempre que possível, membros da comunidade;
- Lançamento de programas de apoio, incluindo: Rede social de apoio de proximidade para crianças, jovens e idosos em situação vulnerável; Atividades de tempos livres para crianças e idosos; Iniciativas culturais, desportivas e de lazer comunitário; Apoio a projetos de empreendedorismo local e valorização de produtos endógenos;
- Criação de mecanismos de candidatura e seleção, garantindo transparência, equidade e eficácia na atribuição dos apoios;
- Monitorização e avaliação periódica dos impactos da bolsa, com publicação de relatórios e recolha de feedback da comunidade.

Esta abordagem visa garantir que os recursos financeiros atribuídos contribuem diretamente para o bem-estar, a resiliência e o desenvolvimento sustentável das comunidades afetadas.

Exemplo(s) de implementação

-	
Dimensões a Monitorizar	Mais valias decorrentes do Projeto - Taxa de execução do fundo social: percentagem do montante total da bolsa que foi efetivamente atribuída a ações concretas nas freguesias afetadas. - Número de Beneficiários Diretos por Tipo de Apoio: Total de pessoas apoiadas, discriminado por tipo de ação (apoio de proximidade, atividades culturais/desportivas, apoio ao empreendedorismo, etc.). - Grau de Satisfação da Comunidade: Resultados de inquéritos ou entrevistas realizadas junto da população beneficiária, avaliando a perceção sobre a relevância, justiça e utilidade dos apoios recebidos.
Medidas compensatórias relacionadas	MC6

Quadro 14 – Caracterização da Medida Compensatória MC10

MC11	Medida de compensação	Construção de travessias da LAV (passagens pedonais e viárias) de modo a preservar as condições de comunicação, mobilidade e convívio entre a comunidade em condições semelhantes			
Âmbito		Situação individual □	Ativ. Económicas □	Equipamentos □	Comunidade ☒
Responsável		Concessionária / ACE			
Âmbito territorial		Município	Todos		
		Freguesia(s)	Todos		
Fase		Fase posterior à obra			
Objetivos					
Esta medida, constante da DIA, foi já desenvolvida em fase de Projeto de Execução, onde, em conjunto com os municípios foram definidos os restabelecimentos. De notar que os restabelecimentos previstos no EIA para a solução com DIA favorável condicionada eram 48 e passaram a 132 na solução de Projeto de Execução.					
Forma de Implementação / Ações a desenvolver					
-					
Exemplo(s) de implementação					
-					
Dimensões a Monitorizar		Efeito de barreira físico resultante da ocupação e condicionamento do território por parte da ferrovia (alteração da mobilidade local, alteração dos tempos de deslocação; eventual repercussão nas relações sociais/territoriais). Propor a aplicação de medidas, caso se justifiquem Efeitos das novas acessibilidades proporcionadas pela ferrovia			
Medidas compensatórias relacionadas		-			

Quadro 15 – Caracterização da Medida Compensatória MC11

MC11	Medida de compensação	Utilização de pavimento que atenua o efeito do ruído nos restabelecimentos			
Âmbito		Situação individual ☐	Ativ. Económicas ☐	Equipamentos ☐	Comunidade ☒
Responsável		Concessionária / ACE			
Âmbito territorial		Município	Todos		
		Freguesia(s)	Todos		
Fase		Fase posterior à obra			
Objetivos					
Esta medida destina-se a atenuar o efeito do ruído decorrente da construção de restabelecimentos na proximidade das localidades					
Forma de Implementação / Ações a desenvolver					
Face à proximidade dos restabelecimentos com aglomerados populacionais, prevê-se que nessas situações seja utilizado um pavimento que minimize o efeito do ruído. De acordo com o Estudo Específico de Ruído realizado no âmbito do RECAPE, é sugerida a incorporação no Projeto de pavimento menos ruidoso numa extensão global aproximada de 3 km, na proximidade dos seguintes locais do traçado: PK 17+250; PK 17+700; PK 23+450; PK 32+000; PK 40+550; PK 42+000; PK 51+570 e PK 55+900.					

Exemplos de implementação



Dimensões a Monitorizar	Afetação do bem-estar: perceção de incómodos ambientais em espaços habitados (ruído; segurança; intrusão visual), resultante da presença e funcionamento da ferrovia, ou dos restabelecimentos.
Medidas compensatórias relacionadas	MC10

Quadro 16 – Caracterização da Medida Compensatória MC12

MC12	Medida de compensação	Construção de Equipamento desportivo alternativo			
Âmbito		Situação individual ☐	Ativ. Económicas ☐	Equipamentos ☒	Comunidade ☐
Responsável	Concessionária / ACE Município de Espinho				
Âmbito territorial	Município	Espinho			
	Freguesia(s)	União de Freguesias de Anta e Guetim			

Fase	Fase prévia à obra
Objetivos	
No decorrer da elaboração do RECAPE, resultou o compromisso do ACE/ Concessionária de construir um campo relvado em local a ser definido pelo Município de Espinho, para substituição do Campo desportivo de Cassufas que será provisoriamente desativado para possibilitar a construção do túnel nessa área.	
Forma de Implementação / Ações a desenvolver	
- Articular com o Município de Espinho e com a Junta de Freguesia de Anta e Guetim a definição do local onde será construído o novo equipamento desportivo; - Assegurar a construção do novo equipamento antes da desativação do atual campo desportivo. - Assegurar a reposição do campo desportivo de Cassufas no final das obras de construção do túnel de Cassufas.	
Exemplo de implementação	
-	
Dimensões a Monitorizar	-
Medidas compensatórias relacionadas	-

4.3.4 ESTRUTURA DE GESTÃO

Não se conhecendo qual o tipo de estrutura de gestão que o Consórcio LusoLav costuma implementar para a gestão de impactes sociais e socioeconómicos durante a construção de infraestruturas, seguem-se algumas sugestões gerais que se espera possam ser úteis e adaptáveis à estrutura do Consórcio LusoLav.

A estrutura apresentada no quadro seguinte não pretende ser exaustiva. Também não se trata de uma estrutura rígida, o mais relevante são as funções e as responsabilidades. Estas funções e responsabilidades podem ser reorganizadas e redistribuídas e podem ser integradas nouro tipo de estrutura que o Consórcio LusoLav possa implementar.

Também não é forçoso que a cada função corresponda uma pessoa responsável, na medida em que várias das funções referidas poderão, eventualmente, ser concentradas numa mesma pessoa.

Esta estrutura deve ser articulada com a estrutura responsável pela gestão global dos impactes ambientais do projeto e com os sistemas de gestão ambiental do Consórcio LusoLav.

5 ETAPA 4 - PROGRAMA DE MONITORIZAÇÃO DE IMPACTES SOCIAIS

5.1 INTRODUÇÃO

Conforme resulta do trabalho desenvolvido no presente RECAPE, no presente capítulo é definido o Programa de Monitorização dos impactes sociais que, de acordo com o disposto na DIA, tem como principais objetivos:

- Avaliar a eficácia da aplicação das medidas de minimização e/ou compensação, propondo, caso se identifiquem impactes adicionais, novas medidas;
- Identificar as reclamações registadas e o tratamento das mesmas;
- Assegurar a monitorização da implementação do Programa de Gestão de Impactes Sociais;
- Avaliar a evolução dos processos de expropriação e compensações.

Para tal apresentam-se:

- Os pressupostos da monitorização;
- As bases da monitorização, na fase de construção e na fase de exploração;
- As dimensões a monitorizar na fase de construção e na fase de exploração.

5.2 PRESSUPOSTOS DE MONITORIZAÇÃO

A monitorização é um processo de observação e recolha sistemática de dados sobre o estado do ambiente e/ou sobre os efeitos ambientais de determinada(s) ação(ações).

Monitorizar os efeitos de determinado projeto implica verificar e, quando necessário, medir e avaliar, quantitativa e/ou qualitativamente, as mudanças ocorridas ao longo do tempo em determinadas situações ou parâmetros, que resultam de ações inerentes a esse projeto.

Num contexto de avaliação ambiental, a monitorização tem como ponto de partida os resultados da pré-avaliação de impactes efetuada na fase de AIA, nomeadamente o EIA e o RECAPE, bem como as condições estabelecidas na Declaração de Impacte Ambiental e Declaração de Conformidade Ambiental do Projeto de Execução (DCAPE).

Porém, o desfasamento temporal, geralmente ocorrente, entre a fase de avaliação ambiental e o início do processo de construção implica a necessidade de estabelecer a situação de referência num momento 'zero' (início da fase de construção), a partir do qual as mudanças imputáveis ao projeto possam ser acompanhadas e aferidas.

Por outro lado, a fase de avaliação ambiental constitui um processo preventivo, que se baseia em previsões e pré-avaliações. Uma vez que qualquer previsão é suscetível de maior ou menor grau de falibilidade, o modo como os impactes se concretizam e o modo como as medidas de mitigação/potenciação são aplicáveis e aplicadas, bem como a sua adequabilidade ou suficiência, apenas podem ser determinados perante situações e processos concretos, seja em fase de construção, seja em fase de funcionamento.

Para além das limitações inerentes à fase de pré-avaliação, e mesmo aplicando o princípio da precaução, pode sempre acontecer que haja aspetos que escapam ou não são previstos na avaliação.

Monitorizar não se limita, portanto, a verificar o que foi estabelecido e determinado na fase de avaliação prévia. Numa perspetiva de sustentabilidade social e ambiental, as monitorizações constituem processos dinâmicos nos quais se combina a verificação do anteriormente previsto com a identificação e avaliação daquilo que ocorre de novo, o mesmo se verificando com a mitigação ou potenciação dos impactes.

Deste modo, um programa de monitorização baseia-se nos seguintes pressupostos e orientações gerais:

- Verificar e aferir a efetividade e o modo concreto de ocorrência de impactes (negativos e positivos) previstos;
- Aferir da eficácia e cumprimento eficiente das medidas de mitigação de impactes negativos e potenciação de impactes positivos preconizadas, procedendo a correções ou alterações, sempre que tal se considere necessário;
- Identificar a ocorrência de impactes não previstos na pré-avaliação;
- Contribuir para a definição e implementação de medidas mitigadoras dos impactes negativos e potenciadora dos impactes positivos, não previstas anteriormente.

Face ao exposto indicam-se, de seguida, alguns aspetos gerais a ter em conta na monitorização da componente social:

- Efeitos da fase de obra nos modos de vida e bem-estar locais (efeitos nas atividades económicas e no emprego locais; extensão e natureza dos incómodos ambientais;
- Identificação e efeitos sobre a propriedade, infraestruturas e equipamentos; efeitos sociais da presença do contingente de trabalhadores).
- Transformação das acessibilidades e efeitos na ocupação do território (evolução da rede viária em que se integra; expansão ou retração da ocupação agrícola, urbana e industrial, de incremento ou redução da atratividade e da atividade turística).
- Efeitos da ocupação do território pelo projeto (efeito de barreira nas circulações, alteração dos tempos e sentidos de deslocação e impactes nos modos de vida e relações sociais; efeitos na qualidade de vida (incómodo ambiental) e na valorização/identificação com o espaço e a comunidade (satisfação em habitar o local, sentimento de pertença); efeitos na rede urbana e nas centralidades regionais).

5.3 BASES GERAIS DA MONITORIZAÇÃO

5.3.1 FASE DE CONSTRUÇÃO

Antes do início da fase de construção, uma vez fixados todos os pormenores do projeto e estabelecido o 'momento zero' para a monitorização, deverá ser elaborado um **Programa Detalhado de Monitorização de Impactes no Meio Social (PDMIMS)**, tendo em conta o conteúdo e disposições incluídas nos seguintes documentos:

- Presente Programa de Monitorização;
- Estudo de Impacte Ambiental;
- Declaração de Impacte Ambiental;
- O RECAPE e respetiva DCAPE
- Plano de Gestão Ambiental;
- O resultado de estudos sociais e ambientais complementares que venham, eventualmente, a ser elaborados.

A elaboração do PDMIMS implica aferir, complementar, aprofundar ou alterar o presente programa, especificando, de forma mais pormenorizada, as metodologias a adotar, as ações a desenvolver, os locais a monitorizar, os parâmetros a analisar e a forma de apresentação dos resultados obtidos.

A título indicativo, o PDMIMS poderá ter a seguinte estrutura:

1. Objetivos da monitorização
2. Parâmetros a monitorizar em cada dimensão de monitorização
3. Locais a monitorizar ou pontos de amostragem
4. Periodicidade das ações de monitorização
5. Metodologias de recolha de informação, tratamento e avaliação de dados
6. Articulação com outros Planos ou Programas
7. Relatórios de Monitorização (estrutura, periodicidade)
8. Critérios de revisão do Programa.

Antes do início da fase de construção, deverá ser realizada uma campanha para caracterização do estado do ambiente social (e.g. campanha de referência), abrangendo as dimensões de impacte e os pontos de amostragem definidos no Programa.

A Campanha de Referência tem como objetivo estabelecer uma base atualizada de referência dos parâmetros a monitorizar, de forma a possibilitar uma análise comparativa com os dados a obter nas subsequentes campanhas de monitorização.

5.3.2 FASE DE EXPLORAÇÃO

Uma vez terminada a fase de construção e as respetivas ações de monitorização, deverá ser elaborado um Programa de Monitorização para a Fase de Exploração.

Para além dos impactes e medidas identificadas no EIA, para esta fase, e o que estiver estabelecido na DIA e vier a estar estabelecido em DCAPE, o Programa levará necessariamente em conta os resultados obtidos nas campanhas de monitorização da fase de construção.

5.4 DIMENSÕES A MONITORIZAR

5.4.1 FASE DE CONSTRUÇÃO

Na fase de construção, o Programa de Monitorização deverá considerar as seguintes dimensões, para além de outras que se considere necessário:

- 1.1) **Afetação do bem-estar e nas vivências comunitárias:** perceção de incómodos ambientais em espaços residenciais e espaços públicos, por parte de residentes e utentes (ruído; poeiras; segurança; desorganização do espaço, circulações, acessos a edifícios e espaços), resultantes da presença da obra e das atividades construtivas (escavações, movimento de máquinas, tráfego de veículos, estaleiros, restabelecimento da rede viária). Verificar a eficácia das medidas de mitigação definidas e propor a introdução de correções ou novas medidas, caso se justifique.
- 1.2) **Grau de satisfação dos interessados, compilar avaliar e responder às reclamações /considerações registadas,** verificar em que medida estão a ser encaminhadas, tratadas e consideradas as reclamações recebidas (n.º de reclamações avaliadas; n.º de respostas).
- 1.3) **Impactes temporários na propriedade,** resultantes das atividades construtivas (ocupação indevida de terrenos, afetações acidentais de culturas, infraestruturas, equipamentos, benfeitorias, etc.); verificação das afetações e da satisfação dos afetados com as medidas mitigadoras e propor a introdução de correções ou novas medidas, caso se justifique.
- 1.4) **Processos de expropriação:** satisfação ou insatisfação dos afetados com os processos de expropriação; causas. Propor a aplicação de medidas, caso se justifique.
- 1.5) **Processos de realojamento:** satisfação ou insatisfação dos abrangidos pelos processos de realojamento; causas.
- 1.6) **Processos de realocização:** satisfação ou insatisfação dos abrangidos pelos processos de realocização; causas.
- 1.7) **Afetação indireta de atividades económicas** (alojamento, restauração, comércio), resultante da grande proximidade à obra e/ou dificuldades e acesso, com potencial redução de volume de negócios. Verificação das medidas adotadas e satisfação dos proprietários. Propor a aplicação de medidas, caso se justifique.
- 1.8) **Efeito de barreira física** resultante da ocupação e condicionamento do território por parte da obra (afetação da mobilidade local; desvios de tráfego; alteração dos tempos de deslocação; eventual repercussão nos usos dos espaços e funcionalidades urbanas); satisfação dos afetados com as medidas de mitigação e propor a introdução de correções ou novas medidas, caso se justifique.
- 1.9) **Infraestruturas e equipamentos sociais** (afetação indireta; afetação direta/reposição; acessibilidades): satisfação das populações com as soluções encontradas. Propor a aplicação de medidas, caso se justifique.

- 1.10) **Presença dos trabalhadores da obra:** adequado relacionamento com os residentes locais; adequado comportamento nos espaços de sociabilidade). Propor a aplicação de medidas, caso se justifique.
- 1.11) **Efeitos diretos da obra no emprego:** criação líquida de emprego e contratação de trabalhadores locais, isto é, residentes no concelho do Porto, com particular incidência nos bairros e freguesias abrangidas pela obra. Propor a aplicação de medidas, caso se justifique.
- 1.12) **Efeitos da obra na economia local** (concelhos e freguesias abrangidas pela obra) expressos na aquisição de bens e serviços, e subcontratações, por parte da obra; efeitos resultantes dos consumos dos trabalhadores não locais; expectativas criadas relativamente aos potenciais efeitos do funcionamento da nova ferrovia. Propor a aplicação de medidas, caso se justifique.

A periodicidade das monitorizações e respetivos relatórios poderá ser, indicativamente, a seguinte:

- Mensal: itens 1.2;
- Bimestral: itens 1.1, 1.3, 1.4, 1.5, 1.6, 1.7;
- Semestral: itens 1.11 e 1.12.

O processo de recolha de informação poderá combinar diversos métodos e técnicas, entre os quais, informação fornecida pelo ACE/Concessionária e pelas empresas construtoras, pesquisa e análise documental, ações de reconhecimento com observação direta simples, contactos e entrevistas exploratórios, entrevistas aprofundadas, aplicação de inquérito semi-estruturado ou estruturado, por amostragem.

Cada ação de monitorização deve contemplar os seguintes procedimentos:

- Trabalho de terreno;
- Recolha de informação, preparação e análise de dados;
- Aferição do programa e avaliação da necessidade de realizar trabalhos suplementares ou complementares;
- Realização de trabalhos suplementares ou complementares, caso necessário;
- Comparação dos dados obtidos com os dados das monitorizações anteriores, caso existam;
- Verificação da implementação das medidas de mitigação ou potenciação;
- Verificação da implementação das medidas apresentadas no relatório das monitorizações anteriores, caso existam.

Os Relatórios das campanhas de monitorização deverão respeitar a seguinte estrutura mínima:

- Descrição dos trabalhos realizados;
- Discussão dos resultados obtidos e principais conclusões;
- Eventuais lacunas de informação e dificuldades;
- Conclusões gerais;
- Recomendações para próximas monitorizações, caso se aplique.

No final das monitorizações deverá ser elaborado um Relatório de Balanço Global das Monitorizações efetuadas.

5.4.2 FASE DE EXPLORAÇÃO

Na fase de exploração, o Programa de Monitorização deverá considerar as seguintes dimensões, para além de outras que se considere necessário:

- 2.1) **Afetação do bem-estar:** perceção de incómodos ambientais em espaços habitados (ruído; segurança; intrusão visual), resultante da presença e funcionamento da ferrovia, ou dos restabelecimentos. Verificar a eficácia das medidas de mitigação definidas e propor a introdução de correções ou novas medidas, caso se justifique.
- 2.2) **Mais valias decorrentes do Projeto:** Taxa de execução do fundo social: percentagem do montante total da bolsa que foi efetivamente atribuída a ações concretas nas freguesias afetadas; Número de Beneficiários Diretos por Tipo de Apoio: Total de pessoas apoiadas, discriminado por tipo de ação (bolsas de estudo, atividades culturais/desportivas, apoio ao empreendedorismo, etc.); - Grau de Satisfação da Comunidade: Resultados de inquéritos ou entrevistas realizadas junto da população beneficiária, avaliando a perceção sobre a relevância, justiça e utilidade dos apoios recebidos
- 2.3) **Efeito de barreira físico** resultante da ocupação e condicionamento do território por parte da ferrovia (alteração da mobilidade local, alteração dos tempos de deslocação; eventual repercussão nas relações sociais/territoriais). Propor a aplicação de medidas, caso se justifique.
- 2.4) **Alteração do grau de valorização/ identificação com os espaços de residência, outros espaços sociais e a comunidade**, resultante das modificações espaciais e ambientais provocadas pela presença e funcionamento da ferrovia.
- 2.5) **Efeitos das novas acessibilidades proporcionadas pela ferrovia** (área de influência das novas Estações) **no território** (transformação, desenvolvimento ou retração da ocupação urbana, industrial, agrícola, florestal, turística), **na rede urbana** (evolução da população residente, edificado, equipamentos) e **na economia e emprego locais** (evolução do tecido empresarial e dos níveis de emprego nos concelhos afetados).

A periodicidade das monitorizações e respetivos relatórios será anual.

Três anos após o início da fase de funcionamento o Programa deve ser revisto e reconsiderado no que respeita à sua estrutura, conteúdo e periodicidade.

Os métodos e procedimentos acima referidos para a fase de construção são válidos para a fase de exploração.

ANEXO I. RESUMO DAS NORMAS AMBIENTAIS E SOCIAIS DO BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTO (BEI, 2022)

A promoção do desenvolvimento sustentável e inclusivo está no centro dos objetivos do BEI e da sua estratégia de financiamento. A política ambiental e social do Grupo BEI constitui o enquadramento global dos seus compromissos e uma visão para a década crítica até 2030, colocando o financiamento sustentável no centro de todas as atividades do BEI. Para honrar os seus compromissos em matéria de sustentabilidade, o BEI adotou um conjunto de 11 normas ambientais e sociais que estabelecem os requisitos que o promotor e o projeto devem cumprir ao longo de todo o ciclo de vida do projeto BEI. Segue-se um resumo destas normas.

Norma 1 – Impactos e Riscos Ambientais e Sociais

Promove uma abordagem integrada à avaliação e gestão de impactos e riscos, garantindo que as considerações ambientais, climáticas, sociais e de direitos humanos são tidas em conta e abordadas em todas as fases do projeto. A norma estabelece as responsabilidades do promotor para avaliar, gerir, monitorizar e comunicar os potenciais impactos e riscos ambientais, climáticos e sociais associados ao projeto e para maximizar os resultados positivos ao longo do mesmo. Isto é essencial para alcançar os resultados ambientais, climáticos e sociais em conformidade com a Política Ambiental e Social do Grupo BEI e as Normas Ambientais e Sociais do BEI.

Norma 2 – Envolvimento das Partes Interessadas

Promove uma abordagem inclusiva e sistemática para o envolvimento construtivo das partes interessadas. Reconhece que o envolvimento das partes interessadas é essencial para a avaliação, gestão e monitorização eficazes dos impactos e riscos ambientais, climáticos e sociais, e para assegurar que os projetos são sustentáveis e produzem melhores resultados. Esta norma descreve as responsabilidades do promotor na implementação de um envolvimento contínuo e transparente com as partes interessadas do projeto.

Norma 3 – Eficiência dos recursos e Prevenção da Poluição

Esta norma reconhece a importância da eficiência dos recursos para aliviar a pressão sobre o ambiente e travar as alterações climáticas. Incentiva a identificação, a conceção e a utilização de tecnologias, processos e serviços mais adequados para atingir os objetivos de qualidade ambiental. A norma também reforça a abordagem e os requisitos para projetos que envolvam atividades, instalações, modificações e/ou extensões existentes.

Norma 4 – Biodiversidade e Ecossistemas

A norma sublinha que a proteção e conservação da biodiversidade e dos ecossistemas, e a manutenção das suas funções e processos ecológicos, são fundamentais para a sustentabilidade ambiental e social. Esta norma estabelece os requisitos e medidas que o promotor tem de adotar ao longo das diferentes fases de um projeto apoiado pelo Banco para conseguir uma “no loss” de biodiversidade e - quando necessário - um impacto líquido positivo. A norma 4 também aborda a gestão sustentável e a utilização de recursos naturais vivos, como plantas, árvores e florestas, e reconhece a necessidade de considerar os meios de subsistência das pessoas afetadas pelo projeto, cujo acesso ou utilização de recursos naturais vivos pode ser afetado pelo projeto. A norma também

sublinha a necessidade de envolver as comunidades tradicionais e indígenas como principais interessados na proteção e gestão da biodiversidade e dos recursos naturais, respeitando simultaneamente os seus direitos à terra, cultura e espiritualidade.

Norma 5 – Alterações Climáticas

Em consonância com as ambições reforçadas do BEI em matéria de ação climática e sustentabilidade ambiental e com o seu Roteiro do Banco para o Clima 2021-2025, esta norma promove o alinhamento dos projetos apoiados pelo BEI com os objetivos e princípios do Acordo de Paris e do Plano de Ação da UE para o Financiamento Sustentável. Para o efeito, estipula que os promotores devem abordar e incorporar explicitamente as considerações relativas à atenuação das alterações climáticas e à adaptação às mesmas no processo de tomada de decisão relativo aos projetos apoiados pelo BEI ao longo de todo o ciclo do projeto, avaliando e minimizando as emissões de gases com efeito de estufa e os riscos climáticos físicos.

Norma 6 – Reinstalação involuntária

Os projetos do BEI implicam por vezes a aquisição de terras e/ou restrições à sua utilização, o que pode resultar na deslocação temporária ou permanente de pessoas dos seus locais de residência originais ou das suas atividades económicas ou práticas de subsistência. Uma situação em que os indivíduos ou comunidades afetadas não têm o direito de recusar essa deslocação é designada por reinstalação involuntária. A Norma 6 procura evitar a reinstalação involuntária em primeira instância e minimizar e definir as medidas de mitigação adequadas que devem estar em vigor para contrariar os impactos adversos da reinstalação involuntária. Visa igualmente prestar assistência a todas as pessoas afetadas para que possam melhorar ou, pelo menos, restabelecer as suas condições socioeconómicas e culturais.

Pela importância desta norma para a presente AIA transcrevem-se as seguintes

1 O termo «reinstalação involuntária» designa a deslocação que resulta diretamente da aquisição de terrenos¹ ou de restrições ao uso do solo no âmbito de um projeto. Inclui: a) a deslocação física (ou seja, a recolocação física, a perda de residência ou a perda de abrigo); e/ou b) a deslocação económica (ou seja, a perda de bens ou do acesso a bens, que conduz à perda de fontes de rendimento ou meios de subsistência²). A reinstalação é involuntária quando as pessoas ou comunidades afetadas não têm o direito de recusar essa deslocação.

2 A reinstalação involuntária pode ter impactos negativos graves no bem-estar económico, social e cultural dos titulares de direitos (pessoas afetadas e comunidades de acolhimento). As pessoas podem perder temporária ou permanentemente as suas fontes de rendimento ou ser deslocadas para ambientes em que as suas competências poderão ser menos relevantes e a compensação poderá não ser suficiente para evitar situações de carência ou de desvantagem de longa duração.

¹ Entende-se por «aquisição de terrenos» todos os métodos de obtenção de terrenos para fins de execução de um projeto, nomeadamente a aquisição direta, a expropriação de terrenos e bens e a aquisição de direitos de acesso temporários ou permanentes, tais como servidões, direitos de passagem, e a imposição de restrições de acesso a zonas protegidas e outras

² Entende-se por «meios de subsistência» todos os meios que as pessoas, as famílias e as comunidades utilizam para assegurar as suas condições de vida, como sejam a habitação, a alimentação, o vestuário, entre outros

3 Por conseguinte, devem ser envidados esforços para, antes de mais, evitar a reinstalação involuntária. Nos casos em que não possa ser evitada, a reinstalação involuntária deve ser minimizada e devem ser adotadas medidas adequadas para atenuar os impactos negativos nos titulares de direitos, com vista a melhorar ou, pelo menos, restabelecer as suas condições socioeconómicas e culturais. A gestão da reinstalação involuntária deve assentar na consulta das pessoas afetadas e na divulgação de informações ao público.

Objetivos

4 A presente norma descreve as responsabilidades do promotor no âmbito da gestão dos riscos e impactos da reinstalação involuntária. Tem por objetivos:

a. Evitar ou, quando tal não seja possível, minimizar a reinstalação involuntária explorando alternativas ao próprio projeto, bem como à sua conceção e localização;

b. Evitar despejos coercivos;

c. Melhorar os meios de subsistência e/ou o nível de vida das pessoas deslocadas ou, pelo menos, restabelecer a situação existente antes do projeto;

d. Melhorar as condições de vida das pessoas deslocadas pobres e de outros grupos vulneráveis de modo a assegurar um nível de vida mínimo, promovendo uma habitação adequada³ e a segurança do direito de ocupação⁴;

e. Atenuar os impactos sociais e económicos de situações inevitáveis de reinstalação involuntária: i) concedendo atempadamente uma compensação pela perda de bens com base no custo total de substituição; ii) garantindo que a conceção, o planeamento e a execução da reinstalação são acompanhadas por uma divulgação adequada de informações às pessoas afetadas, bem como pela consulta e participação informada das mesmas; iii) proporcionando às pessoas deslocadas acesso a mecanismos de reclamação; e iv) enquanto oportunidade de desenvolvimento, permitindo que as pessoas deslocadas beneficiem diretamente do projeto, consoante a natureza deste o justifique.

Norma 7 – Grupos Vulneráveis, Povos Indígenas e Género

O objetivo desta norma é abordar as desigualdades e outros fatores que contribuem para a vulnerabilidade, a marginalização e/ou a discriminação num projeto do BEI. A norma também promove a igualdade de género como um direito humano básico crucial para o desenvolvimento sustentável. Descreve as responsabilidades do promotor para avaliar, gerir e monitorizar os impactos, riscos e oportunidades do projeto relacionados com os povos indígenas e pessoas/grupos vulneráveis.

Norma 8 – Direitos do Trabalho

As boas práticas laborais e a utilização de códigos de conduta adequados são importantes para garantir que os direitos fundamentais dos trabalhadores são respeitados e que as condições de trabalho são justas e decentes. Esta norma visa garantir que os promotores de projetos do BEI cumpram as normas laborais fundamentais da Organização Internacional do Trabalho e a legislação nacional em matéria de trabalho e emprego. Estabelece a necessidade de um mecanismo de reclamação dos trabalhadores. Define ainda normas para proteger os trabalhadores migrantes e os trabalhadores afetados por despedimentos coletivos. A norma também exige o estabelecimento, a

manutenção e a melhoria das relações entre os trabalhadores e a direção e dos termos e condições de emprego. A norma define os requisitos de avaliação necessários para a força de trabalho do próprio promotor, para os trabalhadores de terceiros e para os trabalhadores da cadeia de abastecimento.

Norma 9 – Saúde, Segurança e Proteção

A norma define as responsabilidades dos promotores e dos trabalhadores para salvaguardar a saúde, a segurança e a segurança dos trabalhadores e das pessoas e comunidades afetadas. Estabelece a importância de pôr em prática um sistema de gestão da saúde e da segurança bem definido, dotado de recursos adequados e de conhecimentos especializados. A norma reforça ainda os requisitos para prevenir a violência baseada no género e introduz requisitos de avaliação do impacto e dos riscos para novas áreas, como a segurança rodoviária e do tráfego, os riscos naturais (incluindo os que desencadeiam catástrofes tecnológicas) e as pandemias e epidemias.

Norma 10 - Património Cultural

O BEI reconhece o papel central do património cultural enquanto fonte de valiosas informações históricas e científicas, um trunfo para o desenvolvimento económico e social e parte integrante dos direitos, da identidade e das práticas culturais das pessoas. Em conformidade com as convenções e declarações internacionais aplicáveis, esta norma visa identificar e avaliar os riscos do projeto e os impactos potenciais que afetam o património cultural tangível e intangível e abrange a gestão e o acompanhamento das medidas de atenuação correspondentes. Salienta a necessidade de um procedimento de descoberta fortuita que defina as ações a tomar caso seja encontrado património cultural anteriormente desconhecido.

Norma 11 – Financiamento Intermediado

A Norma estabelece os requisitos e processos que os intermediários financeiros devem ter em vigor para avaliar, gerir, monitorizar e comunicar os impactos e riscos ambientais, climáticos e sociais associados aos subprojectos que financiam, conforme apropriado à natureza do financiamento intermediado.